Caminhos

APUBH



Grande Sertão: Veredas sob a ótica de três professores da UFMG

A importância da Administração no Brasil

A globalização e os governos do Real

25

Revista do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

Nº 25 | 2007

Caminhos

Revista do Sindicato dos Professores
de Universidades Federais de Belo Horizonte
e Montes Claros

Nº 25 - 2007

APUBH
Belo Horizonte
Publicação anual
Caminhos 2007
ISSN - 1517-3038

Conselho Editorial
Professor Délcio Vieira Salomon
Professora Ivana Versiani
Professor Thomaz Aroldo
da Mota Santos
Professora Vera Casa Nova

Coordenação e edição
Cais Comunicação
Integrada de Marketing

Jornalista Responsável
Ronaldo Almeida
RP MG 02697 JP

Editoração eletrônica
Quantum Digital

Diagramação
Luiz Augusto da Costa

Impressão
Gráfica O Lutador

Distribuição gratuita
Venda proibida

CAMINHOS,
- v1, n1, (Jun) 1990 - Belo Horizonte: Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - APUBH, 1990 -

CAMINHOS 2007
ISSN: 1517-3038

1. Docentes Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Periódico - I. Título

Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

Gestão 2006-2008

Diretoria Executiva
Presidente - Robson Mendes Matos
1º Vice-presidente - Giovane Azevedo
2º Vice-presidente - Otávia Fernandes Souza Rodrigues
Secretário Geral - José Lopes de Siqueira Neto
Vice-Secretário Geral - Débora Torres Mendes de Oliveira
Diretor de Finanças - José Eduardo Borges Moreira
Vice-Diretor de Finanças - Armando Gil Magalhães Neves
1º Suplente - Bruno Rabelo Versiani
2º Suplente - Janetti Nogueira de Francisch

DIRETORIAS SETORIAIS

Política Educacional
Paulo Roberto Antunes Aranha
Flavio Orlando Plentz Filho
Geová José Madeira
Adriana Campos Silva
José Luiz Borges Horta

Diretoria de Ciência e Tecnologia
Ione Maria Ferreira Oliveira

Política de Ensino Básico e Profissional
Myriam Tavares Pereira
Cleber Paulo Verdolim

Diretoria de Política Cultural
Fernando Antônio de Melo
Ivana Versiani Galery

Etnia, Gênero e Classe
Dalmir Francisco
Maria Aparecida Moura

Hospitais Universitários
Rosangela Carrusca Alvim
Mauro Ivan Salgado
Maria Aparecida Martins
Itamar Tatuhy Sardinha Pinto

Política Sindical
Eglea Maria da Cunha Melo
Paulo Marcos Ferreira

SUMÁRIO

Editorial 5

Artigos 7

Administração no Brasil: Avanços e Desafios
Domingos Giroletti 8

Globalização, desenvolvimento e estabilização: uma análise da política econômica dos governos da "Era do Real".
Carlos Eduardo de Ataíde Castro 32

Cultura 67

Introdução

Professora Ivana Versiani 69

Diadorim: o enigma de um signo
Cleonice Paes Barreto Mourão 70

Riobaldo: o medo e a covardia
Professor Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues 86

Rastreando Riobaldo
Professor Eugênio Marcos Andrade Goulart 102

Homenagem a Guimarães Rosa
Professor Délcio Vieira Salomon 120

Editorial

CAMINHOS, em seu número 25, completa 18 anos. Ao ser lançada, em junho de 1990, pretendia ser semestral. Se não foi fiel à periodicidade, o foi ao principal objetivo de sua fundação: "publicação da Associação dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais – APUBH–UFMG, voltada à reflexão dos mais variados temas atinentes à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias".

Nasceu e cresceu sempre na defesa da Universidade pública, laica, autônoma, democrática e gratuita, comprometida com a qualidade, a competência e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como dizia seu primeiro editorial: "propõe-se, também, resgatar os laços da tradição, como veículo para o Movimento Docente repensar-se, lembrando, permanentemente, que 'o sonho ainda não acabou' ".

Quem hoje revê seus 24 números, constata que, cada um deles, em relação aos anteriores, representa a evolução e o amadurecimento de um pensamento, ao mesmo tempo acadêmico e sindical, sempre voltado para problemáticas, desde as nacionais e regionais, até as internas à própria Universidade. São verdadeiros desafios à capacidade crítica e à ineludível missão da instituição máxima da inteligência nacional de participar e inserir-se cada vez mais na sociedade a que deve sua razão de ser. Por isso, deve exercer sua função crítica e transformadora da realidade.

Sem perder a essência, as propriedades e as características que a têm marcado, neste número CAMINHOS apresenta dois trabalhos eminentemente acadêmicos, que revelam o poder de reflexão de seus autores, voltados para o momento atual.

O primeiro, do Professor Domingos Giroletti, aborda os avanços e os desafios da Administração no Brasil, com um balanço do desenvolvimento da Administração, que comemorou 40 anos do reconhecimento da profissão no Brasil, em 2005.

O segundo é de autoria do Professor Carlos Eduardo de Ataíde Castro, e se intitula "Globalização, desenvolvimento e estabilização: uma análise da política econômica dos governos da 'era do Real' ". Mais que um artigo, este trabalho constitui verdadeira monografia, dada a envergadura e profundidade da pesquisa, que serve de suporte ao texto que, por sua vez, constitui resumo de um livro que merece ser publicado. Os leitores poderão se surpreender com verdadeiros achados científicos de natureza econômica e sociológica, que contrariam fortemente opiniões veiculadas na mídia.

No dia 27 de junho de 2007, comemoramos o centenário do nascimento de Guimarães Rosa, considerado por muitos o maior gênio da prosa brasileira, senão da prosa em língua portuguesa. Em sua homenagem, a APUBH, através de seu Departamento de Política Cultural, promoveu concurso a fim de premiar, com a publicação na Revista CAMINHOS, os três primeiros trabalhos. É com prazer, e certo de que o gesto estará enriquecendo a própria revista, que o prometido se cumpre neste número.

A edição deste número da CAMINHOS era para ser realizada em 2007. Infelizmente, motivos alheios aos propósitos do Conselho Editorial o impediram. Aos associados da APUBH e demais leitores, só nos resta pedir desculpa, certos da compreensão de todos.

A todos nossas saudações universitárias e sindicais.

O Conselho Editorial

Editorial

Artigos



Domingos Giroletti. [1]

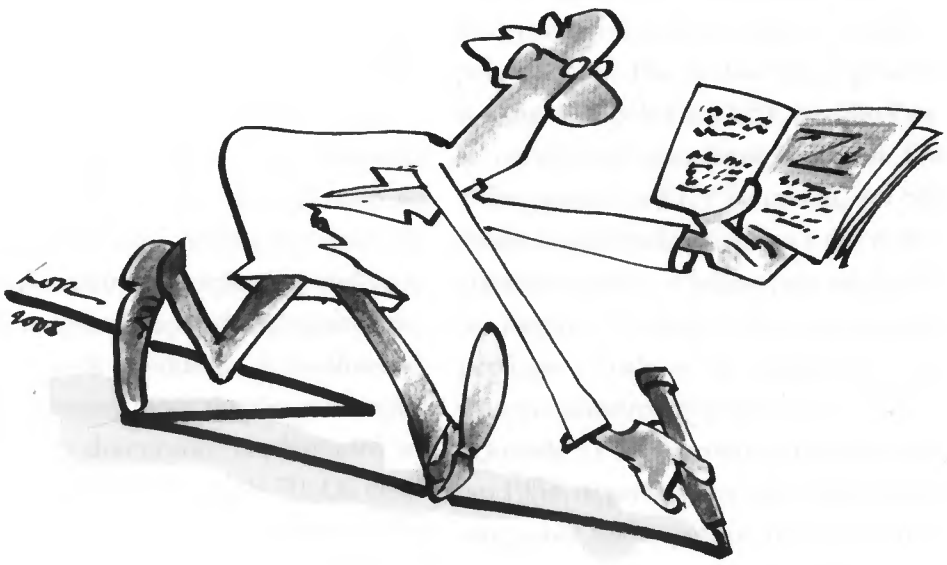
Este artigo é um balanço do desenvolvimento da Administração no Brasil, seguindo a onda da celebração dos 40 anos do reconhecimento da profissão, festejada em 2005. Nele, há um relato dos avanços conseguidos e uma reflexão sobre os desafios do desenvolvimento futuro da Administração.[2] O trabalho divide-se em três partes. A primeira contém uma avaliação da profissionalização e da institucionalização da Administração no país como campo intelectual e profissional. A segunda parte trata dos principais problemas que afetam a Administração como profissão e da formação de novos gestores. Como considerações finais, levantam-se algumas questões que dizem respeito ao futuro da Administração como ciência e arte, à sua contribuição ao desenvolvimento do país e à relação do campo intelectual, com a construção e o questionamento da hegemonia neoliberal.

Administração no Brasil Avanços e Desafios



1 - Fundador da Revista Caminhos e Vice-Presidente da APUBH (1989/91). Professor do DCP/UFMG (1975/98). Atualmente, é Professor do MPA da Fundação Cultural Pedro Leopoldo (MG) e apresentador do Programa OPINIÃO MINAS da REDE MINAS de TV.

2 - A primeira versão deste trabalho foi publicada pela RAE, em forma de pensata. Consultar: Giroletti, D., Administração no Brasil: Potencialidades, Problemas e Perspectivas, Revista de Administração de Empresas, São Paulo, FGV, v.45, edição especial, 2005, p.116-120.



1 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A institucionalização e a profissionalização da Administração no Brasil, como campo intelectual e como profissão, é uma conquista que merece ser comemorada. Este é um fato positivo que precisa ser reconhecido. Foi um processo longo, iniciado com a criação de disciplinas de Administração, ensinadas em vários cursos superiores. Prosseguiu com a criação dos primeiros cursos de Economia e Administração; consolidou-se com a autonomização da Administração como curso de graduação, e, finalmente, com os diversos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, implantados no Brasil a partir da década de 70. Da institucionalização e da profissionalização da Administração, decorrem alguns aspectos importantes, que merecem uma análise, embora resumida.

1.1 - Oferta de profissionais qualificados para atender à demanda de mercado de gestores no Brasil e no exterior

Com a institucionalização da disciplina e a profissionalização da área, foi e tem sido possível atender às demandas de gestores no Brasil, provindas do setor público, das empresas privadas e, mais recentemente, do terceiro setor e das multinacionais. Formar bons administradores sempre foi e continua a ser uma necessidade social e um desafio para o ensino e a pesquisa em Administração. A falta de bons gestores em número e qualidade suficientes é um traço de subdesenvolvimento. Qual o nível de competência dos nossos executivos?

Para responder a esta questão, deve-se rememorar que o reconhecimento da profissão de administrador completou 42 anos em 2007. Foi inicialmente reconhecida como uma profissão de nível médio. O ensino superior de Administração iniciou-se depois da II Grande Guerra Mundial, pela FVG, no Rio de Janeiro, capital da República, e pela FEA/USP, em São Paulo, coração do capitalismo no Brasil. Em 1954, quando a FGV foi criada, em São Paulo, a qualidade do ensino e dos nossos administradores, a julgar pela qualidade dos mestres, era muito baixa, se tomarmos por base o realismo do diagnóstico feito pelo ex-ministro, Bresser Pereira (1997): "Quando a FGV foi criada, em São Paulo, em 1954, os professores eram contratados sem saber nada, porque não havia ninguém que soubesse Administração".

Hoje, esse diagnóstico está completamente superado e o balanço sobre a qualidade dos administradores brasileiros é muito favorável, sob vários aspectos. A competência dos nossos executivos e dos administradores brasileiros é reconhecida no país e no exterior. A primeira constatação provém da presença de executivos brasileiros no comando de muitas multinacionais e instituições internacionais. A segunda evidência provém da atuação crescente de muitas empresas brasileiras de engenharia e outras que realizam e ganham concorrência em âmbito mundial.

O terceiro indício funda-se na formação de várias empresas multinacionais brasileiras, tendo a Petrobrás como líder. Uma quarta demonstração provém do registro crescente de empresas brasileiras que negociam suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Só entram neste time as empresas bem geridas e com competência para atender suas regras rígidas de regulamentação.

Há também depoimentos significativos de profissionais estrangeiros e brasileiros que acompanharam o desenvolvimento da Administração no Brasil, como ciência e profissão. Inicia-se por Peter Drucker (2004), um expoente da Administração, reconhecido mundialmente. Em entrevista recente, afirmou que tem participado da formação de executivos brasileiros desde 1950. Ele faz um balanço muito positivo da trajetória profissional dos administradores brasileiros, ao reconhecer a existência de uma "Administração de qualidade internacional nas empresas brasileiras". Há 30 anos, quando os seus ex-alunos voltavam ao Brasil, arranjavam emprego nas "filiais brasileiras de multinacionais". Hoje, "voltam para trabalhar em companhias brasileiras, que ainda são familiares, porém, cada vez mais administradas profissionalmente". Por fim, menciona outro fato que é indicador da qualidade dos gerentes e executivos patrícios, ao reconhecer que "as empresas brasileiras estão começando a voltar-se para fora". Há quarenta anos, continua Drucker, eram as "trading companies" japonesas que representavam e vendiam produtos das indústrias brasileiras no exterior. Na atualidade, a situação é outra: "Hoje, continua Drucker, um empresário como Ricardo Semler vende diretamente ao mundo inteiro. O Brasil conseguiu desenvolver – e de maneira extraordinária – os grupos de liderança executiva, que permitiram ao país criar empresas nacionais" (DRUCKER, 2004: 25-26). A qualidade de nossos executivos está na base da organização de multinacionais brasileiras para atuar no exterior.

Um segundo depoimento da positividade da qualidade dos nossos administradores é de Guilherme Quintanilha de Almeida, um dos principais líderes fundadores do Conselho Federal de Administração, e, por dez anos, seu presidente. Afirma Quintanilha: "O Administrador brasileiro não fica nada a dever aos profissionais formados em outros países". Hoje, o nosso modelo de gestão, por sua qualidade e flexibilidade, é "demandado com freqüência pelas empresas multinacionais" (ALMEIDA, 2005). O último depoimento é de autoria de Mauro Kreuz, Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD. Segundo ele, a qualidade dos administradores brasileiros é reconhecida, nacional e internacionalmente, pelo "crescente assédio" de nossos profissionais pelas "corporações de tipo transnacionais". Qual a razão desse "assédio"? A "caça" aos nossos talentos tem por base, segundo Kreuz, suas "características e competências para lidar com ambientes instáveis, ambíguos e de permanente incerteza na Administração dos negócios" (KREUZ, 2005: 61).

Estes diferentes argumentos e evidências comprovam o grande progresso e o grande desenvolvimento feito no campo da Administração na formação de gestores privados com atuação nacional e internacional. No próximo item, analisa-se em que medida o reconhecimento da qualidade da gestão no Brasil pode ser aplicada ao setor público.

1.2 - Avaliação da qualidade de nossos gestores públicos

A preocupação com a modernização administrativa, quer privada ou pública, inicia-se no país a partir de 1930. No âmbito do Estado, a primeira grande iniciativa foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 1937. A segunda foi a Fundação Getúlio Vargas – FGV/Rio, criada, em 1944, para dar continuidade ao trabalho iniciado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, que, com a redemocratização de 1945, foi posto de lado pela sua identificação com o Estado Novo. Nesse esforço, devem ser considerados os vários institutos organizados posteriormente na FGV-Rio, como o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, em 1951; a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, em 1952, a Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE, ligado ao IBRE e criado em 1966, já no governo militar. A terceira iniciativa foi a FGV/São Paulo, criada em 1954, com ênfase maior na Administração de empresas. A FGV-Rio e a unidade de São Paulo terão um papel destacado no desenvolvimento da pós-graduação, mestrado e doutorado, a partir de 1965 (BRESSER PEREIRA, 1997: 241-42).

A quarta iniciativa foi a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA-USP, em 1946, inicialmente atuando na graduação em Economia e Administração e, a partir de 1965, na pós-graduação lato e estrito senso. Dentro da FEA, há que se considerar, ainda, a organização do Instituto de Pesquisas Econômicas – IPE, em 1964, para a realização de pesquisas, promoção de cursos e de seminários e estudos para melhoria do ensino de Economia. Em 1974, o IPE transformou-se em Fundação – FIPE, e a nova modalidade de organização tinha por objetivo captar recursos junto aos organismos públicos e às empresas privadas, quando as subvenções públicas e os convênios com instituições americanas e internacionais começaram a escassear, devido à crise do Estado. A mudança de instituições financiadoras ocorreu na FEA, na FGV e em outras instituições universitárias brasileiras (LOUREIRO, 1997).

Em quinto lugar, deve-se registrar, neste breve histórico, a contribuição da Faculdade de Economia da antiga Universidade do Brasil – hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na formação de administradores públicos, tanto na graduação, como na pós-graduação. Eles terão um papel de destaque na Comisión Económica para América Latina - CEPAL, e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, no Banco Central e em outros organismos públicos (TAVARES, 1977:344-67).

Em sexto lugar, nesta breve síntese das iniciativas para modernizar a Administração Pública, vale lembrar, por seus efeitos diretos e indiretos, a criação da CEPAL/ONU (1954), do BNDE (1961) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (1964), que tiveram papel destacado na formação de quadros técnicos, organização das contas públicas e do orçamento da União e dos vários índices macro e microeconômicos, e na elaboração e desenvolvimento do planejamento no Brasil (VELLOSO, 1997; TAVARES, 1997; CHACEL, 1997:331-71). Por fim, é importante mencionar a contribuição dos acadêmicos, e das universidades e agências de financiamento norte-americanas – Uni-

ted States Agency for International Development – USAID, Fundação Ford, AID e outras, e dos organismos internacionais – Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Organização das Nações Unidas – ONU, no desenvolvimento das instituições de ensino e pesquisa em Economia e Administração, e na modernização da gestão pública e privada no Brasil, que são mais significativas até meados da década de 1970 (DELFIM NETTO, 1997).

Todas essas iniciativas são indicativas do grande esforço realizado no país, a partir de 1937, para institucionalizar o planejamento no Brasil e profissionalizar a Administração Pública. São evidências positivas do significativo progresso feito no país no caminho da institucionalização do planejamento e da profissionalização da gestão pública. Essas constatações são importantes, não só para elevar a auto-estima dos brasileiros, mas para lembrar que são conquistas importantes, mas não permanentes. O "keep going" é fundamental também para este aspecto.

Com a crise da economia, iniciada no primeiro choque de petróleo, em 1973; com a crise generalizada do Estado, na década de 80, e com a implantação das idéias neoliberais do Consenso de Washington, a partir do governo Collor, o Estado e as instituições públicas de planejamento e gestão passam a ser desvalorizados e esvaziados.[3] A isto, veio a somar-se a abertura unilateral de nossa economia, enquanto os países desenvolvidos protegem de todas as maneiras possíveis as suas próprias e pregam a abertura para os outros. O programa de privatizações é ainda um assunto controverso e polêmico. Questiona-se o fato de ter-se iniciado pelas nossas melhores empresas e pelo valor recebido ou destino dado aos recursos provenientes de sua venda.[4]

Há alguns aspectos pouco explorados quando se analisam as privatizações do ponto de vista do desenvolvimento da Administração no Brasil. Dois são apontados pela literatura como negativos e um terceiro como positivo. O primeiro diz respeito à falta de apoio ao trabalhador e aos técnicos brasileiros das empresas nacionais privatizadas, que perderam seus empregos. A privatização significou redução de 30% a 60% da mão-de-obra empregada. É claro que, posteriormente, com a ampliação dos investimentos houve novas contratações. Os operários e técnicos demitidos não foram compensados nem requalificados para serem aproveitados em outras funções nas empresas privatizadas ou reabsorvidos pelo mercado de trabalho (Caldas,1999:135 e Giroletti, 2007:321). O segundo aspecto negativo é representado pela perda de postos de direção e gerência de diversas empresas nacionais que foram privatizadas e passaram ao controle do capital estrangeiro. Nessas empresas, a maioria dos cargos de direção e gerência passou a ser confiada a profissionais estrangeiros. Deve-se lembrar que a Administração no Brasil cresceu com base na empresa nacional e estatal, e que a contratação de profissionais estrangeiros para os cargos de direção e gerência de empresas criadas pelo Estado e com contribuições de todos os cidadãos foi uma grande perda para os profissionais e gestores brasileiros. Pelo terceiro, estudos mostram a positividade das privatizações do ponto de vista político, econômico e administrativo. Entre os ganhos, citam-se a melhoria no desempenho e na produtividade das empresas, a maior "profissionalização da diretoria e a mudança para melhor na administra-

3 - Até as teses do Consenso de Washington estão sendo revisadas. Em abril de 2006, realizou-se, em Belo Horizonte, a 47ª. Reunião Anual do BID. A Conferência foi promovida pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG e pela Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras – ALIDE. O articulista da Folha de São Paulo, Clóvis Rossi, ironizou as previsões feitas pelo economista John Williamson, um dos idealizadores das teses do Consenso de Washington, ao escrever: "A velha cabeça do colonizado procura sempre nos gurus estrangeiros (...) os modelos que os tupiniquins não andam colocando no mercado". Em outra passagem, endossa a fala de Douglas North, outro economista presente, ao afirmar o que já se sabia:



"... não há tamanho único, universal e permanente para o desenvolvimento". Desenvolvimento significa: "crescimento, sustentabilidade e igualitarismo" (FSP, 02/4/2006, A2).

4 - Faz-se referência às críticas ao programa brasileiro de privatização pelo jurista Fábio Konder Comparato: "Um atentado contra o Patrimônio Nacional" (FSP, 02/9/2007, A3), entre inúmeras outras. Para um balanço positivo do programa de privatização, consultar: Caldas, 1999:121-37.

ção das empresas privatizadas" (Caldas, 1999:134).

Ultimamente, o achatamento salarial, a falta de carreira, a terceirização das atividades, a pouca valorização profissional do servidor público concursado pela nomeação profusa de pessoas para cargos de recrutamento político-partidário amplo, entre outros fatores, acabaram por se refletir negativamente na auto-estima e atuação dos servidores públicos mais competentes, recrutados por mérito e compromissados com a função pública estatal. Isto pode representar uma solução de continuidade nas iniciativas de institucionalização e profissionalização da gestão pública, que vinha se desenvolvendo desde a segunda metade do Século XX. Estes fatores negativos refletiram-se na redução da qualidade dos serviços públicos prestados em todos os níveis. Outro resultado desse conjunto de fatores negativos tem sido o afastamento de técnicos e gestores competentes da administração estatal para a iniciativa privada ou por requerimento precoce de suas aposentadorias. A crise política, advinda do 'mensalão', de uso de caixa dois na campanha eleitoral e de dossiês elaborados por "aloprados", além dos problemas de representatividade política, reflete-se na desvalorização da carreira pública e dos funcionários recrutados por competência e mérito, e na confusão entre público e privado, agravadas pela presença em profusão de gestores despreparados e/ou provenientes de recrutamento político amplo[5]. Muitos desses funcionários têm sido também agentes de desvios e malversação dos recursos públicos e de corrupção, outro câncer que precisa ser extirpado para o país poder retomar seu desenvolvimento com estabilidade[6]. Um quadro de bons gestores competentes e profissionalizados é também um bom antídoto contra a corrupção, mais endêmica do que a dengue.

Formar bons gestores é uma necessidade social, porque deles também depende a qualidade dos serviços ministrados pelas nossas instituições públicas, o volume de negócios, a produção, o transporte, a comercialização e a exportação de bens e serviços produzidos pelo setor privado-agronegócio, a indústria e o terciário, e o fortalecimento das instituições comunitárias e do terceiro setor, em processo de institucionalização e profissionalização. Na verdade, entre as grandes mudanças que se vive, processa-se uma revisão profunda dos modelos de desenvolvimento, até há pouco tempo vigentes. Abandonam-se as duas visões segmentadas e opostas de desenvolvimento: o "socialismo real" e o "neoliberalismo". O primeiro, consagrou o Estado como único agente de desenvolvimento. O "neoliberalismo" fez do Mercado seu único promotor. Pela concepção contemporânea, o desenvolvimento é fruto da ação sinérgica dos três segmentos principais - Estado, Mercado e Comunidade, aí incluído, o Terceiro Setor[7]. Se essa nova visão do desenvolvimento estiver correta, o ensino de Administração terá, por desafio, de formar profissionais para atuarem nos três setores, de forma sinérgica e integrada. Por essa concepção, o profissional de Administração não será um mero técnico, que cuida apenas do operacional, mas um intelectual que tenha a visão estratégica do desenvolvimento como um processo global de crescimento, sustentabilidade e inclusão social. Ele será implementado pela articulação de ações, propósitos e recursos pertinentes aos três segmentos, sob liderança do Estado[8].



5 - No dia 21 julho de 2005, o governo Federal, em reação à crise do 'mensalão', resolveu extinguir cerca de 70% dos cargos ocupados por indicações políticas. Quando isto se efetivar, os 21.197 cargos de recrutamento amplo deverão ser reduzidos a 6.939. Se isto vier a acontecer, seria efetivamente um dos lados positivos da crise. Espera-se que haja outros. (Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jul. 2005. A11).

6 - Faz-se referência à crise política consubstanciada no relatório CPMI dos Correios e na denúncia encaminhada pelo Procurador Geral da República ao STF, que ficou conhecida por 'mensalão', e pelo uso do Caixa dois nas eleições, dentre outros ilícitos.

7 - Para maior discussão sobre esses modelos, consultar: OFFE, 1999: 47-68 e THERBORN, 1999:79-89.

8 - Há uma grande tendência na literatura de pensar o administrador pelo lado operacional e logístico, quando, na verdade, sua maior atuação é no campo estratégico e na articulação com as outras duas dimensões. Neste sentido, ele desempenha funções relevantes, reservadas pela literatura especializada ao papel do intelectual. Consultar: BOBBIO, 1997 e SAID, 2005.

1.3 - A Consolidação da pós-graduação, a formação do professor e a expansão do ensino superior em Administração

A institucionalização e a profissionalização da Administração no Brasil confundem-se, em certo sentido, com a história da implantação do ensino de graduação e de pós-graduação em Administração[9]. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq tiveram papel fundamental na qualificação de professores e pesquisadores no exterior e, posteriormente, na criação e consolidação dos programas de mestrado e doutorado no país, em todas as áreas.

Depois de um início tardio, a criação de cursos de graduação e pós-graduação em Administração teve, em seguida, um crescimento expressivo. Em 1967, haviam 31 cursos de Administração em funcionamento. Na década de 70, o crescimento foi vertiginoso: em 1973, haviam crescido mais de cinco vezes: eram 177 cursos em operação; em 1978, quase duplicaram novamente: 244 cursos de graduação. Neste mesmo ano, a pós-graduação em Administração já era uma realidade: 14 programas de mestrado e quatro de doutorados (ALMEIDA, 2005: 12). Em 2003, pelos dados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC, os cursos de Administração no país haviam suplantado os de Direito em número de alunos. Dos 3.887.771 alunos matriculados em cursos presenciais, 564.681 o eram em Administração (14,5%) e 508.424, em Direito (13,1%) (INEP/MEC, CENSO 2003). Esta grande expansão deve ser debitada às facilidades e às poucas exigências para a abertura de novas faculdades de Administração, mas é também fruto de outras positividades: aumento do número da melhora na qualidade dos professores de Administração, formados nos cursos de especialização, mestrado e doutorado.

A profissionalização do professor universitário, qualificado no exterior e no país, foi outro importante subproduto deste longo processo de institucionalização do ensino superior e de pós-graduação no Brasil, em Administração e em outras áreas[10]. Sua formação, em qualidade e quantidade, possibilitou, entre outros fatores, a grande expansão do ensino superior em Administração e em áreas afins no Brasil, dos anos 90 até hoje.

Por fim, a maior procura pelos cursos de Administração demonstra, também, o prestígio social que a profissão goza entre nós e as mudanças processadas no mercado e no mundo do trabalho. O fim do emprego e do trabalho com carteira assinada tem estimulado o empreendedorismo. O saber gerir o próprio negócio ou o de terceiros tornou-se uma ferramenta imprescindível para qualquer profissional que queira ser um empresário ou ingressar no mercado de trabalho ou esteja preocupado com a própria empregabilidade. Do ponto de vista da oferta, a percepção destes fatores favoráveis tem sido levada em conta pelos dirigentes das Instituições de Ensino Superior – IES, quando da abertura de novos cursos de Administração por todo o país.

1.4 - O Crescimento da pesquisa e da qualidade da produção acadêmica

A institucionalização e a profissionalização facultaram também o crescimento

9 - O desenvolvimento da pós-graduação começou a se implantar no Brasil a partir do parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, elaborado pelo Prof. Newton Sucupira. Com a aprovação do Plano Nacional de Pós-graduação, em 1968, Capes e CNPq ficaram encarregados de implementá-lo. O CNPq ficou responsável pelo apoio aos projetos de pesquisa e a Capes investiu pesado na qualificação de docentes (LOUREIRO, 1997: 242). A história destas duas instituições são dois casos de sucesso no nosso desenvolvimento.

10 - São muitas as referências que contam essa história bem sucedida da pós-graduação no Brasil. Para maiores informações consultar: COUTINHO, 1977 e LOUREIRO, 1997.

da pesquisa e da produção acadêmica no campo da Administração no Brasil, em quantidade e qualidade. A despeito da grande atração que o mercado e certas profissões de Estado exercem sobre os profissionais da Administração, oferecendo-lhes melhores oportunidades de emprego, remuneração, renda e outras vantagens, não há dúvidas que uma parte significativa permaneceu na Universidade, dedicando-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Certamente, a realização de pesquisas, o aumento da produção acadêmica e a melhora de sua qualidade são também outros produtos da institucionalização da Administração e da profissionalização do professor universitário, fruto da criação de regimes especiais de trabalho, como o contrato de Dedicação Exclusiva nas IFES; o de 40 horas semanais nas universidades públicas e privadas; o estabelecimento da carreira docente, que requer mestrado e doutorado. A exigência de titulação e da produção científica como condições de ingresso, permanência e progressão na carreira universitária, são outros fatores que estimulam a pesquisa e a qualificação de novos mestres e doutores na área.

Além da atuação da Capes e do CNPq na qualificação de docentes e pesquisadores, e no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, deve-se mencionar as iniciativas da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e das fundações estaduais de amparo à pesquisa, que têm aumentado a disponibilidade de verbas para a qualificação de talentos e realização de pesquisas. Embora no seu conjunto, os recursos gastos em P&D sejam, ainda, considerados insuficientes, essas iniciativas são outros fatores favoráveis à profissionalização do professor universitário e à expansão do ensino superior, da pesquisa e da produção científica em Administração e em outras áreas.

A profissionalização e institucionalização da Administração podem ser medidas por outros indicadores, tais como: o número crescente de publicações, livros, revistas impressas e eletrônicas e de autores nacionais; a diversificação do ensino de Administração, com a criação, inclusive, dos mestrados profissionalizantes; e, o número crescente de trabalhos inscritos para congressos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, com seus diversos encontros setoriais por especialidades, como os Estudos Organizacionais – ENEO e Estudos em Estratégias – 3Es e outros.

A despeito desse crescimento, ainda subsiste a controvérsia sobre a qualidade da produção acadêmica produzida no Brasil no campo da Administração. Isto continuará objeto de polêmica constante entre os profissionais e pesquisadores da área. No entanto, a avaliação crítica não pode negar nossas positividades, nossos avanços e nossas conquistas[11]. Deve-se resumir aqui todos os argumentos anteriormente apresentados: a qualidade reconhecida internacionalmente dos executivos brasileiros; a melhora na gestão das nossas empresas, mesmo as familiares, e o aumento da competitividade interna e externa de nossa economia. E mais: a consolidação do ensino de graduação e pós-graduação no Brasil, a qualificação dos nossos professores e pesquisadores e, por fim, o crescimento da pesquisa e da qualidade da produção acadêmica em Administração. Estes avanços não foram obtidos por geração espontânea, mas são fruto de muita dedicação e muito trabalho. Certamente, neste feito há o intercurso positivo de inúmeros profissionais da Ad-

11 - A qualidade ou não da produção brasileira em Administração é um tema controverso. Para uma avaliação negativa da produção brasileira em Administração, consultar: BERTERO e KEINERT, 1994:81-90; e, MACHADO, CUNHA e AMBONI, 1990: 11-28. Uma visão negativa da nossa produção foi reproduzida nos prefácios e capítulos escritos por autores brasileiros e publicados nos volumes 1 e 2 do Handbook dos Estudos Organizacionais, 1998 e 2001. No volume 3, publicado em 2004, já há uma suavização da crítica negativa da nossa produção intelectual em Administração. Para uma reavaliação crítica das avaliações citadas, consultar: GIROLETTI, 2000.

ministração e de instituições do Brasil e do exterior. A crítica à qualidade de nossa produção é importante e deve ser permanente, porque funciona como estímulo e pressão para a nossa melhora contínua e permanente.

2 - OS DESAFIOS

Mencionam-se, nesta parte, várias limitações relacionadas à institucionalização, à profissionalização e ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da produção científica da Administração, que ainda perduram, mas precisam ser encarados como desafios a serem superados.

2.1 - Ausência de uma história abrangente e profunda da Administração

Falta uma história abrangente, profunda e atual do desenvolvimento da Administração no Brasil. A despeito da positividade da profissionalização e institucionalização e de algumas tentativas limitadas de estudos da arte, persiste uma lacuna nesse campo intelectual – a ausência de uma história do desenvolvimento da Administração em amplitude e profundidade, que abranja todos os aspectos mais relevantes, tais como: ensino, pesquisa, profissão, institucionalização e profissionalização, financiamento, principais instituições etc. Isto já foi feito e bem nas outras áreas do conhecimento no país[12]. Os estudos da arte sobre a produção acadêmica em Administração e nas especialidades correlatas são limitados em escopo e abrangência.

Escrever essa História da Administração é uma necessidade e um desafio para os intelectuais deste campo do conhecimento. Será necessário mapear e avaliar "o que, o como e o para quê" foi feito, se faz e se fará. Um balanço do seu desenvolvimento, o realizado, as lacunas, os avanços e as potencialidades. Não se pode crescer sem um bom conhecimento de quem somos, do que temos e do que queremos ser. O mapear os estudos e as experiências no campo da Administração, e aquilatar a sua qualidade em perspectivas histórica e regional e também comparativa com outros países, impõe-se por si mesmo e pelas razões expostas. Refletir sobre a história do desenvolvimento do nosso campo do saber faz parte dos estudos teóricos de qualquer especialidade. É também necessário para a formação das novas gerações e para o desenvolvimento futuro da Administração: como, por onde e para onde crescer. Sanar esta lacuna continua a ser um desafio para a comunidade dos administradores, dos acadêmicos e de suas organizações representativas.

2.2 - Transformar a expansão quantitativa do ensino superior de Administração em qualitativa

Esse é o segundo grande desafio da Administração e de todo o ensino superior no Brasil. Como? Pela atual legislação, a transformação da quantidade em qualidade estaria mais a cargo de mecanismos próprios do mercado, que se encarregariam de separar o joio do trigo, garantindo-se, ao final, a sobrevivência dos melhores cursos. Na Educação, como em outros setores estratégicos, que dizem respeito ao futuro

12 - O mapeamento dos estudos realizados na Antropologia é paradigmático para as demais áreas do conhecimento. Os interessados nestes estudos podem consultar: CARDOSO e DURHAM, 1986; MELATTI, 1984:.3-52; RUBIM, 1997:31-72.

da nacionalidade e do país, não se pode delegar essa responsabilidade ao mercado. Essa é uma competência de Estado. A Educação, por outro lado, como bem público e direito individual e social, não pode ser reduzida a uma "commodity". É um serviço público que, mesmo delegado à iniciativa privada, requer regulamentação, fiscalização e avaliação efetiva por parte do Estado[13].

2.3 Desestimular a hiperespecialização

Além do crescimento desordenado e da frouxidão na regulamentação pelo Estado, os novos cursos de Administração, para diferenciarem-se um dos outros no mercado, e no intuito de atrair maior clientela, têm adotado uma estratégia que pode ser qualificada de suicida: uma excessiva especialização. Esta opção vai a contrapelo às propostas de reforma universitária em curso na União Européia e às sugestões da UNESCO para a educação no Século XXI. Por elas, deveria predominar, no ensino superior, a formação teórica e generalista, postergando-se, ao máximo, a especialização[14]. Se esta recomendação faz sentido, haveria não muitas especialidades na área de Administração, como: gestão da produção – as novas bases produtivas, tecnológicas e o uso generalizado da informática; Recursos Humanos, Marketing, Finanças, Administração Pública e gestão do Terceiro Setor.

As propostas da UNESCO e de reforma universitária da União Européia opõem-se à estratégia adotada pelas faculdades brasileiras de Administração, que buscam melhor situar-se no mercado pela oferta de cursos calcados na especialização crescente. Justificam esta opção nas peças publicitárias como fator diferencial de mercado, fato aceito aparentemente pelo MEC. Examinada criticamente, esta orientação contraria o próprio mercado, definido não mais localmente, mas pelo processo de globalização, com as transformações que ela impõe ao sistema produtivo e ao mundo do trabalho de todos os países. Internamente, esta especialização não se coaduna com a demanda do mercado interno brasileiro, que não é tão diferenciado, nem tão sofisticado para absorver todas essas especialidades. Pelo contrário, o mercado parece demandar profissionais de formação generalista e interdisciplinar. Na vida prática, a pessoa com formação geral, adapta-se melhor às mudanças de emprego e de trabalho do que o especialista. Isto é especialmente válido para o momento presente, marcado por transformações tecnológicas constantes e em ritmo cada vez mais acelerado.

Por fim, do ponto de vista teórico, a superespecialização é mais associada à falta de vitalidade e de inovação. Para Edgar Morin: ... "na vida, como na história, a superadaptação às condições dadas nunca foi um indício de vitalidade, mas prenúncio de senilidade e morte pela perda da substância inventiva e criadora." (MORIN, 2001: 83). Se a observação do sociólogo francês estiver correta, a hiperespecialização do ensino superior de Administração poderá converter-se em desencanto, frustração ou esterilidade[15].

2.4 – Universidade, instituição crítica[16]

Outra deficiência do ensino de Administração (talvez valha para a educação

13 - Esta regulamentação é necessária e a prova disto são os vários projetos de Reforma Universitária em tramitação no Congresso Nacional. O último deles foi o preparado pelo MEC. Estes projetos sinalizam a necessidade de maior Regulamentação do ensino superior, feita por lei ordinária e não mais por portarias, e outras expedientes burocráticos.

14 - Para uma discussão desta problemática, consultar: DELORS, J., 2000; MORIN, 2000; VAREJÃO, 2000: 91-93.

15 - Felizmente, começam a surgir reações internas contra a existência de 248 especializações em Administração, oferecidas nos diversos cursos de graduação no Brasil.



Essa reação provém do Conselho Federal de Administração - CFA e da ANGRAD, que definiram novas diretrizes curriculares nacionais pela Resolução nº. 4 de 13/7/2005. Para maiores informações, consultar: REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, 2005:36.

16 - Usa-se a categoria - Universidade, instituição crítica - no sentido usado por Afrânio COUTINHO, 1977: 40.

superior brasileira como um todo, com as honrosas exceções) é abandonar a especificidade de instituição crítica, que marcou a Universidade desde sua fundação, na Idade Média, e reafirmada na Idade Moderna com o desenvolvimento da ciência. A sua missão continua sendo a de promover a pesquisa e a didática em alto nível, mesmo com o acréscimo de novas competências de formar novos talentos para as diferentes profissões e para o desenvolvimento cultural, social e econômico dos respectivos países onde atua. O ensino teórico, o desenvolvimento do raciocínio, a capacidade de abstração e generalização, a criatividade, a inovação, o empreendedorismo, o senso crítico, a capacidade analítica etc., devem ter precedência sobre a prática. Como diz Dominique Lecourt: ... "o pensamento científico, por essência, não é um pensamento de adesão ou, se preferirmos assim dizer, um pensamento "adesivo"; ele é muito mais um pensamento que se "desdobra" (Bachelard), um pensamento que não pára de julgar-se a si mesmo, para melhor progredir por meio de retificações progressivas." (LECOURT, 2001: 526). Esse "espírito" do pensamento científico, que se "desdobra", deve impregnar o ensino e a formação dos alunos, porque, se eles aprendem a desdobrar-se como o pensamento científico, o novo profissional da Administração estará apto a acompanhar as mudanças do mundo globalizado, do mercado e das profissões, todos em transformação contínua e permanente.

Abandonar o caráter crítico do conhecimento científico, filosófico ou artístico é um erro estratégico grave que muitas universidades estão cometendo. As IES e o professor que nele incidirem pagarão um alto preço. O diploma pode ser vendido, mas o conhecimento, fundamental para formar a pessoa, o cidadão e o futuro profissional, tem que ser buscado ao longo da vida e assimilado individualmente. O pensamento e o método científico precisam ser compreendidos, apreendidos e internalizados. Neste sentido, o conhecimento não se compra. Por isto, as universidades não podem abrir mão de sua missão de educar e formar, e de sua especificidade: uma instituição que precisa primar pelo ensino e pela pesquisa. O conhecimento é a nossa aposta para enfrentar o futuro, com suas incertezas e imprevisibilidades.

2.5 - A Universidade não pode "clonar" a empresa privada

Ouve-se, com freqüência, que o curso modelar de Administração é aquele que prepara o aluno para o mercado, oferece um conhecimento prático ou simula a atmosfera futura da empresa onde irá trabalhar. Como as IES podem oferecer isto, se o mercado e o conhecimento prático de hoje não serão aqueles do amanhã? Não há como negar que o mercado e as empresas modificam-se com extrema velocidade. Por isto, dificilmente o que se ensina hoje na Universidade valerá amanhã, ao final do curso, quando o aluno ingressar no mercado de trabalho. Por este fato, parece ser inútil a pretensão da Universidade de querer clonar o mercado ou ensinar o que as empresas sabem fazer melhor: repassar procedimentos operacionais ou administrativos, sempre muito específicos de cada empresa, rotinas de fácil assimilação e aprendizado.

O que a Universidade deverá fazer, então?

Ela deverá proporcionar uma "formação de uma base sólida o bastante

para que, em meio às mudanças, o aluno saiba navegar. Deve-se preparar os alunos para uma vida de tempestades. E uma das melhores bússolas é o conhecimento dos clássicos – não porque dêem lições imortais, invariáveis [...], mas porque, na sua diversidade, permitem exercitar o espírito com tal liberdade, diante das injunções do cotidiano, que, mudando este, a mente saiba encontrar um novo nicho, embora tão provisório quanto o anterior." (RIBEIRO, 2003:114). Mais do que conteúdo, requer-se a aprendizagem de um método que ensine o aluno a pensar e, uma vez apreendido essa metodologia, o futuro profissional teria condições de aplicá-la em qualquer situação por mais inusitada que seja.

As IES não podem ainda pretender rivalizar com a empresa privada, antecipando-se às mudanças rápidas e intermitentes do mercado, embora devam acompanhar essas transformações e manterem o ensino atualizado, o que sempre foi e é um grande desafio. Neste particular, contata-se, novamente, a importância da pesquisa, porque ela renova o ensino e obriga o professor a 'aprender a aprender' ao longo da vida. Se a Universidade é uma instituição de outra ordem, que não pode ser confundida com o mercado, ela também não poderá desconhecê-lo. O mercado será sempre um dos seus interlocutores. Com ele, deverá interagir constantemente, para conhecê-lo, para dar-lhe respostas críticas, e porque prepara profissionais para trabalhar nele. A Universidade precisa valorizar sua especificidade como instituição de ensino e produtora de conhecimento, o principal fator produtivo e estratégico para o desenvolvimento dos países. Do ensino, que se transmite, e da pesquisa, que se faz, dependerá o desenvolvimento futuro do conhecimento, dos países e da humanidade em seu conjunto[17].

Deve-se reconhecer que, em qualquer área do conhecimento, mas, especialmente, no campo da Administração, toda a leitura da realidade é sempre feita mediante uma teoria, quer se tenha consciência deste fato ou não[18]. Daí, o alcance e a propriedade da afirmação de Kurt Weick: "nada mais prático do que uma boa teoria". Isto vale também para a "Administração, arte e ciência", nascidas da prática e, em grande medida, legitimadas por ela.

Por fim, deve-se levar em conta que, hoje, o conhecimento teórico precede a descoberta científica e o avanço da ciência é condição para o desenvolvimento da tecnologia moderna. A física quântica foi, primeiramente, um enunciado. Só em etapa posterior seus princípios foram e estão sendo comprovados[19]. Essa premissa começa a se estender às demais ciências, exigindo uma nova relação entre teoria e prática, e reafirmando a positividade do ensino teórico, que faz parte da missão da Universidade. Só o futuro dirá em que medida isto será realizado no campo da Administração.

2.6 - O Ensino de Administração e a crise de valores

A Universidade, além de formar o autor, o pensador, o produtor de conhecimentos e o inovador, não pode abrir mão da sua responsabilidade de educar o cidadão e a pessoa humana na sua plenitude (CF, 1988, art.205). O modelo de realização humana é ainda aquele do Renascimento e da Modernidade: um ser autônomo, dono de seu próprio destino,

17 - Não se necessita de muita imaginação para se mostrar a importância da formação universitária: um mestre-de-obras dificilmente chegará a ser engenheiro apenas pela prática. A vantagem prática do mestre-de-obras será logo superada pelos conhecimentos adquiridos num curso superior de Engenharia. A abertura de qualquer negócio depende de conhecimentos específicos. Acabou o tempo da improvisação e do despreparo.

18 -Não se está opondo teoria à prática, como se uma fosse superior à outra. Na verdade, há uma relação dialética entre elas. Para uma maior reflexão sobre esta questão, cconsultar: MARSDEN e TOWNLEY, 2001:30-33.

19 - Na verdade, a relação entre ciência e tecnologia sempre foi muito estreita. No passado, o desenvolvimento da tecnologia foi, em muitas épocas, maior do que o da ciência, por razões militares. Hoje, o crescimento da ciência parece ter se autonomizado da tecnologia, mas ambas avançam em ritmo mais acelerado. Para uma discussão desta problemática, consultar: GRANGER, 1994: cap. 2; e, para dados mais históricos, consultar: RUSSEL, 1969, livro III.

comprometido com o desenvolvimento do seu país, a sobrevivência da humanidade, os direitos humanos, a ética, a democracia e a paz[20].

Os valores do Humanismo e o ideário da Modernidade continuam sendo imprescindíveis para se viver no mundo global, para aprender a operar com o excesso de informação, para resistir à massificação, ao fundamentalismo e fanatismo, ao terrorismo, às guerras de invasão, aos genocídios e às tiranias. A crise de valores da nossa época é profunda e se manifesta em todas as áreas. Ela chegou ao ramo de negócios e ao campo da Administração: a adulteração de balanços contábeis das empresas; as freqüentes denúncias de descumprimento de normas técnicas ou da falta de qualidade de produtos e serviços; os reajustes injustificados de preços; os juros abusivos, o "dumping" etc. A crise de valores manifesta-se com toda a intensidade na administração pública brasileira com o 'mensalão', uso de caixa dois nas eleições, 'dossiês'.

Como enfrentar essa crise de valores que atinge a humanidade e o nosso país, em particular?

A resposta mais adequada à crise de valores virá da defesa e da difusão dos "valores intrínsecos à cultura universitária", que se expressam pela: "autonomia da consciência, problematização (com a conseqüência de que a pesquisa deve ser sempre aberta e plural), pelo primado da verdade sobre a utilidade e pela ética do conhecimento". E, finalmente, deve-se apostar nos princípios do Humanismo e da Modernidade, dos quais a Universidade é herdeira e guardiã. Eles ainda são válidos para resolver a crise valorativa que afeta as pessoas, os negócios, o país e a humanidade no momento atual (COUTINHO, 1977:2 e MORIN, 2001:82). Creio que é chegado o momento de se questionar a hegemonia do neoliberalismo, pela insuficiência e inconveniência de suas propostas políticas e de suas estratégias de desenvolvimento.

2.7 - Influência externa: mimetismo, colonialismo ou positividade?

É recorrente entre nós, a crítica à dependência dos autores brasileiros em relação à literatura estrangeira ou à produção exógena. Esta crítica tem aumentado com o predomínio do pensamento neoliberal nas análises econômicas e administrativas. Em que medida, as críticas (que às vezes se confundem) à hegemonia do neoliberalismo e ao mimetismo da nossa produção acadêmica na área de Administração fazem sentido ou não? E como os dois problemas se relacionam? São duas questões complexas e o nosso espaço de resposta é limitado.

A crítica ao mimetismo faz sentido na medida em que se vê nele uma reprodução extemporânea de uma mentalidade colonial ou colonialista, que só valoriza o estrangeiro e despreza o nacional. A crítica vale, também, para atos que copiam acriticamente ou sem as adaptações necessárias, os modelos externos de gestão, certamente mais eficazes e eficientes para solucionar problemas administrativos dos países para os quais foram produzidos.

Essa crítica tem seu mérito quando se refere à cópia pelos nossos currículos escolares de matrizes externas, especialmente das norte-americanas. Hoje, essa 'clonagem' poderá estar sendo revista ou ampliada, porque as IES passaram a ter autonomia para definir, com maior liberdade, os currículos de todos os cursos, já

20 - Segundo MORIN, são três as funções da Universidade: ela "conserva, memoriza, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, idéias, valores; regenera essa herança, ao reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la; gera saberes, idéias e valores, que passam, então, a fazer parte da herança. Assim, ela é conservadora, regeneradora e geradora" (2001a: 81).

que o MEC deixou de impor o "currículo mínimo", que, na verdade, de mínimo tinha pouco[21]. Deve-se reconhecer que essa decisão do MEC é um avanço e um estímulo para as IES se exercitarem na prática da autonomia didático-científica, princípio consagrado pela Constituição Federal de 1988. Estão as IES maduras para exercer essa autonomia? Só o tempo dirá. A autonomia universitária, mais do que uma reivindicação, deve ser uma conquista diária, que não só se exerce na organização dos currículos, mas, de modo permanente, na prática do ensino e da pesquisa. Esse é outro aprendizado que deverá acontecer, e a liberdade concedida pelo MEC é outra oportunidade para a vivência da autonomia se efetivar na realidade.

Qual será a opção curricular das IES? Ainda não se tem resposta para este problema, mas pode-se refletir um pouco sobre as alternativas existentes. Na verdade, no âmbito da Economia e da Administração são duas as correntes que dividem a comunidade acadêmica e estão presentes na estruturação dos cursos de graduação, pós-graduação e na organização da ANPEC e ANPAD, desde sua fundação. A primeira, a pluralista, defende a diversidade de orientação ideológica, doutrinária e metodológica no ensino da Economia e da Administração. A segunda dá prioridade ao "mercado privado nacional e mundial" – a formação do futuro administrador ou economista terá como "caminho a integração ao 'mainstream' internacional". Nesta última perspectiva, os pluralistas podem existir, mas como "orientação minoritária"[22]. Essas divergências perpassam todos os programas, os seminários e as publicações de Economia e Administração. Certamente, com a hegemonia neoliberal, a contraposição entre as alternativas deve ter se acentuado e a segunda posição torna-se predominante no meio universitário brasileiro e internacional.

Por outro lado, a crítica ao mimetismo não tem sentido quando, com ela, se absolutizam a autonomia e a originalidade. Do exame da história universal, constata-se que o desenvolvimento é eminentemente híbrido, feito mais por "empréstimos" e imitações do que de originalidades[23]. Os "empréstimos" entre povos e culturas acentuaram-se com o desenvolvimento do capitalismo que, pelo seu caráter global, é eminentemente uniformizador. Na era global do capital, com o aumento da interdependência e a superação das diversas fronteiras, os "empréstimos" entre países intensificaram-se muito mais. Hoje, luta-se (reativamente) pela preservação da diversidade cultural, e a ONU e a UNESCO têm desempenhado papel importante neste sentido[24].

Uma maior referência aos autores estrangeiros pelos acadêmicos brasileiros, mais que uma opção, pode ser considerada como contingência, virtude e necessidade. É uma contingência histórica porque, quer se queira ou não, a Universidade, o capitalismo e a ciência desenvolveram-se primeiro e desenvolvem-se com maior intensidade nos chamados países centrais do que nos periféricos. Até hoje, as conseqüências do maior desenvolvimento desses três fenômenos nos países centrais ainda não foram revertidas. Este dado, que é estrutural, alimenta a dependência dos emergentes com relação aos mais desenvolvidos, enquanto essa desigualdade perdurar.

Usar a literatura estrangeira no meio universitário é considerado uma virtude, na medida em que isto significa não isolamen-

21- A discussão sobre mudança curricular tem sido muito intensa no campo da Administração nos fóruns representativos, como a ANPAD, ANGRAD e os Conselhos Nacional e Regionais de Administração e nas IES. Para um apanhado destas discussões consultar REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, 2005.

22 - Para uma discussão das duas correntes na Economia (ANPEC) e na Administração, e sobre sua presença nas várias instituições universitárias, consultar : LOUREIRO, 1997:235-296.

23 - Para uma maior discussão dos "empréstimos" entre civilizações, consultar: BRAUDEL, 1969: 270.

24 - Para discutir melhor essa questão, consultar os diversos ensaios que constam do livro organizado por Mônica Allende Serra (2005).

to, mas atualização e atualidade, valores não apenas cultivados, mas cobrados pela academia. Atualização é uma exigência da academia para o ensino e a pesquisa, e do mercado para trabalhos profissionais de qualquer natureza. É preciso ter presente que o capitalismo é um modo de produção mundial e a ciência é um conhecimento de dimensão universal e universalizante. O Brasil, como país, é produto, e faz parte da civilização capitalista ocidental.

Muitos profissionais brasileiros estudaram e/ou fizeram pesquisas no exterior com dinheiro público. O conhecer e o citar, portanto, a literatura estrangeira, tornam-se uma obrigação e um dever de ofício. A internalização do conhecimento, em decorrência da política de qualificação de acadêmicos no exterior, e o seu uso para fins de ensino, pesquisa ou da prática gerencial, são positividades. Não significa, necessariamente, colonialismo. Uma coisa é deter o conhecimento e outra coisa é submeter-se ao domínio estrangeiro ou fazer o jogo dos interesses alienígenas. Valem, neste sentido, os conselhos do ex-ministro Delfim Neto, quando afirma, referindo-se aos economistas: "Fomos construídos para produzir o desenvolvimento econômico". E noutra passagem acrescenta: os profissionais que nós formamos são "economistas para resolver os nossos problemas. São economistas que têm de entender de mercado, mas que saibam que o mercado tem restrições. Saibam que o mercado não é Deus". Os economistas devem "entender que o conhecimento que devemos ter de teoria econômica ou de qualquer outra ordem é para cumprir um papel social": o desenvolvimento brasileiro (DELFIM NETO, 1997:237-240). Este conselho vale para os administradores, profissionais de outras áreas e para todo brasileiro comprometido com o desenvolvimento sustentável de seu país.

Ter conhecimento da literatura estrangeira é uma necessidade profissional e um diferencial enorme para quem a conhece. O capitalismo é um modo de produção mundial e ter referências práticas e teóricas dos países onde o desenvolvimento é mais dinâmico é uma vantagem competitiva, porque permite analisar as mudanças que ele opera alhures, antes que seus possíveis reflexos cheguem ao Brasil. Conhecer essas mudanças pode fornecer os indícios e os rumos do desenvolvimento da economia brasileira no amanhã. Isto não é apenas válido para o mercado de capitais, mas para qualquer ramo de negócios. "Administração, ciência e arte", deverá ocupar-se desta nova realidade pela influência que ela tem para as empresas e o mercado. Conhecer essa nova realidade e a literatura estrangeira que a descreve, pode ser uma boa estratégia para antecipar-se aos fatos e uma fonte inesgotável de boas idéias e de oportunidades para novos empreendimentos econômicos ou para nossas pesquisas acadêmicas.

Por fim, deve-se dizer que não faz sentido cobrar uma administração 'à brasileira', pois o conhecimento de ponta continua sendo produzido lá fora. E conhecer os novos avanços da economia capitalista, pela prática ou pela literatura que os descrevem, torna-se uma questão inevitável e obrigatória para o desenvolvimento da ciência, da nossa academia e do nosso país.

3 – PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO FUTURO

Ao apresentar os diversos desafios, muitas alternativas de superação já fo-

ram sugeridas. Isto não dispensa algumas considerações finais. O que precisa ser feito? Por onde crescer? Como superar nossos limites ou o estádio atual do nosso desenvolvimento?

Qualquer visão de futuro parte sempre do que somos e construímos e do que se deseja ser no amanhã. Como deverá ser o ensino? Resumindo o que se disse, a educação deverá incentivar a reflexão para a criatividade, a inventividade e a inovação. Nunca se deve limitar os alunos aos modelos já constituídos, mas estimulá-los a buscar e a testar novos caminhos. Para tanto, deve-se combater a hiperespecialização e o ensino fragmentado, estimular o conhecimento de obras inteiras e a leitura desinteressada mais do que a interesseira.

O conhecimento dos clássicos da Administração e das Ciências Sociais deverá estar sempre presente na formação dos nossos alunos de graduação, mestrado e doutorado. Isto, não com o intuito de repassar lições imortais ou perenes, mas para exercitar a liberdade, frente às limitações e às mudanças do cotidiano, sabendo-se que a nova realidade e o nosso conhecimento sobre ela são sempre provisórios, tanto quanto as leis científicas, que apenas vigoram enquanto não forem refutadas. Além desses argumentos, devem-se lembrar as sábias palavras de Alfred N. Whitehead: "Uma ciência que hesita em esquecer seus fundadores é uma ciência condenada"(LÉVY-LEBLOND, 2001:70). Esta afirmação é outra advertência contrária à hiperespecialização, já criticada anteriormente.

Em segundo lugar, vale considerar que até os próprios paradigmas da ciência da natureza ("hard") estão em mutação. Os seus quatro princípios – ordem, separação, redução e validade absoluta da lógica clássica, que fundamentavam a visão científica cartesiana de causalidade linear, estão superados. O primeiro, o da ordem, derivado do estudo da natureza e do mundo, está sendo revisto, porque ele explica a repetição, mas não dá conta do novo, da criação e da inovação. O segundo princípio, o da separação, diz respeito ao conhecimento objetivo, que separa o objeto a ser conhecido do sujeito conhecedor. Ele está na base da especialização das disciplinas e do ensino. Sabe-se, hoje, que as grandes descobertas científicas podem ocorrer em domínios intermediários ou em zonas incertas e fronteiriças, o que é um indicador positivo a estimular a interdisciplinaridade. O terceiro princípio, o da redução, que permitia conhecer o todo pelas partes, não tem mais a mesma validade do passado, porque, hoje, o todo é mais do que a soma das partes. Por fim, está em questão o quarto princípio, o da validade absoluta da lógica clássica, que atribuía valor de verdade à indução e à dedução, porque ela eliminava e elimina de qualquer modelo analítico a contradição, vista como erro na sua perspectiva.[5] A multiplicidade de aspectos e a contradição são partes da realidade e não podem ser eliminados do conhecimento produzido.

Os quatro princípios científicos da causalidade linear estão sendo substituídos pelo pensamento da Complexidade. Este, segundo Edgar Morin, teria quatro características principais: a) compreender que o "conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes"; b) reconhecer e examinar os "fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões"; c) reconhecer e tratar

25 - Para uma maior reflexão desta mudança, consultar MORIN, 2001:559-567.

as "realidades que são, concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e, ao mesmo tempo, os regula)"; d) respeitar a "diferença, enquanto reconhece a unicidade". E complementa: "É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo, o que está ligado ou é tecido junto" (MORIN, 2001a:87-89).

Por fim, o pensamento do complexo trabalha, ainda segundo Edgar Morin, com o princípio da complementaridade, para dar conta da relação dialógica entre ordem, desordem e auto-organização, três noções antagônicas entre si, que devem ser mantidas irredutíveis, mas ligadas intimamente e sem eliminar a contradição entre elas[26]. Isto, com relação à ciência em geral. O que pensar com relação à Administração, em particular?

A "Administração, ciência e arte", não está alheia a essas mudanças. Ocorre um processo de revisão do pensamento mecanicista e da visão orgânica, que tem predominado no estudo das organizações. O uso das metáforas, feito por G. Morgan (1996), tem permitido analisar as organizações de ângulos bem diferenciados e distantes dos lugares comuns, que as associam à burocracia, à máquina e ao organismo. Para melhor pensar a mudança nas organizações, Morgan propõe três novos modelos diferentes, que muito se assemelham ao pensamento do complexo. O primeiro seria a "autopoiesis", que explicaria a mudança nos sistemas autoprodutores por uma nova visão de sistema, que se baseia na inter-relação entre autonomia, circularidade e auto-referência (que contém nela a idéia da auto-organização). O segundo utiliza as idéias da cibernética para explicar a lógica da mudança, que estaria encoberta pelas tensões e tendências encontradas nas relações circulares (não mais lineares) entre os componentes de um sistema não mais simples, mas complexo. Por ele, a mudança na atualidade somente poderia ser explicada pela lógica da causalidade mútua. Pelo terceiro modelo, o mais conhecido das ciências sociais, a transformação organizacional seria o produto da visão dialética, que trabalha com teses contraditórias, diferentes ou opostas (MORGAN, 1996: cap.8).

Uma terceira linha de trabalho para fazer avançar o conhecimento em geral e na Administração, em particular, seria pela interdisciplinaridade. Na verdade, a Administração, passado o período inicial da contribuição pioneira dos primeiros empresários, é uma ciência eminentemente interdisciplinar, e o seu desenvolvimento como especialidade universitária sempre teve o concurso de outras disciplinas: Economia, Sociologia, Psicologia, Ciência Política e Antropologia. A interdisciplinaridade é, sem dúvida, um caminho promissor para fazer progredir o conhecimento, mas não é o único, porque as disciplinas podem avançar por meio de contatos exteriores ao seu campo tradicional ou pelo próprio aprofundamento interno[27]. Ou, ainda, por um terceiro, o intercurso dos dois fatores entre si. A ciência, ao libertar-se dos seus paradigmas clássicos e totalizantes, abriu espaço para a revisão, a experimentação, a inovação, a imaginação e a criatividade.

Por fim, deve-se fazer um questionamento à hegemonia neoliberal. Primeiro, porque não poderá tornar-se pensamento único. Segundo, por seus reflexos sociais e políticos negativos: desemprego em massa,

26 -Essa concepção deriva da física quântica: por ela, a luz pode ser considerada como partícula (corpúsculo) e como onda (energia) ao mesmo tempo. As duas noções são absolutamente antinômicas, mas, para os profissionais da microfísica, as duas noções podem ser operadas juntas (permanecendo diferentes e contraditórias), graças ao princípio da complementaridade, conforme MORIN, 2001:565.

27 - Para maior aprofundamento desta questão, consultar: S. BALIBAR, 2001: 65.

aumento das desigualdades sociais internas e entre países pobres e ricos; agravamento dos problemas ecológicos; recrudescimento dos fundamentalismos, das guerras entre países, de um novo imperialismo e do terrorismo. São sinais dos tempos, os movimentos pacifistas, as manifestações do Fórum Social Mundial e as lutas populares que acontecem em todo o mundo. Merecem destaque: a recusa popular da França e da Holanda manifesta em plebiscito, opondo-se ao projeto de unidade européia, a revolta dos subúrbios parisienses e a vitória dos estudantes contra a flexibilização da demissão do primeiro emprego.

Entre nós, por onde começar? Primeiro, pela nossa responsabilidade, enquanto professores, administradores e gestores públicos, na produção e na manutenção da hegemonia neoliberal no Brasil e no mundo[28]. Em segundo lugar, não teria chegado o momento das instituições universitárias reverem os seus papéis e responsabilidades nesse processo? Não teria chegado a hora da intelectualidade e do sistema universitário e público de buscar novas alternativas ao neoliberalismo e formas de desenvolvimento mais cooperativas e solidárias? Por fim, será bom lembrar o poeta: "Caminante, no hay camino; el camino se hace al andar". A Universidade e a intelectualidade terão que dar sua contribuição à feitura desse novo caminho... Ou não?

28 - Ler esta nota na página 31.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Quintanilha de. Depoimento. Revista Brasileira de Administração, Brasília: Conselho Federal de Administração, v. 15, n. 50, set., 2005.

BALIBAR, S. A Física numa escala humana. In: MORIN, E. A religação dos saberes: o desafio do Século XXI. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001. p. 60-9.

BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M. A evolução da análise organizacional de empresas. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 34, n.3, maio/jun. 1994. p.81-90.

BOBBIO, N. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de culturas na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997. 186p.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1969. 270p.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Depoimento. In: LOUREIRO, M.R. (Org.). 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1977. p.240-242.

CALDAS, Ricardo. O Programa brasileiro de privatização: de Collor a Cardoso, in: Giroletti, D. (Org. e Ed.), Anais da 2ª. Conferência Anglo-Brasileira de Negócios, Belo Horizonte, UFMG/LSE, 1999, p.121-137.

CARDOSO, R.; DURHAM, E. R. A aventura antropológica: teoria e pesquisa, Rio de Janeiro, 1986. 156p.

CENSO da Educação Superior de 2003. Brasília: INEP/MEC, 2003. p.13. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 07/9/2003.

CLEGG, S.; HARDY, C. NORD, W. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo, Editora Atlas, Vol.1, 1998; Vol. 2, 2001; Vol., 3, 2004.

COUTINHO, Afrânio. Universidade, instituição crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 180p.

DELFIM NETTO, Antonio. Depoimento. In: LOUREIRO, M.R. (Org.). 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997. p.237-240.

DELGADO, M. G. Capitalismo, trabalho e emprego. São Paulo: LTr Editora, 2006. 160 p.

DELORS, J., EDUCAÇÃO: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, UNESCO, 2000. 210p.

GIROLETTI, D. Balanço Crítico sobre o Estado da Arte dos Estudos Organizacionais. In: ENANPAD, 24., 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000. (Org. 352).

- Os Desafios do sindicalismo no Século XXI, in: Inácio, José Reginaldo (Org.), Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?, Belo Horizonte, Crisálida, 2007, p.307-326.

GRANGER, G.G. A ciência e as ciências. São Paulo, Ed. UNESP, 1994. 122 p.

KREUZ, Mauro. A importância da Administração para o Brasil. Revista Brasileira de Administração, Brasília: Conselho Federal de Administração, v. 15, n. 50, set.2005.

LECOURT, D. A Cientificidade. In: MORIN, E (Org.). A religação dos saberes, o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro, 2001. p.521-27.

LÉVY-LEBLOND, J.M., É possível ensinar a física moderna. In: MORIN, E. A religação dos saberes. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001. p.69-72.

LOUREIRO, M. R. Formação de quadros para o governo: as instituições de pesquisa econômica aplicada. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997. p.220-225.

MACHADO, C, Cunha, V. C.; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENANPAD, 14., 1990, Florianópolis. Anais... Belo Horizonte: ANPAD, 1990. v.6, p.11-28.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de minera: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S.; HARDY, C. NORD, W. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo, Editora Atlas, 2001. p. 30-53.

MELATTI, J. C. A antropologia no Brasil: um roteiro. BIB Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.17, p.3-52, 1984. 52p.

MORGAN, G. Imagens da Organização, São Paulo, Atlas, 1996. 421p.

MORIN, E. Os desafios da complexidade. In: MORIN, E. A religação dos saberes. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001. p.559-567.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.118p.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. 128 p.

OFFE, Claus. Reforma do estado e trabalho. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: PUC Minas/IRT, 1999. p.47-68.

O QUE diz o grande mestre. HSM Management, São Paulo, SP, no. 45, jul./ago. 2004, p.20-26.

REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO. Brasília: Conselho Federal de Administração, v. 15, n. 50, set.2005. 36p.

RIBEIRO, R. J. A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 211p.

ROSSI, Clovis. Caminante, no hay camino. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 abr. 2006. A2.

RUBIM, C. R. Um pedaço de nossa história: historiografia da antropologia brasileira. BIB Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.44, p.31-72, 1997.

RUSSEL, Bertrand. História da filosófica ocidental, São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. III, 1969. 216p.

SAID, E.W. Representações do intelectual. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 127p.

SERRA, M.A. Diversidade Cultural e Desenvol-

vimento Urbano, São Paulo, Iluminuras, 2005, p.276.

TAVARES, Maria da Conceição. Entrevista. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997. p.344-367.

THERBORN, G. As teorias do estado e seus desafios no fim de século. In: SADER, E.; GENTILI , P. (Org.). Pós-Neoliberalismo II, que estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999. p.79-89.

VAREJÃO, Marcela. A globalização, a Universidade e a livre circulação do saber: o caso italiano. Brasília: ITN, 2000. p.91- 93.

VELLOSO, João Paulo dos Reis Velloso; TAVARES, Maria da Conceição Tavares; CHACEL, Julian. Depoimentos. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia . 50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997. 406 p.

28 - A responsabilidade direta e indireta das universidades, dos acadêmicos e dos executivos na produção da hegemonia neoliberal, passa a ser tema de reflexão cada vez mais presente entre os intelectuais. Mencionam-se dois exemplos: LOUREIRO (1997), ao analisar os laços dos institutos de pesquisa brasileiros com as universidades estrangeiras (particularmente as americanas) e com os organismos internacionais, conclui: "Assim, pode-se levantar a hipótese que a implementação generalizada nos anos 90, no Brasil, como em outros países latino-americanos, do mesmo receituário neoliberal contido no chamado Consenso de Washington, pode estar associada à internacionalização dos estudos econômicos, processados ao longo de várias décadas, tanto nos meios universitários como nos institutos de pesquisa aqui (IBRE/FGV,IPEA/MPO e IPE/FIPE/FEA/USP) analisados" (p.224/5). O segundo é do Ministro Maurício G. Delgado. Em livro recente, ao criticar a hegemonia neoliberal, que não dá lugar ao dissenso, identifica, além das universidades, várias instituições como responsáveis pela sua reprodução: a mídia e o "jornalismo de mercado": as próprias "políticas macroeconômicas", adotadas em praticamente todos os países; os organismos internacionais; as burocracias técnicas dos diversos Estados capitalistas (ministérios das finanças e bancos centrais e áreas de "planejamento e de formulação de políticas públicas"). Finaliza com o sistema universitário: as várias universidades dos países centrais, em especial do gigantesco e sofisticado complexo de universidades dos Estados Unidos, e as instituições de ensino e pesquisa dos países capitalistas periféricos. (DELGADO, 2006: 81, passim).

Carlos Eduardo de Ataíde Castro

Professor Doutor - Doctorat d' État na Sorbonne, Paris, França
Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH — UFMG

Globalização, desenvolvimento e estabilização: uma análise da política econômica dos governos da "Era do Real"



RESUMO

A economia brasileira se destacou no cenário internacional como aquela que mais cresceu ao longo dos 50 anos compreendidos entre 1930 e 1980, a uma taxa de crescimento anual de 7,2%. Em 1980, teve início uma inflexão deste processo, que se manteria até 2006, com uma taxa de crescimento do PIB em torno de 2,3%. Instalou-se um grave quadro de estagflação, que seguiu seu curso até 1994, quando, após o fracasso dos chamados planos heterodoxos, o Plano Real conseguiu debelar uma inflação galopante, sem, contudo, alterar as baixíssimas taxas de crescimento.

Implicitamente, os diferentes governos e gestores da política econômica deste período, esperavam que o desenvolvimento auto-sustentado e o crescimento tivessem a estabilização econômica como condição. Embora o controle inflacionário tenha se mantido, se somaram às lamentáveis taxas de crescimento o enorme aumento da dívida pública, os superlativos juros praticados pela política monetária, a elevação assustadora da carga tributária, os sucessivos saldos negativos em transações correntes, o alarmante desequilíbrio cambial e a condição de campeão mundial de desigualdade social, apesar uma pequena melhora deste indicador.

Através de uma análise quantitativa, este trabalho busca interpretar e desvelar os efeitos da política econômica dos governos deste período. Para tanto, parte de uma base de dados, na qual figuram as variáveis das políticas econômicas estabilizadoras e, algumas outras, que pretendemos estarem associadas às condições do crescimento e do desenvolvimento.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimento; Crescimento; Estabilização; Política econômica estabilizadora; Governos do Real.

É propósito de nossa pesquisa conhecer as condições recentes do desenvolvimento brasileiro. Nossa experiência histórica ressalta uma brutal reversão do processo de desenvolvimento, ocorrido nos anos de 1930 e 1980 e nos anos que os sucederam, até os dias de hoje.

A economia brasileira se destacou no cenário internacional como aquela que mais cresceu ao longo dos 50 anos compreendidos entre 1930 e 1980, tendo exibido uma taxa média de expansão do PIB de 7,49% ao ano, no período entre 1947 e 1980. Este desenvolvimento impressionante foi acompanhado pela expansão da renda per capita, que ostentou uma taxa de expansão média anual de 3,2% entre 1900 e 1980.

Um traço da economia brasileira bastante visível, quando se compara o comportamento da inflação com o crescimento econômico, é dado pela incomum característica de se fazer conviver elevadas taxas de inflação e "desorganização de preços" com ciclos expressivos de crescimento, sobretudo nas décadas de 50, 60 e 70. A associação de uma economia marcada por processos inflacionários muito altos com a capacidade de crescimento econômico relevante em algumas fases, além da descoberta da correção monetária generalizada, como fator minimizante de seus efeitos, levaram à generalização da perigosa crença da compatibilidade entre crescimento e inflação.

O Brasil, que ao longo de 50 anos havia crescido mais que qualquer outro país do planeta, a uma taxa de 7,2% ao ano, iniciou uma fase de inflexão. Desde 1980 até 2006, exibiu uma taxa de crescimento do PIB em torno de 2,3%, sendo que, em 2005, apresentou um crescimento somente maior ao do Haiti, se comparado aos outros países da América Latina.

Desde os anos 80, os desafios postos à imaginação sociológica não foram respondidos, e suas teorias se revelaram inadequadas face à nova realidade, pelo menos no que se refere à questão do desenvolvimento. A partir daquela década, as altas taxas de inflação, uma constante durante a fase de excepcional crescimento, recrudesceram. Em seguida, iniciou-se um longo processo recessivo, no qual se combinaram uma forte retração do crescimento e uma escalada da inflação (que supera os três dígitos, levando o país à hiperinflação), que se estendeu até 1994.

Este processo, conhecido como estagflação, só foi rompido a partir do Plano Real, executado em 1994, ainda durante o governo de Itamar Franco. Como veremos, o Plano Real estancou o processo inflacionário sem, contudo, controlar a explosão da dívida pública ou retomar o crescimento da economia.

Este legado histórico das décadas de 80 e 90, a redução do crescimento econômico, a exacerbação do comportamento inflacionário e o aumento da dívida pública, representam uma inflexão da "vocação de crescimento" da economia brasileira. Estes três problemas fundamentais foram agravados pelo aumento da vulnerabilidade das economias, "emergentes", frente aos choques externos, decorrentes das mudanças ocorridas no plano internacional naquele período.

A dívida pública explodiu na segunda metade dos anos 90. O saldo da balança comercial tornou-se assustadora-

mente baixo e foram alarmantes os efeitos do desequilíbrio cambial sobre o crescimento. O Brasil tornou-se sucessivamente campeão mundial da desigualdade social. A classe média experimentou um processo de mobilidade social descendente ao longo dos anos 90, que se estende até hoje.

Tais mudanças foram originadas ainda nos anos 70 e se manifestaram nas duas crises do petróleo, no abandono do padrão dólar/ouro e no "choque de juros" do governo Carter. Elas abriram o caminho para a configuração de uma nova forma de organização da economia mundial, que veio a ser denominada "globalização". A queda do muro de Berlim reforçou a nova ordem mundial pela ruptura do modelo de hegemonia dividida entre os Estados Unidos e a União Soviética. Tais mudanças afetaram as economias periféricas, obrigando-as a se adaptarem às novas condições. Desse modo, a reorientação destas economias passou por processos de mudanças profundas e por ensaios de adaptação e redefinição de políticas econômicas. No caso brasileiro, o período compreendido entre 1985 e 1994, foi marcado por vários ensaios de curto fôlego. Os chamados "planos heterodoxos" tentaram fazer face a velhos e novos problemas, postos pela nova situação, sem, no entanto, superá-los.

Estagnação, processos inflacionários alarmantes, dívida pública elevadíssima, desatenção ao setor externo (balança comercial) e à política cambial foram enfrentados de diversas maneiras, marcados por planos econômicos que prometiam respostas imediatas e que tiveram o fracasso como resultado.

Em 1994, uma nova solução foi apresentada – o Plano Real: que se diferenciou dos assim chamados "planos heterodoxos" anteriores. Bem arquitetado, sem sobressaltos e com transparência, constituiu-se no mais eficaz e duradouro plano de combate à inflação. Partindo de uma taxa de variação anual do IPCA de 916,46% em 1994, o plano promoveu a queda para 22,41% em 1995, caiu para 9,46% em 1996, reduzindo-se a um dígito a partir daí, o que se manteve até hoje, dezembro de 2007.

Assim, a "Era do Real", iniciada em 1994, vem sendo marcada por tentativas de políticas de estabilização, centradas na expectativa de equacionamento dos quatro problemas assinalados anteriormente. Os diferentes governos e gestores da política econômica esperavam que o desenvolvimento auto-sustentado teria como condição a estabilização econômica, nos moldes e termos do FMI, que, entre janeiro de 1999 e março de 2005, passou a monitorar diretamente a política econômica. Em dezembro de 2005, o quarto acordo com o FMI não foi renovado por decisão de governo, sem, contudo, alterar os pressupostos e padrões da política econômica.

Podemos observar que as políticas econômicas adotadas pelos governos da "Era do Real", assim como as dos chamados "planos heterodoxos" que os antecederam, foram dirigidas para a reversão da estagflação, que marcou o período iniciado em 1980. Ao problema inicial da inflação e da estagnação do crescimento, podem ser somados os da dívida pública e os da assim chamada "vulnerabilidade externa". Estes quatro problemas foram tratados através de três áreas de políticas econômicas: a política monetária, a política fiscal e a política cambial. Neste modelo, pratica-se uma política de estabilização, entendida como condição prévia do crescimento e do desenvolvimento auto-sustentado, a despeito de seus resultados contracionistas. A política estabilizadora

envolve áreas e políticas específicas, que são executadas por agências autônomas e fragmentadas, que produzem resultados freqüentemente contraditórios com os objetivos gerais visados. O objetivo final proposto, o crescimento, se expressa no lamentável resultado do aumento do PIB de 2,4%, como média anual ao longo dos 12 anos dos governos da "Era do Real".

A análise da política econômica dos governos iniciados a partir do Plano Real e de seus efeitos sobre a estabilização, o crescimento e o desenvolvimento constituiu o foco de nossa pesquisa.

1 OS GOVERNOS DO REAL

No período imediatamente anterior ao lançamento do Plano Real (1992-1993), exceção feita aos enormes valores da inflação, as contas do setor público eram francamente positivas.

Entre 1993 e 1994, o PIB havia crescido em 5,39 %; o saldo da balança de comercial era positivo em US$ 11.883 milhões; o saldo em transações correntes estava negativo em US$ 1.243,56 milhões, uma marca ruim, mas dentro da média do período 1990/1994, o que era compensado pelas reservas internacionais de US$ 35.508,70 milhões. Em 1994, a dívida pública estava na marca de 30,4% do PIB e a carga tributária, neste mesmo ano, foi de 28,61 % do PIB, o que gerou superávit primário e operacional. A dívida líquida e a mobiliária eram baixas como percentagem do PIB.

1.1 - GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PRIMEIRO MANDATO

Ao início do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar das críticas feitas por alguns partidos, políticos e acadêmicos, o sucesso do Plano Real era dado como certo. Prevalecia um clima de otimismo e era nítida a queda da inflação. Uma expectativa de um crescimento significativo do PIB entusiasmava produtores e investidores. Entre 1994 e 1995, ampliou-se o nível de atividade, cresceu a oferta de emprego e reduziu-se a taxa de desemprego.

No entanto, já se manifestava, ao início do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a deterioração da infra-estrutura básica. A sobrevalorização da moeda viria a reverter o quadro fiscal, anunciando uma crise que se agravou com o forte desequilíbrio das contas externas.

Entre fins de 1995 e meados de 1996, a retomada do crescimento parecia bastante viável. Analisando esta mesma fase, Delfim Neto destaca que, por volta do segundo semestre de 1996, um forte crescimento do PIB parecia inevitável; por isso, os produtores e investidores estavam animados. Os investimentos estavam se ampliando e a importação de bens de capital, que em 1994 foi de US$7,6 bilhões, chegou a US$16,1 bilhões em 1997, um acréscimo de 112% em três anos! Mesmo que fosse necessário investir em infra-estrutura básica, pois esta estava se deteriorando, ela ainda não constituía impedimento importante à expansão econômica. E mais ainda: a expansão era essencial para gerar os recursos para investimentos nesse setor. Contudo, "o indicador que apresentava algumas fragilidades era a

1 - DELFIM NETO, Revista Carta Capital n 242 – Sextante.

razão da dívida externa líquida/exportações, que estava a 2,5, quando a experiência brasileira recomendava abaixo de 2"[1]. E mesmo que um volume razoável de reservas cambiais garantisse um certo conforto (US$ 60,1 bilhões em 1996), o déficit de transações correntes apresentava uma piora crescente.

Giambiagi, por sua vez, considera que o melhor momento para uma desvalorização teria sido em 1995, quando o nível de atividade, em termos dessazonalizados, estava caindo rapidamente, e um câmbio mais valorizado enfrentaria uma pressão de demanda muito baixa. O Brasil teria, assim, "perdido a janela de oportunidade que se fechou, pois, entre o primeiro semestre de 1995 e o mesmo período de 1996, o PIB cresceu mais de 6%, o que tornaria arriscado soltar o câmbio nesse contexto, apesar do quadro externo relativamente benigno" (GIAMBIAGI, 2005, 172)

A propósito de o Brasil ter perdido tal oportunidade, Delfim assevera, afirmando que havia muito espaço para recuperar o crescimento. Entretanto, de maneira surpreendente, o governo tomou direção oposta: manteve a taxa de câmbio valorizada com juros reais elevados protegendo o câmbio e abandonou o crescimento do PIB. Desta forma, jogou fora a grande chance de desenvolver o país e deu início a uma crise cambial que, efetivamente, veríamos mais tarde.

O autor argumenta, ainda, afirmando que, ao início da estabilização, medidas monetárias e fiscais severas seriam indispensáveis. Em um período curto, a valorização do câmbio poderia ser tolerada como uma das âncoras, mas, adverte que poderia ser fatal a longo prazo. Juros altos e moeda forte ao longo da fase crítica da estabilização poderiam ser aceitos plenamente. Aponta também que "a destruição do superávit primário é incompreensível de 2,9% PIB na média do período 1991-1994, caindo para – 0,2% do PIB no período de 1995-1998. O aumento do déficit público por longos períodos não é prática recomendável. Durante o primeiro mandato de FHC, as três áreas de política econômica funcionaram da seguinte maneira:

– **Política cambial:** valorização da moeda causando déficits crescentes em transações correntes. A expansão destes déficits financiaram o aumento do consumo em prejuízo dos investimentos;

– **Política fiscal:** descaso com o equilíbrio fiscal pelo abandono da geração de superávit primário;

– **Política monetária:** prática de juros elevadíssimos e emissão de títulos indexados por cláusulas cambiais, o que resulta em expansão brutal da dívida liquida total de 30% do PIB em 1994 para 59% em 2003.

O resultado foi o desencadeamento de várias crises, dentre elas podemos destacar:

– **A crise cambial:** agravada pelas crises asiática e russa, ampliou a deterioração da economia. Somaram-se a este agravamento um crescimento mais que modesto e o descontrole da dívida pública. O país fez default. Ao fim de 1998, o Brasil foi obrigado a recorrer ao FMI.

– **A crise do setor externo:** após o Plano Real, as importações aumentaram fortemente, enquanto as exportações tiveram crescimento medíocre – entre 1995 e 1997, as importações cresceram em torno de 22%, enquanto as exportações ampliaram-se em apenas 7%. Assim, o agravamento da balança de pagamentos e o financiamento dos déficits, que era contornado por novo endividamento e

por investimentos diretos estrangeiros em conta corrente, potencializou os desequilíbrios. Esta situação foi decorrência da sobrevalorização do Real.

— **A crise fiscal:** a situação fiscal se agravou de maneira continuada durante o primeiro governo FHC, com déficit primário do setor público, déficit nominal ultrapassando 7% do PIB e déficit publico crescente. Como observa Giambiagi, entre 1995 e 1998, o papel da âncora cambial, que fora relevante na contenção da inflação, se desgasta e, ao término do mandato, torna-se fortemente oneroso. A deterioração dos resultados em conta corrente gerou aumento acelerado do passivo externo. O financiamento do déficit externo pela entrada de capitais, atraídos por elevadas taxas de juros, acarretou uma despesa financeira de grandes proporções, agravando a relação dívida pública/PIB e reduzindo o nível de atividade. A ampliação do endividamento tornou-se cada vez mais difícil e a rolagem da dívida passou a ser feita a taxas estratosféricas. Assim impôs-se este recurso ao FMI, ainda em 1998.

Portanto, por ter priorizado a manutenção do controle inflacionário e a administração da dívida pública como focos principais, e embora tenha promulgado a Lei de Responsabilidade Fiscal, visando ao equilíbrio das contas públicas, os resultados do primeiro mandato FHC foram exatamente o contrário, apresentando uma dívida pública que atingiu patamares inauditos.

1.2 - GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO SEGUNDO MANDATO

A eminência do *default* se manifestou às vésperas das eleições presidenciais. Ocorreu uma forte retração dos investimentos estrangeiros e o déficit em conta corrente era de US$ 30 bilhões. Ao temor de desvalorização da moeda sucede uma fuga de capitais. Neste quadro, foram iniciadas as negociações com o FMI, que geraram uma soma recorde de US$42 bilhões.

O acordo impôs um grande aperto fiscal, o que obrigou a geração de superávits primários crescentes. A indisposição de investimentos externos agravou-se e perderam-se divisas aceleradamente, chegando a US$ 1 bilhão em um único dia. O mercado forçou a desvalorização do Real em janeiro de 1999. O câmbio flutuou de R$ 1,20 a R$ 2,00 em 45 dias.

Arminio Fraga assumiu a presidência do Banco Central (1999), elevou a taxa de juros e adotou o sistema de metas para a inflação. Instituiu-se o regime de câmbio flutuante.

O governo conseguiu apoio para aprovar medidas de ajuste para negociar com o FMI, incluindo uma dívida pública maior (efeito da desvalorização do Real sobre a dívida afetada pelo câmbio) e metas de superávits primários maiores. Contudo, a desvalorização não teve efeitos inflacionários. O déficit em transações correntes foi reduzido, mas ainda em patamares elevados. Os juros não puderam ser reduzidos a um nível razoável e pressionaram a dívida pública, sem permitir a expansão do PIB.

A partir de 1999 foram propostas mudanças nos regimes cambial, monetário e fiscal. Assim, se a inflação preocupasse, o Banco Central atuaria com a taxa de juros; se houvesse crise do balanço de pagamentos, o câmbio se ajustaria e melhoraria a conta corrente; se a dívida

crescesse, haveria que calibrar o superávit primário.

Dentre as reformas realizadas durante esse período, podemos destacar:

- privatização.
- fim dos monopólios estatais dos setores de petróleo e telecomunicações.
- mudanças no tratamento do capital estrangeiro.
- saneamento do sistema financeiro.
- reforma da Previdência Social - parcial.
- renegociação das dívidas estaduais.
- aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ajuste fiscal.
- criação de agências reguladoras de serviços de utilidade pública.
- estabelecimento do sistema de metas de inflação.

Como registra Giambiagi, em 1999 vislumbra-se um processo de retomada de crescimento, que foi inviabilizado pela crise energética de 2001. Seus resultados foram: três trimestres de queda consecutiva do crescimento do PIB; endividamento das empresas de energia; tarifas mais caras e restrições fiscais que dificultam o aumento dos investimentos das empresas estatais. A economia foi prejudicada pela crise energética, pelo contágio da crise argentina e pelo aumento do risco país, o que agrava a redução dos investimentos e, por sua vez, se reflete como aumento dos juros externos.

O período 1999-2002 revelou: o crescimento médio de 2,1% ao ano, a elevação das taxas de juros, a forte expansão da dívida pública e o grande crescimento da carga tributária. Do ponto de vista da política de estabilização adotada, houve uma melhora da balança comercial e uma maior disciplina fiscal. Manteve-se o controle da inflação em níveis satisfatórios.

Giambiagi procura distinguir os dois governos FHC como completamente diferentes entre si:

1. O primeiro, caracterizado por uma política cambial rígida, pela crescente dependência do financiamento externo e pelo desequilíbrio agudo nos setores externo e fiscal.

2. O segundo, marcado pelo câmbio flutuante, pela redução do déficit em conta corrente e pelo forte ajuste fiscal.

Podemos perceber que, ao final dos dois mandatos de FHC, a inflação havia sido mantida em níveis "civilizados" - de um dígito a partir de 1996. No entanto, a dívida pública, que lhe havia sido legada, em 1994, em sua melhor situação desde 1982, chegou ao seu ponto mais alto ao término de seu segundo mandato - de 30,38% em 1994 para 55,50% em 2002. Além disso, três acordos foram feitos com o FMI – 1998, 2001, 2002, o que acabou limitando a margem de uma política econômica mais autônoma.

1.3 - GOVERNO LULA PRIMEIRO MANDATO

O processo eleitoral que levou Lula à presidência da República foi marcado por uma disputa eleitoral intensa e com fortes reflexos nos indicadores macroeconômicos. Estava em questão a manutenção das mudanças estruturais e a política de estabilização. Parte da população, os partidos da coalizão do governo FHC e o mercado financeiro temiam o risco PT/Lula. Entretanto, os descontentes com a política estabilizadora, vista como con-

tracionista e inibidora do investimento e do crescimento, ou seja, setores populares e das classes médias, penalizadas com a política econômica de FHC, estavam esperançosos.

Em 2000, o PT e a CNBB propuseram um plebiscito nacional sobre a dívida pública em que, se perguntava, entre outras coisas, se o acordo com o FMI de 1999 deveria ser mantido. Entre outros quadros de destaque do PT, Guido Mantega manifestou-se em artigo do jornal Valor Econômico, dizendo que "a meta de superávit primário de 3% do PIB de 2001 a 2004, contida na LDO, é exagerada e suicida para uma economia que precisa de investimentos"[2]. Estes tipos de manifestações criaram temores no mercado financeiro, mesmo que não fossem a posição oficial do partido.

Em 2001, uma peça oficial do partido, intitulada "Um outro Brasil é possível", apresentava a proposta de renegociar a dívida pública e a limitação dos recursos destinados ao pagamento de juros desta dívida em termos de uma parte percentual das receitas. Ao final deste mesmo ano, as intenções foram revistas, mas não foram feitas grandes alterações. Em seguida, a cúpula do partido elaborou o documento "A ruptura necessária". Pode-se dizer que, na época, alguns tipos de expressão geravam preocupações em relação às direções que seriam tomadas pelo governo, e 'ruptura' certamente era uma delas. Outra preocupação foi o programa "Fome Zero" que, ao propor aumento do gasto público assistencial, foi percebido como ameaça à política estabilizadora.

Como bem lembra Giambiagi, o discurso e a atitude do PT mudaram em 2002, quando Antonio Palocci (um militante moderado, com experiência administrativa e que tinha sido Deputado Federal) assumiu a coordenação do programa de governo. Palocci passou a circular em diferentes grupos de economistas e representantes do stablishment e buscou atenuar a imagem do partido, deixando entender que o PT tinha abandonado a idéia de ruptura. (GIAMBIAGI, 2005, 200)

Giambiagi ressalta que o governo Lula tomou as seguintes decisões para reduzir o grau das tensões macro-econômicas:

1. Nomeou Henrique Meirelles, antigo presidente do Banco Boston e filiado ao PSDB, como presidente do Banco Central, mantendo toda a diretoria anterior.

2. Anunciou metas de inflação para 2003 (8,5%) e 2004 (5,5%), o que era um forte declínio em relação à taxa de 2002;

3. Elevou a taxa básica de juros Selic em reuniões do COPOM.

4. Definiu o aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB, em 2003.

5. Determinou o corte do gasto público para viabilizar a meta fiscal.

6. Incluiu na LDO o objetivo de manter a meta fiscal de 4,25% do PIB de superávit primário para o período 2004 -2006.

Os problemas econômicos de 2002 refletiram uma crise de confiança em relação à política econômica a ser conduzida em 2003. Três indicadores a atestaria:

1. O risco-país, medido pelos C-bonds, que, em março de 2002, estava em 700 pontos e atingiu 2000 pontos em outubro deste mesmo ano.

2. A taxa de câmbio, que estava em R$ 2,32 em março de 2002 (a mesma do final de 2001) e chegou a R$ 3,89 em setembro (último dia anterior às eleições).

2- Apud, GIAMBIAGI, 2005, p.184

3. A expectativa de inflação para 2003 elevou-se dramaticamente a partir de setembro, após ficar clara a vitória de Lula.

O autor destaca também o fato de que, após as medidas fiscais, o governo iniciou as reformas estruturais a Reforma Tributária e a Reforma da Previdência, que são enviadas ao Congresso.

A Reforma Tributária tinha como medidas principais: uniformizar a legislação do ICMS para reduzir evasão, prorrogar a DRU e reduzir a vinculação das despesas às receitas, renovar a CPMF para evitar queda de receitas, e transformar a COFINS em uma tributação sobre valor adicionado, em substituição à taxação em cascata.

Já a Reforma Previdenciária limitou-se ao funcionalismo se concentrou no regime dos servidores públicos. Envolveu a taxação dos servidores inativos com mesma cota dos ativos, ressalvado um limite mínimo de isenção, a aplicação de um redutor para novas pensões com piso de isenção, a antecipação da idade mínima para aposentadoria integral de 60 anos para homens e 55 para mulheres, a definição do mesmo teto de benefícios do INSS para novos entrantes, com possibilidade de criação de fundos de pensão para complementação da aposentadoria.

É interessante notar quando Giambiagi diz que o desempenho da economia, a partir de 2003, foi essencialmente influenciado pela evolução da taxa de câmbio e da inflação. Um dos motivos ter sido é o fato de o regime de metas de inflação ter prosseguido. Isso, porque a decisão das taxas de juros pelo COPOM foi sempre orientada em função da tentativa de atingir o alvo proposto.

Criticando este tipo de posição, Delfim Neto (Carta Capital, 6 setembro de 2006, p. 31) alerta para os riscos incorridos pela autoridade monetária, quando se serve do conceito de PIB potencial [3] para assegurar a contenção da inflação. O autor afirma que "o produto potencial é o nível do PIB real para o qual a economia convergiria quando eventuais choque de demanda se dissipassem." De maneira simplificada, "quando a demanda global é superior ao PIB potencial, desenvolvem-se tensões inflacionárias: 1. pela curva de Okun, a taxa de desemprego cai. 2. Isto tende a elevar os salários nominais e os preços. O resultado é uma pressão inflacionária." Este pressuposto deu origem à fixação do percentual, que limitaria o crescimento do PIB sem descontrole da inflação, que fora fixado em 3,5%.

Delfim ainda afirma que se a estimativa do produto potencial é menor que a real, a posição da autoridade econômica é cômoda, preservando alta a taxa de juros e obtendo sucesso na observância da taxa de juros programada. Perdem os trabalhadores e os produtores, que são lesados em suas oportunidades de crescimento. Retrai-se o crescimento, que tende a se estabilizar em nível inferior. "A estimativa de baixo crescimento do PIB potencial é uma forma eficiente para tornar verdadeira sua própria profecia".

Continuando suas interpretações, Giambiagi afirma que a política fiscal revelou-se significativamente mais contracionista que no governo anterior [FHC II]. Em que pese a obtenção de um superávit primário, em um primeiro momento, o rigor da política monetária se traduziu em despesas de juros maiores do que as de 2000. A apreciação da taxa real de câmbio não impediu o desempenho excelente das contas externas e, especi-

3 - A estimativa da taxa de crescimento do produto potencial foi desenvolvida por Arthur Okun, em 1962. Perguntava-se qual era o volume de bens e serviços que o sistema econômico pode produzir nas condições de pleno emprego. Encontrou uma relação empírica, que ligava o produto potencial ao produto atual, e estimou uma taxa de desemprego que os igualava. Resumido deste mesmo artigo de Delfim Neto.

ficamente, da balança comercial, entre outras razões, pelo efeito compensatório do Peso argentino e do Euro. O efeito da apreciação da moeda brasileira sobre a balança comercial foi também, em parte, atenuado pela alta do preço das exportações, pela recuperação da demanda de mercados reprimidos e pela maior penetração em novos mercados (China).

No entanto, em outro artigo (Folha de São Paulo, 17 de maio de 2006), Delfim Neto discorre sobre a chamada "taxa de equilíbrio do câmbio" e seus efeitos sobre a inflação e o crescimento. Em seu artigo, sugere o desconhecimento dos economistas em relação à taxa de câmbio, "quando estes definem a taxa de "equilíbrio" do câmbio como aquela que iguala demanda e oferta de divisas com a economia crescendo à sua capacidade potencial." Critica esta definição, argumentando que a "oferta" depende não apenas das exportações de bens e serviços, mas, também, do movimento de capitais, da diferenças entre taxas de juros reais interna e externa, da existência de mercados futuros, das expectativas etc."

Por sua vez, "a demanda" depende, pelo menos, do nível e da expectativa do crescimento do PIB e estes, certamente, da taxa de juro real e interna, e do próprio saldo em transações correntes, o que mostra que há uma completa interdependência entre elas. De fato, o suposto nivelamento da "oferta" e da "demanda" de divisas produz uma taxa de câmbio bem distinta da de equilíbrio. Como bem lembra o autor, ocorre uma aceleração da inflação, quando a subvalorização é evidente ou há uma redução da inflação com desestruturação do setor externo da economia, quando a sobrevalorização é patente.

Em 2006, a economia brasileira passou por um claro processo de sobrevalorização, que acaba por comprometer o crescimento. Por se tratar de um dos pontos mais polêmicos entre os autores considerados, transcrevo partes de um artigo de Belluzzo, em nome da precisão e preservação de seus argumentos:

"As hipóteses de nossos retranqueiros parecem não contemplar os efeitos das taxas de juros "fora do lugar" e do câmbio valorizado (e de sua volatilidade) sobre as decisões de investimento nos setores sujeitos à concorrência externa.

A vulgata dos economistas do chamado mainstream nativo pretende afirmar que a taxa de investimento agregada pode subir só porque os preços relativos dos bens de capital têm declinado, inclusive por conta da valorização da moeda local. Puro lixo.

A euforia da liquidez externa abundante sustenta a inflação de ativos, aí incluídas as moedas fracas de países periféricos imprudentes. Esses episódios não são favoráveis ao investimento produtivo – particularmente nos setores sujeitos à concorrência externa – e, freqüentemente, contribuem para suscitar expectativas negativas sobre o futuro."[4]

Os superávits da balança comercial continuaram em elevação. O resultado em conta corrente, deficitário em 1,7 do PIB, em 2002, mudou de sinal e continuou positivo. Como efeito dos resultados notáveis da balança comercial, vários indicadores externos melhoraram substancialmente (ex.: superávit em conta corrente). A relação divida externa líquida/exportação atingiu a menor marca desde meados de 1970 e a dívida externa líquida chegou a zerar em 2005. No entanto, o baixo crescimento, as altas taxas de juros, a enorme valorização do Real e a mons-

4 - 4 BELLUZZO, Carta Capital, 01-março-2006, p. 31.

truosa dívida pública, nos rondam como fantasmas.

Deste modo, mesmo a partir de um panorama dos mandatos presidenciais da "Era do Real", acreditamos que, repassado todo o período, pode-se estabelecer, em linhas gerais, uma lógica da política de estabilização do período considerado.

2 A LÓGICA DA POLÍTICA DE ESTABILIZAÇÃO DA "ERA DO REAL"

O diagnóstico adotado pelos governos FHC e Lula propunha que a retomada do crescimento econômico decorreria de uma política de estabilização rigorosa, diversa daquelas adotadas pelos planos heterodoxos que antecederam o período compreendido entre 1985 e 1994.

O combate aos problemas postos pela necessidade de administração da inflação em níveis civilizados, da redução da enorme dívida pública e pela vulnerabilidade externa da economia brasileira foi tratado através de três áreas de política econômica: a política monetária, a política fiscal e a política cambial (particularmente ao início do segundo governo Fernando Henrique Cardoso):

Política monetária: tem como propósito o controle da inflação e é de responsabilidade exclusiva do Conselho de Política Monetária – COPOM. Busca conter a expansão inflacionária pela manipulação da taxa básica de juros Selic. A fixação dos valores da Selic decorre da combinação dos valores da inflação ocorrida ou estimada, com os da taxa de remuneração do investidor ou tomador de empréstimo. Posteriormente, ainda no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, a política monetária se serve do conceito de PIB potencial [5], que, através de diversos cálculos, desemboca na fixação de uma taxa de crescimento, a partir da qual, supostamente, o PIB não poderia crescer sem a retomada da inflação.

A taxa média de juros reais foi de 23% durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, 11% no segundo mandato e 12% no primeiro mandato do governo Lula. Em outubro de 2005, esta mesma taxa chegou a 14%, o que nos alçou à condição de campeões mundiais de juros pagos. Ela é evidentemente recessiva e tem efeitos sobre a dívida pública, o nível de investimento, de emprego, de renda e sobre a taxa de câmbio, que implica conseqüências extremamente importantes sobre a balança comercial.

Política fiscal: tem como foco o controle orçamentário do Estado, em busca da chamada "disciplina fiscal". Fixa metas de superávit primário, visando ao pagamento do serviço dívida pública e à disponibilidade de recursos para o investimento. A ela, combinou-se uma carga tributária em crescimento sem precedentes.

Seus efeitos recessivos são evidentes. As metas fiscais implicam cortes orçamentários em áreas de fundamental importância, como na seguridade, saúde, educação e infra-estrutura. Afetam, inclusive, o aumento das exportações, motor do crescimento recente da economia, pois tais cortes promovem a degradação do sistema viário, portuário etc.

Há que se assinalar os efeitos dos aumentos da Selic sobre a expansão significativa da dívida pública. O Estado tornou-se o maior devedor - em 2005 mais de 60% de seus títulos eram indexados à

5- Remetemos o leitor à página 45, onde este procedimento e seu mecanismo é fortemente criticado por Delfim Neto.

Selic,. O setor produtivo, já afetado pelo aumento da carga tributária, tem o custo do investimento onerado pela taxa básica de juros, o que, por sua vez, se torna fator adicional da retração do crescimento e onera os resultados obtidos nas fontes de financiamento do Estado.

Política cambial: foi o instrumento utilizado pelos planos de estabilização, com vistas à valorização da moeda nacional (âncora cambial). Pôde também resultar na redução ou ampliação da vulnerabilidade externa. Ao início do plano Real, adotou-se o regime de metas cambiais, que veio a ser substituído, em 1999, pelo regime de câmbio flutuante.

Com o novo regime, esperava-se que a regulação dos valores da moeda pelo mercado, produzindo um maior equilíbrio do câmbio, reduziria os riscos dos regimes cambiais anteriores, que tendiam a sobrevalorizar ou subvalorizar a moeda por decisões de política econômica, como no regime de metas ou de bandas cambiais.

O resultado esperado seria a facilitação das exportações e a geração de saldos em transações correntes, assim como o aumento das reservas cambiais. Recentemente, a apreciação do Real implicou fortes retrações de setores exportadores importantes. Não é por acaso que se tornam cada vez mais freqüentes as críticas do empresariado aos juros reais, à carga tributária e, pelo menos setorizadamente, à apreciação do câmbio praticada pela gestão da política econômica. Efetivamente, a apreciação do Real é mais importante para a consecução dos alvos inflacionários do Banco Central que a própria política monetária.

Hoje, assistimos à autonomia e à fragmentação de agências encarregadas das distintas áreas de política econômica. O resultado é a falta de integração entre as políticas monetária e fiscal. A política monetária deveria ser mais atenta ao imenso crescimento da dívida pública resultante da pratica dos juros mais altos do planeta, que chegou ao trilhão de reais em 2005. Além disso, deveriam ser preservados os gastos essenciais ao crescimento. Teriam de ser avaliados os efeitos da política monetária sobre a dívida pública e sobre as restrições ao crescimento, sobretudo no último triênio (2004-2006), quando as condições externas ainda eram favoráveis ao crescimento das exportações. O câmbio apreciado compromete o desempenho das exportações. Há como achar um equilíbrio em uma taxa de câmbio protegida. A demanda externa tem sido favorável, mas, nossas defesas, embora positivamente ampliadas recentemente, ainda não são suficientes para fazer face a uma alteração do ambiente externo, o que poderá provocar uma depreciação brusca e danosa.

Portanto, podemos pensar que a "Era do Real" continua sendo rondada pelo fantasma da inflação, pela estagnação econômica, pelo crescimento exorbitante da dívida pública e pela vulnerabilidade externa da economia brasileira – ainda que hoje em situação favorável – sem lograr o objetivo final do desenvolvimento: o "espetáculo do crescimento".

A seguir, apresentaremos as análises dos dados recolhidos durante a pesquisa, juntamente com reflexões acerca de suas implicações.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Nossa pesquisa teve como foco a análise da política econômica dos governos do Real e de seus resultados e efeitos.

Ela parte da constatação de que a política econômica do período pressupõe que a condição de retomada do desenvolvimento e do crescimento econômico decorreria da execução de um plano de estabilização, nos moldes propostos pelo Consenso de Washington e pela tutela do FMI, nas fases em que vigiam acordos com esta instituição.

Foi construída uma base de dados composta por variáveis, escolhidas por suas conexões com as questões centrais das políticas econômicas adotadas pelos diferentes governos da "Era do Real", conforme entendidas e priorizadas pelos mesmos. A estas variáveis foram adicionadas outras, que consideramos relevantes para nossas reflexões sobre as relações entre a noção de estabilização, de crescimento e de desenvolvimento, bem como sobre alguns dos efeitos sociais passíveis de tratamento quantitativo. Os critérios de seleção das variáveis da pesquisa foram menos os propriamente teóricos e mais os relativos às variáveis e aos parâmetros priorizados pelos gestores da política econômica [6]. Ao todo, a base de dados apresenta 30 variáveis, que foram agrupadas por seis temas ou áreas de políticas econômicas – crescimento, política monetária, dívida pública, política fiscal, setor externo e efeitos sociais.

As variáveis contidas em nossa base de dados foram objeto de um tratamento mais fino e quantificável, a partir dos recursos técnicos do programa Statistical Package for Social Sciences – SPSS. Foram procedidas análises estatísticas básicas, correlações de Spearman, análise fatorial, análise de regressão, com tentativa de construção de um modelo de regressão múltipla. Mesmo receosos da aplicação destes métodos a nosso tema, pudemos extrair resultados positivos, sobretudo na análise fatorial. A análise de regressão, embora tendo gerado um modelo, não conseguiu lograr resultados significativos. Sabíamos, previamente, que tanto o tema e seu direcionamento, quanto os critérios de seleção das variáveis de nossa base de dados, encontrariam problemas. No entanto, os resultados superaram algumas de nossas expectativas. Nesse artigo, limitamo-nos à análise fatorial, cujos resultados se mostraram mais ricos e significativos para nossas interpretações.

6- Estes critérios de seleção das 30 variáveis consideradas em nossa pesquisa, se manifestaram como problema para o processamento dos dados em termos de multicolinearidade, como veremos ao longo deste texto.

3.1- ANÁLISE FATORIAL - INTERPRETAÇÃO E HIPÓTESES

Nosso processamento fatorial envolveu cinco fatores. Sua análise revelou que o primeiro deles reuniu, em associação, 16 variáveis, tornando bastante difícil sua interpretação, mas, no entanto, extremamente rico para reflexões, obrigando-nos a nos servir fartamente das correlações de Spearman para extrair conclusões válidas e relevantes. É importante lembrar que os fatores indicam associação entre variáveis e não sentido ou causalidade, o que nos remeteu ao uso de correlações. Os demais fatores não nos proporcionaram grandes revelações, sendo que alguns nos permitiram confirmar hipóteses extraídas do fator 1 e, outros, não permitiram conclusões significativas.

3.1.1 – Fator 1: Política fiscal, política monetária, dívida interna e carga tributária

O *fator rotado 1* inscreve um número alto de variáveis significativas (16 delas fortemente associadas), envolvendo grupos de variáveis associadas às distintas áreas de política econômica ou a temas complementares. O quadro 1 lista o conjunto das variáveis do *fator rotado 1* e suas respectivas cargas fatoriais.

Quadro 1: Política fiscal, política monetária, dívida interna e carga tributária:

Como pode ser observado no quadro abaixo, o aumento da carga tributária é acompanhado pelos aumentos da renda bruta, do saldo da balança comercial, da poupança bruta e dos títulos indexados à Selic, todas estas variáveis com carga fatorial superior a 0,9. Ainda com carga fatorial fortíssima (acima de 0,8), associam-se a dívida interna, o saldo em transações correntes, a taxa de câmbio, o rendimento médio nominal, as exportações, o resultado primário e a dívida total pública. Aproxima-se destas variáveis a utilização da capacidade instalada (C.F. de 0,767). Em associações negativas revelam-se o rendimento médio real, o índice de GINI [7] e a taxa de juros Selic.

F 1 Rotated Component Matrix	Carga Fatorial
Carga tributária	0,963
Renda bruta	0,958
Saldo da balança comercial	0,941
Poupança bruta	0,932
Títulos indexados Selic	0,908
Dívida interna	0,886
Transações correntes - saldo	0,883
Taxa de câmbio	0,859
Rendimento médio nominal	0,854
Exportações	0,844
Resultado primário - RESPRIM	0,811
Dívida total pública	0,808
Utilização capacidade instalada	0,767
Rendimento médio real	- 0,954
Índice de GINI	- 0,874
Taxa juros Selic	- 0,538

7- O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade social desenvolvida pelo estatístico italiano Conrrado Gini. Calcula a desigualdade da distribuição de renda. Consiste em uma variação de 0 a 1, em que tanto esteja mais próximo de 1 maior será a desigualdade e, tanto mais próxima de 0 maior será a igualdade.

Quadro 2: Variáveis integrantes do fatorial 1 ($f1$) por áreas de política econômica e temas conexos:

CRESCIMENTO	POLÍTICA MONETÁRIA	DÍVIDA PÚBLICA	POLÍTICA FISCAL	SETOR EXTERNO	RENDIMENTO GINI
			CARGA TRIBUTÁRIA		
RENDA BRUTA					
				BALANÇA COMERCIAL	
POUPANÇA BRUTA					
		TÍTULOS INDEX Selic			
		DÍVIDA INTERNA			
				TRANSAÇÕES CORRENTES	
				TAXA CÂMBIO	
					RENDIMENTO MÉDIO NOMINAL
				EXPORTAÇÕES	
			RESULTADO PRIMÁRIO		
		DÍVIDA PÚBLICA TOTAL			
CAPACIDADE INSTALADA					
					Negativo RENDIMENTO MÉDIO REAL
					Negativo ÍNDICE GINI
	Negativo TAXA JUROS Selic				

Como dissemos, a interpretação do fator 1 é desafiante, bastante complexa e difícil de ser realizada. No interior deste fator, estão nítidas as associações entre suas variáveis. No entanto, as relações cruzadas que certamente existem entre elas não podem ser compreendidas pelas simples associações contidas em cada fator. Quando tomamos o conjunto de correlações entre as variáveis integrantes do $f1$, podemos perceber um quadro mais amplo, em que associações fatoriais se conectam com índices de correlações expressivos, podendo, assim, sugerir um novo conjunto de relações cruzadas não captáveis pelo fator e que indicam caminhos para a interpretação.

A Tabela 1 apresenta as correlações entre as variáveis inscritas no $f1$ Ver anexo 1

3.1.2 - Componentes do fator 1 e correlações de Spearman

Ao combinarmos associações fatoriais (exibidas como carga fatorial, que indica simplesmente associações sem revelar sentido ou direção) com índices de correlação de Spearman (que sugerem relações de causa e efeito), podemos perceber uma série de relações cruzadas, que nos permitem aprofundar em algumas interpretações do fator 1.

A variável carga tributária registra a maior carga fatorial do $f1$ e tem seus resultados sucessivamente ampliados, chegando a atingir 38% do PIB ao longo do período considerado. No entanto, os tributos e os impostos não têm crescido na mesma proporção ou intensidade, o que nos permite inferir que a expansão da carga tributária é

decorrente do dinamismo de algum tipo de atividade econômica, no caso, dos resultados do setor externo. Esta inferência tem suporte na análise de correlações, como se pode ver no **Quadro 3** abaixo:

		Política Fiscal		
		Resultado Primário	Resultado Nominal	Carga Tributária
Setor Externo	Importações		0,63**	0,32*
	Exportações	0,71**	0,67**	0,80**
	Balança Comercial	0,77**	0,56**	0,89**
	Transações Correntes	0,74**	0,53**	0,77**
	Taxa de Câmbio	0,67**	0,32*	0,82**

A carga tributária é alimentada pelos resultados positivos do setor externo, particularmente pelo saldo da balança comercial (índice de correlação de 0,89), pelas exportações (índice de 0,80) e pelo saldo em transações correntes (índice de 0,77). Além disso, correlaciona também, positivamente, com a taxa de câmbio (índice de 0,82).

A performance do setor externo alimenta também algumas variáveis associadas com o crescimento econômico, como a renda bruta (correlação de 0,88 com as exportações e de 0,87 com a balança comercial) e a poupança bruta (correlação com as exportações de 0,87 e com a balança comercial de 0,86). A utilização da capacidade instalada é correlacionada com as exportações (0,80), com a balança comercial (0,70) e com a taxa de câmbio (0,70). As reservas internacionais são correlacionadas negativamente com a poupança bruta. Como pode ser observado no quadro seguinte:

Quadro 4

		Variáveis Crescimento		
		Renda Bruta	Poupança Bruta	Capacidade Instalada
Setor Externo	Importações	0,45**	0,46**	0,52**
	Exportações	0,88**	0,87**	0,80**
	Balança Comercial	0,87**	0,86**	0,70**
	Transações Correntes	0,69**	0,70**	0,57**
	Taxa de Câmbio	0,85**	0,80**	0,70**
	Reservas Internacionais		*- 0,81*	

No entanto, este efeito virtuoso de expansão potencial do crescimento econômico é afetado pela lógica da política monetária. O instrumento único da política monetária é utilizado pelo Comitê de Política Monetária – COPOM que, a cada 45 dias, revê a fixação da taxa básica de juros Selic com o propósito de conter a inflação no interior das metas fixadas pela autoridade monetária. A Selic se constitui pela soma da inflação ocorrida ou projetada com a taxa de remuneração do investidor – juros

reais. Os juros praticados pelo COPOM afetam, por sua vez, as contas do governo, que são administradas pela política fiscal em termos da geração de um resultado primário – superávit primário que equilibra estas contas. Em casos de aperto orçamentário, tem sido praticado o aumento da carga tributária para compensar o efeito fiscal. É interessante notar que estas políticas – a monetária e a fiscal, são administradas por instâncias independentes e autônomas.

Os resultados das políticas monetária e fiscal parecem ser eficientes em seus resultados, como se pode ver nos quadros abaixo:

Quadro 5

		Política Monetária
		Juros Selic
Política Fiscal	Resultado Primário	- 0,51**
	Carga Tributária	- 0,68**

Quadro 6

		Política Monetária
		Juros Selic
Variáveis Crescimento	Renda Bruta	- 0,71**
	Poupança Bruta	- 0,64**
	Capacidade Instalada	- 0,80**

A política fiscal, no que diz respeito ao resultado primário e à carga tributária, está correlacionada negativamente com a variável da política monetária: a taxa de juros Selic. As variáveis relativas ao crescimento: renda bruta, poupança bruta, e capacidade instalada, também estão correlacionadas negativamente com a variável da política monetária, a Selic. Também encontramos resultados animadores, no Quadro 4, em que se cruzam variáveis do setor externo com variáveis de crescimento positivamente. Então, por que os resultados positivos do dinamismo do setor externo, das variáveis de crescimento e das interações entre política fiscal e política monetária não se convertem em crescimento econômico efetivo? Como já dissemos, a Selic é uma taxa que soma a inflação medida pelo IPCA com os juros reais que efetivamente remuneram o investidor.

Este mesmo processo está presente nas correlações negativas entre as variáveis da política fiscal (carga tributária e resultado primário) com a taxa Selic. Reduz-se a inflação e permanecem os enormes juros reais, o que agrava a dívida pública e a necessidade de geração de um forte superávit primário, direcionado ao pagamento do serviço da dívida pública (juros). Este é o papel da política fiscal que, vendo a dívida pública crescer para além das metas altíssimas de superávits primários, agregou a este instrumento um outro: o aumento da carga tributária.

Quadro 7

Período	Transformação de Taxa de Juros Over / Selic	Transformação de Inflação - IPCA	Taxa Juros Reais taxa Selic - IPCA
1995	43,36	20,41	22,95
1996	24,47	9,18	15,29
1997	22,36	5,11	17,25
1998	25,58	1,65	23,93
1999	23,02	8,60	14,42
2000	16,18	5,83	10,35
2001	16,08	7,42	8,66
2002	17,67	11,90	5,77
2003	21,17	8,95	12,22
2004	15,15	7,35	7,80
2005	17,57	5,55	12,02
2006	14,13	3,10	11,03

Obs.: Infelizmente, as informações de nossa base de dados estão notadas como variações em relação ao período anterior, o que não nos permite visualizar os valores em sua integridade. Assim, compusemos este quadro a partir de dados disponíveis no Ipeadata e derivamos o resultado expresso.

No Quadro 7, pode-se perceber, com algumas variações, uma tendência decrescente dos valores dos juros reais. Apesar desta tendência, os juros praticados pela autoridade monetária sempre estiveram acima dos maiores do mundo, portanto, tal fato não reduz esta "prática campeã". Eles falam por si e evidenciam seus efeitos deletérios sobre as possibilidades de crescimento.

Quadro 8

		Dívida Setor Público		
		Títulos Index Selic	Div. Interna	Div. Total Pública
Política Fiscal	Resultado Primário	0,70**	0,72**	0,62**
	Carga Tributária	*0,92***	**0,94****	0,80**

Neste quadro, ficam claras as correlações entre as variáveis da política fiscal e a expansão da dívida pública.

O efeito das políticas monetária e fiscal é desastroso, pois além de praticar uma taxa básica de juros (Selic) assombrosa, prejudicando a rentabilidade do investimento

produtivo, implica no aumento da dívida pública pelo redirecionamento do investimento produtivo para o investimento especulativo puro e simples. Ou ainda pelo investimento compensatório em relação aos riscos do investimento em atividades produtivas, em um país que associa juros reais imensos a uma carga tributária que evoluiu de 30% do PIB em 1994 para 50% do PIB em 2006.

As políticas monetária e fiscal, além de provocarem os efeitos os quais acabamos de nos referir, inviabilizam investimentos públicos tão necessários, como infra-estrutura viária, portuária, energética e tantas outras funções que são relegadas ao Estado. As políticas monetária e fiscal destroem boa parte dos resultados positivos do desempenho do setor externo e das variáveis de crescimento. Eis aí a questão da dosagem e dos pressupostos dessas políticas.

Obviamente, não propomos o abandono dos instrumentos de controle da inflação e de redução da dívida pública em favor de uma taxa de crescimento mais alta acompanhada do retorno à inflação e do crescimento da dívida. Isto nos levaria a um novo ciclo vicioso e ao retorno de antigos problemas da dívida pública e de retorno da inflação. A experiência recente já nos ensinou o que não fazer. A questão passa a ser a "dosagem do remédio".

Os resultados das políticas monetária e fiscal parecem, nas duas tabelas abaixo, ser eficientes em seus resultados.

Quadro 9

		Política Monetária
		Juros Selic vs
Dívida Setor Público	Títulos Selic	- 0,71**
	Dívida Interna	**- 0,73****
	Dívida Total Pública	- 0,54**

Assim, as variáveis deste *f*1 contidas na dívida pública: títulos indexados pela Selic, dívida interna e dívida pública total (Quadro 9) estão correlacionadas negativamente com o instrumento exclusivo da política monetária que é a Selic, ou seja, o crescimento das variáveis da dívida pública se faz acompanhar pela redução da Selic. No entanto, a Selic se constitui pela soma da inflação medida ou projetada com a taxa real de juros que remunera o investidor nestes títulos. Esta redução da Selic se deve à redução dos processos inflacionários, mas mantém os juros reais que efetivamente remuneram o investidor e que hoje são os maiores do planeta, o que resulta em aumentos fortemente significativos da dívida pública.

3.1.3 - Fator 1 e Efeitos Sociais

As variáveis do grupo efeitos sociais – rendimento médio nominal, rendimento médio real e coeficiente Gini se correlacionam significativamente com as variáveis dos grupos política monetária, dívida do setor público, política fiscal, setor externo, variáveis de crescimento e efeitos sociais, constituindo o espectro de correlações mais amplo do $f1$. No entanto, dadas as características quantitativas de nossa base de dados, não conseguimos captar de modo mais ambicioso e amplo os reais efeitos sociais das políticas econômicas.

A Tabela 2 e seu gráfico apresentam as correlações entre as variáveis inscritas no $f1$ e as variáveis do grupo 'efeitos sociais' – Ver anexo 2

Retomando nossas análises e interpretações, as correlações entre as variáveis do grupo 'efeitos sociais' e as variáveis dos demais grupos tendem a definir um mesmo padrão, numa demonstração de paralelismo de resultados:

* as variáveis correlacionadas positivamente com o rendimento médio nominal tendem a se correlacionar negativamente com as variáveis correlacionadas com o rendimento médio real, exceção feita à inversão ocorrida em sua correlação com a taxa Selic, nas correlações inexistentes entre rendimento médio real e importação e entre rendimento médio nominal e poupança bruta;

* as variáveis negativamente correlacionadas com o índice de Gini tendem a se correlacionar também negativamente com as variáveis correlacionadas com o rendimento médio real, exceção feita à correlação positiva com taxa de juros Selic, e às correlações inexistentes entre rendimento médio real e resultado nominal, e entre Gini e poupança bruta. Note-se que o aumento do coeficiente de Gini implica o aumento da desigualdade social, ou seja, quanto maior o valor de Gini maior a desigualdade ou, ainda, quanto mais próximo de zero, maior a igualdade,

* um padrão similar ocorre nas relações entre variáveis correlacionadas positivamente com o rendimento médio nominal, pois tendem a ter uma relação negativa com as variáveis correlacionadas com o coeficiente Gini, exceção feita à inversão ocorrida em sua correlação com a taxa Selic, e na correlação inexistente entre Gini e importação.

O desemprego está correlacionado significativa e negativamente com a poupança bruta, positivamente com a dívida total (0,74) e com a taxa de câmbio (0,68). Estas correlações do desemprego, com apenas três variáveis, podem se dever ao fato de só podermos nos utilizar dos dados referentes à RMSP, a única estatística disponível para todo período, quando o ideal seria utilizar a estatística do total das regiões metropolitanas.

Assim, os grupos de variáveis 'dívida do setor público, política fiscal, setor externo' e 'variáveis de crescimento' têm efeitos predominantemente positivos sobre o rendimento médio nominal, efeitos negativos sobre rendimento médio real e positivos

sobre a redução da desigualdade, quando tomamos os seus valores mais baixos como resultados inclusivos. Isto é, inversamente proporcionais aos valores do índice, que são tão menores quanto é menor a desigualdade.

Há, no entanto, um conjunto de dados que destoam das tendências predominantes. Cumpre-nos destacá-los como problemas que tentaremos compreender, ressaltando que tratamos simplesmente de relacionar:

✱ no Quadro 10, a variável fundamental e exclusiva da política monetária-Selic, exibe correlações diferenciadas do padrão citado anteriormente, ao registrar os seguintes índices de correlação entre 'Selic' e 'rendimento médio nominal' (-0,69), 'rendimento médio real' (0,56) e 'GINI' (0,53). Isso nos remete a uma hipótese não suportada pela nossa base de dados, mas possivelmente verificável em estatísticas disponíveis. A relação inversa entre 'renda média' e 'renda real' resultaria da prática recente, em alguns setores, de aumentos nominais de renda que ultrapassariam os demais reajustes, afetando a distância entre renda média e a real;

Quadro 10

		Política Monetária
		Juros Selic vs
Efeitos Sociais	Rendimento Médio nominal	- 0,69**
	Rendimento Médio real	0,56**
	Desemprego RMSP	
	Índice de Gini	0,53**

Quadro 11

		Política Fiscal		
		Resultado Primário	Resultado Nominal	Carga Tributária
Efeitos Sociais	Rendimento Médio nominal	0,70**	0,63**	0,86**
	Rendimento Médio real	- 0,85**	- 0,45**	- 0,90**
	Desemprego RMSP			0,40**
	Índice de Gini	- 0,76**	- 0,56**	- 0,83**

✱ No Quadro 11 - variável 'resultado nominal', do grupo 'política fiscal', em sua correlação com as variáveis 'rendimento médio nominal' (0,63), 'rendimento médio real' (-0,45) e Gini (-0,56),

Quadro 12

Os dados relativos aos efeitos sociais infelizmente retratam insuficientemente os efeitos da política econômica, problemas estes que buscamos resolver com a inclusão de novas variáveis e maior precisão de outras em nossa base de dados.

		Variáveis Crescimento		
		Renda Bruta	Poupança Bruta	Utilização Capac. Inst.
Efeitos Sociais	Rendimento Médio nominal	*0,94***		***0,78*****
	Rendimento Médio real	*-0,86***	***0,89*****	*-0,74***
	Desemprego RMSP	0,44**	**-0,83****	0,21**
	Índice de Gini	*-0,80***	*0,40***	*-0,68***

✱ No Quadro 12 - variável 'poupança bruta', do grupo 'variáveis de crescimento', em sua correlação com as variáveis 'rendimento médio nominal' (0,89) e 'desemprego' (-0,83).

3.1.4 - Fator 2: dívida pública (externa), política monetária e setor externo.

O Quadro 13 lista o conjunto das variáveis do fator rotado 2 e suas respectivas cargas fatoriais.

Quadro 13: Fragilidade externa, dívida externa

	F2 Carga Fatorial
Dívida externa	0,911
Juros nominais	0,775
Inflação IGPDI	0,732
Inflação IPCA	0,608
Reservas internacionais	- 0,826
Importações	- 0,695
RESNOM = Déficit Nominal (*)	- 0,576
Formação Bruta de Capital Fixo	- 0,515

(*) Observe-se que nossa notação dos valores é invertida. Os valores da nfsp são lançados como superávit primário e déficit nominal.

O fator rotado 2 inscreve oito variáveis significativamente associadas, envolvendo quatro grupos de variáveis diversos e/ou áreas de política econômica distintas.

Compreende quatro variáveis que se associam positivamente e outras quatro com associações negativas. Envolve variáveis associadas positivamente à dívida pública externa, aos juros da dívida e à inflação, e negativamente ao setor externo – trocas internacionais; às contas do governo – política fiscal, e a fatores de crescimento.

O crescimento da dívida externa é acompanhado pela expansão dos juros nominais e pelo aumento das taxas de inflação – significativamente, o IGP-DI, e menos expressivamente, o IPCA.

O processo de ampliação do endividamento externo se soma às variáveis de carga fatorial negativa que agravam este processo. Tal fato é expresso na forte redução das reservas cambiais e resulta em diminuição da capacidade de importação. Ainda que se possa verificar uma pequena redução do resultado nominal, o que suaviza um pouco a dívida pública, seu efeito não consegue evitar o declínio da formação bruta de capital fixo, este, um importante indicador do crescimento da atividade produtiva.

O Quadro 14, reproduzido a seguir, organiza e distribui as variáveis contidas neste fator em grupos específicos:

Quadro 14

CRESCIMENTO	POLÍTICA MONETÁRIA	DÍVIDA PÚBLICA	POLÍTICA FISCAL	SETOR EXTERNO
		DÍVIDA EXTERNA		
		JUROS NOMINAIS		
	IGP-DI			
	IPCA			
				- RESERVAS
				- IMPORTAÇÕES
			- RESULTADO NOMINAL	
- FBKF				

Quando consideramos as variáveis componentes do $f2$ organizadas em grupo, podemos visualizar com facilidade os aspectos essencialmente negativos deste mesmo fator. Os componentes da dívida pública, dívida externa e juros nominais, tendem a ampliar o endividamento e agravar a política monetária, que tem como propósito o controle da inflação – fixação da Selic. Neutraliza, também, em boa parte, a boa performance do setor externo.

A liquidação de boa parte da dívida externa, por decisão do governo, em 2005, através de pagamentos feitos ao FMI e ao Clube de Paris, antes mesmo de seu vencimento, conseguiu reduzir esta dívida expressivamente, chegando a torná-la negativa em 2006.

Ainda que tenha havido uma redução significativa da dívida externa nesta ocasião, é bom lembrar que a dívida pública foi fortemente agravada no primeiro período

do Plano Real, e que o retorno a essa situação não deixou de ser uma ameaça potencial, no caso de redução da liquidez internacional, que deu fôlego ao desempenho positivo do setor externo.

Grupos	*f2* Correlações Variáveis	Div. externa	IGPDI	Reservas internacionais	Importações
Política Monetária	IPCA		**0,78****		
	IGPDI	0,53**		- 0,55**	
Dívida Pública	Juros nominais	**0,70****		**- 0,70****	
	Dívida Externa		0,53**	- 0,73**	
Política Fiscal	Resultado nominal				0,63**
Setor Externo	Importações	- 0,60**			
	Reservas Internacionais		- 0,55**		
Variáveis de Crescimento	Formação Bruta Capital Fixo	**- 0,55****			0,84**

O exame do quadro de correlações entre as variáveis contidas no *f*2 falam por si. A dívida externa, acompanhada de aumento dos juros e dos índices de inflação, particularmente no primeiro governo do Plano Real, agravou a situação das reservas cambiais, limitando as importações, ampliando o resultado nominal e inibindo a formação bruta de capitais, este, um indicador de crescimento da atividade produtiva.

3.1.5 Fator 3: crescimento do PIB

Crescimento PIB	F3 Rotação
PIB % Real	**0,905**
Produção Industrial	**0,901**
Taxa de investimento - nominal	**0,606**
Formação Bruta de Capital Fixo	**0,589**
Utilização da Capacidade Instalada	***0,482***

As cargas fatoriais das variáveis componentes do *f*3 são positivas e apresentam valores altos nas duas primeiras: o PIB com carga de 0,905 e a produção industrial com 0,901. A carga fatorial das três variáveis subseqüentes registram cargas mais baixas. Julgamos relevante a inclusão da última variável, ainda que ela apresente uma carga inferior a 0,5, pela centralidade a ela atribuída nas discussões recentes sobre desenvolvimento.

Esperávamos que as correlações encontradas fossem mais expressivas. No entanto, revelam e confirmam algumas relações apontadas por outros pesquisadores. Contudo, esse fator 3 confirma a existência das associações relevantes entre crescimento do PIB e produção industrial, taxa de investimento nominal, formação bruta de capital fixo e utilização da capacidade instalada. Entretanto, as variáveis componentes do $f3$ são todas relativas ao grupo variáveis de crescimento, o que torna ociosa a procura de maiores esclarecimentos.

3.1.6 - Fator 4: Investimento direto

Carga Fatorial	$f4$ Rotação
Conta financ - investimentos diretos	**0,799**
Taxa de Desemprego na Reg. Metr. São Paulo	**0,627**
Taxa Juros Selic	**- 0,663**
Inflação IPCA	**- 0,636**

As cargas fatoriais das variáveis componentes do $f4$ revelam associações positivas entre investimentos diretos (0,799) e desemprego (0,627). Estão associadas negativamente com as primeiras as variáveis 'taxa de juros Selic' (–0,663) e 'IPCA' (-0,636).

Ao analisar as correlações entre as variáveis do fator 4, algo bastante curioso se revela. Não há qualquer tipo de correlação entre todas as quatro variáveis do $f4$. Não havendo qualquer correlação direta entre essas variáveis, cabe-nos compreender

Variáveis Correlações	Investimentos diretos	Desemprego RMSP	Juros Selic	IPCA
IGPDI				**0,78****
Títulos index Selic			**- 0,71****	
Div. Interna		0,50**	**- 0,73****	
Div. Externa		**0,64****		
Div. total pública		**0,748****	- 0,54**	
Resultado - primário			- 0,51**	
Resultado nominal			- 0,61**	
Carga tributária			- 0,68**	
Exportações			- 0,64**	
Saldo da BC			- 0,56**	
Trans. Correntes	- 0,59**			
Taxa de Câmbio		0,68**	- 0,59**	
Renda Bruta			- 0,71**	
Poupança Bruta		- 0,83**	- 0,64**	
Investimento Nominal		- 0,50**		
Utilização Capac. Inst.			- 0,80**	
Ren. Med. Nominal			- 0,69**	
Renda. Média Real			0,56**	
Índice de Gini			0,53**	

que elas aqui estão pelo conjunto de efeitos que é estabelecido entre todas as variáveis consideradas em nossa base de dados. Isto é extremamente surpreendente, pois elas ali estão presentes com as maiores cargas fatoriais do fator. A única correlação encontrada foi entre desemprego e Selic, ainda com um coeficiente insignificante de 0,46.

Logo, devemos concluir que o $f4$ não nos permite maiores esclarecimentos.

3.1.7 - Fator 5: juros reais.

Carga fatorial Juros reais	*f*5
Juros reais	0,902
Juros nominais	0,475
RESNOM	- 0,498

O fator 5 registra uma carga fatorial positiva e forte para a variável 'juros reais'. Foram acrescentadas a ela, experimentalmente, outras duas: a variável juros nominais com carga fatorial positiva pouco significativa (0,475) e o resultado nominal com uma carga negativa pouco expressiva (0,498).

Correlações	Juros reais	Resultado nominal
Juros nominais	0,38**	- 0,44**

A rigor, o fator 5 (*f*5) é composto por uma única variável. Buscamos incorporar mais duas variáveis, na tentativa de encontrar alguma relação significativa. Abdicamos, no entanto, de considerá-las de fato, pois as duas variáveis incorporadas registram cargas fatoriais menores que 0,5 positivos ou 0,5 negativos, o que é praticamente o caso do resultado nominal. O princípio da técnica recomenda que descartemos e anulemos esse fator 5.

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa mostra claramente o caráter contracionista da política econômica praticada pelos governos do período 1995-2006. A persistência do crescimento em níveis baixíssimos está associada aos pressupostos e aos modos de organização e de integração entre as áreas da política econômica adotada. Pretendia-se equacionar os problemas econômicos fundamentais surgidos desde 1980 - a inflação, a dívida pública e a vulnerabilidade externa. Sua solução adviria da execução de um projeto de estabilização que abriria as portas do crescimento e do desenvolvimento sustentado.

A cada problema assinalado estaria associada uma área de política econômica:

1. Política monetária: à ameaça de inflação corresponderia o aumento da taxa básica de juros (Selic), sendo este seu único instrumento. A revisão dos valores da Selic ocorreria mensalmente, prazo recentemente alterado para 45 dias.

2. Política fiscal: à ameaça de aumento dos juros da dívida corresponderia a geração de superávit primário.

3. Política cambial: à ameaça de desequilíbrio externo recalibrava-se o valor da moeda, na tentativa de proteger o saldo em conta corrente.

No entanto, a atribuição de cada área de política econômica competiu a diferentes instâncias, que são autônomas e fragmentadas. Seus resultados são freqüentemente contraditórios e é natural que, por vezes, assim o possa ser, como quando necessidades reais de aumento de juros implicam elevação da dívida e esforço fiscal compensatório maior pela elevação de superávits.

Entre algumas de nossas principais conclusões, pudemos observar um efeito perverso e paradoxal nas relações entre a política monetária e a política fiscal. Perguntávamo-nos sobre o porquê do resultado virtuoso, derivado do forte dinamismo do setor externo, não ter se convertido em crescimento efetivo do PIB.

Como já sabemos, a Selic é uma taxa que combina a inflação, medida pelo IPCA, com os juros reais que, efetivamente, remuneram o investidor. A constatada queda dos valores da Selic se deveu à redução dos processos inflacionários, sem, contudo, baixar os juros reais (os maiores do planeta). Esse processo implicou aumento significativo da dívida pública, através dos títulos do governo indexados à Selic, assim como o foram os títulos em dólares ao início do período analisado.

Assim, reduziu-se a inflação e permaneceram os enormes juros reais, o que, desta forma, agravou a dívida pública, que se fez acompanhar pela necessidade de geração de um forte superávit primário, direcionado ao pagamento do serviço da dívida pública (juros), e pelo aumento da carga tributária. Este foi o papel da política fiscal que, vendo a dívida pública crescer para além das metas altíssimas de superávits primários, agregou a este instrumento um outro: o aumento da carga tributária.

As correlações fortemente positivas entre carga tributária e dívida interna, títulos indexados a Selic e dívida total, falam por si. As correlações, também bastante significativas, entre resultado primário e as mesmas variáveis da dívida, confirmam a tendência e ainda sugerem a perversa estratégia de adicionar à política monetária uma carga compensatória constituída pela expansão fiscal. Tudo isso agrava os fatores contracionistas do crescimento econômico, penalizando a rentabilidade do investimento produtivo e estimulando o investimento especulativo, como hedge da aplicação produtiva ou, pura e simplesmente, especulativa.

As políticas monetária e fiscal, além provocarem os efeitos os quais acabamos de nos referir, inviabilizam investimentos públicos, tão necessários, como em infra-estrutura viária, portuária, energética e tantas outras funções que são relegadas ao Estado.

Não poderíamos deixar de considerar aspectos e efeitos de determinados fatores inscritos nas relações entre as políticas monetária, fiscal e cambial, que desvelam problemas envolvidos na política econômica do período, e que não foram captados pelo processamento dos dados de nossa pesquisa. As observações que seguem abordam estes aspectos e efeitos e apresentam críticas elaboradas pelos autores indicados:

✱ Controle da inflação pelo câmbio

O papel da política monetária é fortemente questionado por diversos autores. Entre seus principais críticos, Delfim Neto (Delfim Neto, coluna Sextante, Carta Capital, nº 374) assinala que, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o controle da inflação coube ao câmbio sustentado pela maior taxa de juros do planeta. O plano de estabilização acionado pelo governo, fundado em uma enorme apreciação do Real, resultou em um forte declínio da taxa de inflação e do crescimento do PIB e em uma imensa desconsideração do equilíbrio fiscal. Em 1998, o Brasil havia acumulado um déficit em transações correntes de US$ 100 bilhões. A alta taxa de juros real, necessária para sustentar o equilíbrio instável do Real, reduz a demanda, retrai o crescimento (2,6% entre 1995 e 1998) e perde 20% das reservas. Logo após, o governo foi obrigado a recorrer ao FMI.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em conseqüência da crise, ocorreu a desvalorização do Real. Adotou-se, em 1999, o regime de câmbio flutuante, sem efeitos negativos sobre a inflação, e com juros reais em declínio. Em 2001, a malfadada crise energética impede a retomada do crescimento. A taxa de inflação se conteve na média de 7,5%. Em 2002, em ambiente de liquidez internacional alta, aumentaram-se as exportações e o câmbio foi sobrevalorizado. Entre 2002 e 2004, o comércio mundial cresceu 19% ao ano. As exportações cresceram US$ 2,6 tri, dos quais 74% realizados pelos emergentes. O Brasil, mantendo o regime de câmbio flutuante e aumentando o crédito às exportações, ampliou suas exportações em 26% ao ano. Sua participação no comércio exterior passou de 0,9% para 1,1%, com crescimento acima dos emergentes.

A partir de 2005, repetiu-se a "valorização do Real", que propiciou uma arbitragem de juros com a compra de reais, sem entrada física de divisas. Esse juro controlou a demanda interna que, com o auxílio da valorização cambial, promoveu um importante recuo da taxa de inflação."

✱ Pib potencial e juros

Recentemente, tem se adotado um novo parâmetro de proteção contra o desencadeamento da inflação, através do estabelecimento de um limite de crescimento do PIB (3,5%), a partir do qual a demanda se ampliaria, provocando o aumento da inflação. Esta medida contracionista adicional é fundada na relação entre PIB potencial e PIB real em seus efeitos. Citamos Delfim: "se a estimativa do produto potencial é menor que a real, a posição da autoridade econômica é cômoda, preservando alta a taxa de juros e obtendo sucesso na observância da taxa de juros programada. Perdem os trabalhadores e os produtores, que são lesados em suas oportunidades de crescimento. Retrai-se o crescimento, que tende a se estabilizar em nível inferior. A estimativa de baixo crescimento do PIB potencial é uma forma eficiente para tornar verdadeira sua própria profecia".[8]

8- Remeto o leitor à página 44, em que o argumento de Delfim Neto é explanado em maiores detalhes.

✱ Taxa de equilíbrio do câmbio

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 17 de maio de 2006, Delfim Neto discorre sobre a chamada "taxa de equilíbrio do câmbio". Considera que os economistas revelam desconhecimento quando definem a "taxa de equilíbrio do câmbio como aquela que iguala a demanda e a oferta de divisas com a economia crescendo à sua capacidade potencial".

Para o autor, a oferta e a demanda dependem de alguns fatores presentes em ambas as condições, tais como: o movimento de capitais, a diferenças entre taxas de juros reais interna e externa, a existência de mercados futuros e as expectativas para a oferta, assim como o nível e a expectativa do crescimento do PIB e, estes, certamente, das taxas de juros real e interna, e do próprio saldo em transações correntes para a demanda. Este fato revela uma completa interdependência entre oferta e demanda, e o pressuposto da teoria é, pelo menos, duvidoso.

O pretendido nivelamento entre oferta e demanda de divisas produz uma taxa de câmbio bem distinta da de equilíbrio. Quando a subvalorização é evidente ocorre uma aceleração da inflação. Quando a sobrevalorização e patente há uma redução da inflação com desestruturação do setor externo da economia.

✱ Regime cambial

Belluzzo refere-se ao claro processo de sobrevalorização do Real, ocorrido em 2006. Para o autor, os pressupostos da autoridade monetária parecem não considerar os efeitos das taxas de juros "fora do lugar" e do câmbio valorizado (e de sua volatilidade) sobre as decisões de investimentos nos setores sujeitos à concorrência externa. Pretende afirmar que a taxa de investimento agregada pode subir, só porque os preços relativos dos bens de capital têm declinado, inclusive por conta da valorização da moeda local. Ao risco do pecado contra o estilo e a forma, transcrevo partes de um artigo de Belluzzo, em nome da precisão e preservação de seus argumentos:

"A experiência, nos anos 90, de abertura comercial, com redução de tarifas e câmbio valorizado, afetou duramente a indústria brasileira e afastou o investimento direto estrangeiro. As empresas nacionais produtoras de insumos e componentes fecharam suas portas ou foram vendidas a estrangeiros, que reduziram a linha de produção. Esse fato afetou, sobretudo, os complexos metal-mecânico e o eletrônico.

Num mundo de integração financeira crescente, os debates sobre regimes cambiais em países periféricos desprezam a existência de uma hierarquia entre as moedas nacionais e ignoram o risco, sempre presente nos países de moeda fraca, de um descompasso entre as taxas de câmbio nominais e reais, decorrentes da dupla natureza da moeda nacional: ativo financeiro e "preço" relativo dos bens comercializáveis. Tais circunstâncias determinam importantes restrições ao poder entre os bancos centrais, sobretudo em sua pretensão de manter a moeda nacional "atraente" para a denominação e a aquisição de ativos financeiros e produtivos. Os teoremas sobre as paridades cobertas das taxas de juros, acrescidas dos prêmios de risco, exprimem de forma tão abstrata quanto empobrecida essa cruel realidade."

A administração do processo estabilizador deveria ser integrada e gerenciadora dos efeitos inconsistentes das distintas áreas de política econômica, por fixação de metas combinadas entre as políticas monetária, fiscal e cambial. O objetivo primário deveria ser o crescimento econômico que, por sua vez, não pode se constituir como propósito final, pois certas formas de crescimento não implicam em desenvolvimento. A administração do processo estabilizador deveria ser flexível, atenta às oportunidades de crescimento e desenvolvimento, sensível às tendências da economia internacional, e reavaliadora das metas e das condições de cada política setorial.

Ainda que estejamos em uma fase positiva, em função dos resultados do setor externo da economia, as baixas taxas de crescimento, os juros altos praticados pela autoridade monetária e o câmbio sobrevalorizado nos rondam, ameaçando a possibilidade de um crescimento continuado e auto-sustentado.

Belo Horizonte, 27 de novembro 2007.

Bibliografia

BACHA, EDMAR LISBOA. BONELLI, REGIS. "Accounting For Brazil's Growth Experience 1940-2002". Texto Para Discussão n° 1018. http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2052 último acesso 07 de novembro 2007

BELLUZZO, LUIZ GONZAGA (2004), "Desajuste fiscal e abertura financeira". Folha de São Paulo, Dinheiro, 26 de agosto.

BELLUZZO, LUIZ GONZAGA (2006), "Retranqueiros". Revista Carta Capital, 01 de Março.

DELFIM NETO, A. "Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa". In: GIAMBIAGI, F. et al (Org). Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DIEESE. Dez Anos do Real. Estudos e Pesquisas. Ano 1 – n° 1 - junho/2004 http://www.sintsef-ce.org.br/Files/real10anos.pdf último acesso 07 de novembro 2007

GIAMBIAGI, F. "Estabilização, Reformas e Desequilíbrio Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002)". In: GIAMBIAGI, F. et al (Org). Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 166-195.

GIAMBIAGI, F. "Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2004)". In: GIAMBIAGI, F. et al (Org). Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 196-217.

GIAMBIAGI, F "Procura de um Consenso Fiscal: o Que Podemos Aprender da Experiência Internacional?" www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1503.pdf último acesso 07 de novembro 2007

MELO, LIANA. FREIRE, FLÁVIO (2007), "Conceição e Delfim defendem queda de juros". O Globo, 08 de Agosto.

PINHEIRO, MÁRCIA (2006), "Até quando esperar?". Revista Carta Capital, 01 de Março.

Cultura



Introdução

2007, como todos sabemos, foi o ano do cinqüentenário da publicação de "Grande Sertão:Veredas". A Apubh decidiu juntar-se às inúmeras comemorações que se fizeram, lançando um concurso de ensaios sobre o livro. Ampla divulgação foi feita em todo o campus e alguns ensaios foram apresentados.

Formou-se uma comissão julgadora composta por três professores estudiosos da obra de Guimarães Rosa:

Ivana Versiani, Luiz Cláudio V. de Oliveira e Márcia Marques de Morais.

Feito o julgamento, foram premiados três trabalhos:

1º lugar: "Diadorim: o enigma de um signo", da professora Cleonice Paes Barreto Mourão, da Faculdade de Letras;

2º lugar: "Riobaldo: o medo e a covardia", do professor Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

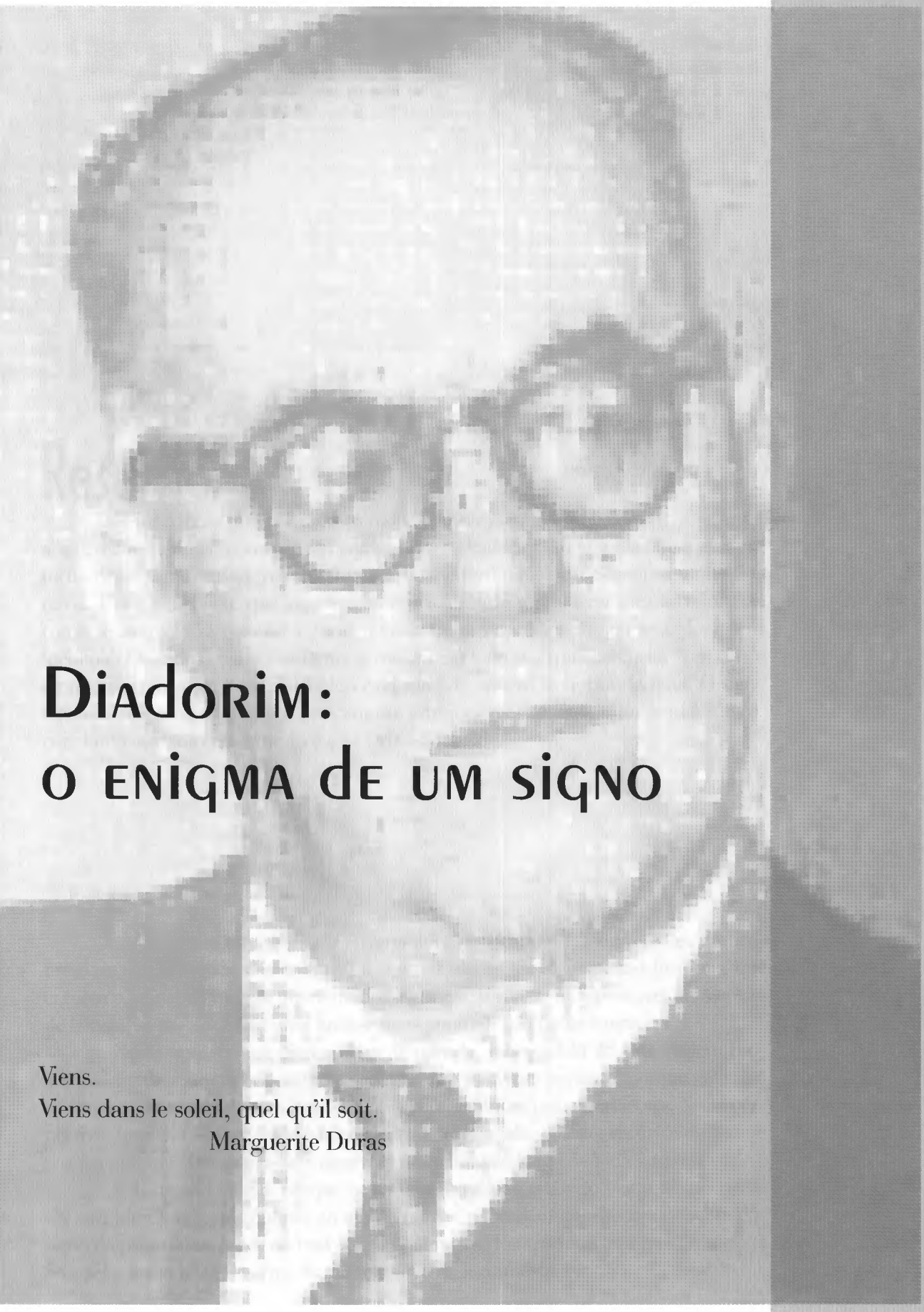
3º lugar: "Rastreando Riobaldo", do professor Eugênio Marcos Andrade Goulart, da Faculdade de Medicina.

Felicitamos os colegas vencedores, que pertencem a várias unidades da UFMG: a obra de Guimarães Rosa provoca interesse e estudos de pessoas das mais diversas formações.

Ivana Versiani

Autora
Professora Cleonice Paes Barreto Mourão

Faculdade de Letras UFMG



Diadorim: o enigma de um signo

Viens.
Viens dans le soleil, quel qu'il soit.
Marguerite Duras

Resumo

Das incertezas que pontuam o monólogo do jagunço Riobaldo, privilegiamos a que diz respeito ao nome de seu companheiro Diadorim. Toda a narrativa gira em torno desse signo verbal, numa tentativa de lhe atribuir uma designação inquestionável. Essa, a 'neblina' que invade a escritura fazendo-a proliferar incansavelmente, como se assim fosse possível suturar o vazio de uma predicação, ou seja, dissipar a 'neblina'. Quando o signo Diadorim se mostra em toda sua transparência, "um corpo de mulher, moça perfeita", Riobaldo cala sua ode, que só se nutria da falta. O signo torna-se pleno na morte; o significante se estreita, se estrangula num sentido único, cuja luminosidade cega emudece este Orfeu-Riobaldo.

Diante de uma obra da envergadura de Grande sertão: veredas, da profusão de temas sociais, de conflitos existenciais, de múltiplas pequenas histórias, que erguem o painel do mundo guerreiro dos jagunços, torna-se indispensável uma opção de leitura, se pretendemos uma análise mais pontual, não panorâmica.

Nossa opção recai, como ponto de partida, sobre a fala do personagem Riobaldo dirigida a um interlocutor; e isso, por dois motivos: primeiro, porque nela está um enderaçamento também a nós, leitores, representados pelo interlocutor. Nessa perpectiva, queremos saber como o narrador elabora sua fala, quais os recursos estilísticos usados para nos fazer ouvi-lo, e estarmos a seu lado ao longo de toda a narrativa.

Em segundo lugar, porque nessa fala-monólogo estão explícitas as incertezas do narrador. Incertezas quanto ao ato de narrar, e também aquelas oriundas da posição do próprio narrador no universo dos jagunços. Esta, a incerteza que promove a narração como meio de cercá-la, na tentativa de legitimá-la.

O personagem narrador – Riobaldo – seria um jagunço na acepção própria do termo? Para responder a essa questão, faz-se necessário levar em conta outro personagem, companheiro dileto do narrador: Reinaldo-Diadorim. Partindo do princípio de que a presença desse personagem é o motivo gerador da narração, procuramos nos deter nos seus nomes, por considerarmos que, do ponto de vista do labor da escritura, eles constituem pontos de relance da narrativa, quando ela se entrega – e isso com freqüência inusitada num relato de guerra – a um canto idílico, imbricando a ode na epopéia. Trata-se, então, de investigar não o significado etimológico de cada um dos nomes, mas sua função na escritura, seu poder de conduzir o narrador a domínios insuspeitáveis no mundo da jagunçagem.

Sertão: metáfora de uma escritura desmedida, inacabável; espaço acentrado, rasgado de trilhas em todas as direções, caminhos das andanças infindáveis dos jagunços - caminhos múltiplos e labirínticos da narrativa. Solo crestado de rachaduras, chapadas desafiadoras - solo da linguagem pungente, acerada e provocadora de Guimarães Rosa. Imensidão apta à errância da escritura e seus meandros: um grande sertão e suas veredas.

Nessa imensidão espacial, metafórica de um labor artístico, a escritura de Grande sertão: veredas, ainda que elabore uma narrativa de características tradicionais, em suas linhas mais gerais, desenvolvendo-se em direção a um desenlace, apresenta uma narração sinuosa, transbordante, partindo em todas as direções, compondo, finalmente, o que Gilles Deleuze denomina rizoma. Por este termo, ele considera os textos fasciculados, recortados por linhas de fuga, que promovem agenciamentos, ao se conectarem entre si e com as exterioridades. Segundo esse filósofo:

"Um rizoma não deixaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências remetendo às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo aglomerando atos muito diversos, lingüísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não há língua em si, nem universalidade de linguagem, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais." [1]

Nada mais especial do que a língua criada por Guimarães Rosa para o seu Grande sertão: veredas. E nela, o rizoma prolifera, fazendo conexão ou "agenciamento" com a política, com estratos sociais, com a natureza do sertão, com as experiências humanas, com a jagunçagem e com reflexões que beiram a filosofia.

Tracemos, então, uma linha de fuga que resgate, preferencialmente, a narração, por considerar que nela está o percurso do personagem narrador tecendo uma nova linguagem.

O eixo narrativo, a intriga propriamente dita, perfaz um caminho circular, até se encontrar novamente com o ponto inicial e aí se fecha. O que fica, no entanto, no interior desse círculo é a narração como potência de proliferação, que não desenha figura alguma, os segmentos se conectam e fazem rede, os chamados rizomas, e se expandem numa alucinação linguageira sem limites, sem fronteiras, como as cheias de um rio, quando não se percebe mais o que é o seu leito e o que é terra por baixo das águas: "Rio é só o São Francisco".(G.S.V.p.71)[2] Depois da cheia de tantas e tantas palavras para narrar sua vida de jagunço e seus amores, é nas margens desse rio que o personagem narrador se abanca "quase barranqueiro"(G.S.V. p.571)

1- DELEUZE, Gilles. Mille Plateaux. Paris: Minuit, 1980, p.14 Tradução nossa.

2- ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. Os números entre parênteses depois de citação referem-se às páginas dessa edição.

O monólogo inquiridor

Vale, assim, examinar o monólogo do personagem Riobaldo como agente de uma fala dirigida a um interlocutor. E aí, já encontramos uma primeira astúcia da escritura: seria mesmo um monólogo? O interlocutor não se expressa explicitamente, mas é evidente sua participação na fala de Riobaldo, pelo que se pode entender de certas respostas deste, movidas por perguntas que não vêm à tona.

Em princípio, espaço de expressão de uma consciência em diálogo consigo mesma, o monólogo em Grande sertão: veredas é o recurso da escritura para expor as dúvidas e os conflitos do personagem narrador.

Privilegiamos aí, duas incertezas, por entender que elas constituem nódulos ou tubérculos, nas expressões deleuzianas, ao longo de duas linhas dependentes: a incerteza quanto ao modo de narrar e a incerteza quanto aos nomes próprios. Sem pretendermos estabelecer uma relação causal entre as duas, assinalamos tão-somente a sua imbricação como efeito de escritura.

A primeira delas - a dúvida quanto ao modo de narrar – distribui-se com insistência na escritura. Algumas citações, a título de amostragem:

(...) "Esta minha boca não tem ordem nenhuma, estou contando fora, coisas divagadas." (G.S.V. p.22)

"E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente." (G.S.V.p.96)

"Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido?"(G.S.V.p.175)

"O senhor releve e não reprove. Demasias de dizer sobem com as lembranças da mocidade. Não estou contando?" (G.S.V.p.183)

"O senhor tolere minhas más devassas no contar. É ignorância. Eu não converso com ninguém de fora, quase. Não sei contar direito." (G.S.V.p.188)

"Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba." (G.S.V.p.217)

"O que sinto, e esforço em dizer ao senhor, repondo minhas lembranças, não consigo; por tanto é que refiro tudo nestas fantasias." (G.S.V.p.273)

Essas dúvidas contêm um tipo de retórica, que visa à legitimação do dito: "Contar seguido, alinhavado, só mesmo as coisas de rasa importância" (G.S.V.p.95), mas contar a "matéria vertente" (G.S.V.p.96) é o desafio que se estenderá por quinhentas páginas. A busca de uma adequação entre o que Riobaldo conta e o que ele quer dizer é que constitui a sua épica na linguagem, as suas batalhas sucessivas, que não têm nunca uma vitória definitiva, e apresentam, como bandeira final de um combate inacabável, o signo do infinito que fecha o livro, e, ao mesmo tempo, abre a linguagem poética para outros percursos, outras batalhas.

Busca de uma adequação, e, no entanto, é justamente na inadequação, no modo impróprio de dizer, que reside a palavra literária como meio de pensar, ou ainda, a palavra literária como "metafísica do artista". Segundo Roberto Machado, interpretando Nietzsche, "*'Metafísica de artista' é a concepção de que a arte é a atividade propriamente metafísica do homem, a concepção de que apenas a arte possibilita uma experiência da vida, como sendo no fundo das coisas indestrutivelmente poderosa e alegre, malgrado a mudança dos fenômenos.*"[3]

3- MACHADO, Roberto. Nietzsche e a verdade. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 29.

A adequação perfeita levaria à morte da palavra poética, à estagnação do pensamento, que se alojaria numa fórmula inquestionável, longe das inquietações do pensar.

Na introdução intitulada "El poder de la palabra: Nietzsche y la retórica", Luis Enrique de Santiago Guervós, ao comentar o uso da metáfora em O Nascimento da tragédia, de Nietzsche, afirma:

"... que "o próprio", como categoria metafísica fundamental, vai deixando espaço ao "impróprio" como o mais originário e profundo, capaz de recuperar a "inocência" do pensamento".

E continua:

"... com relação à essência das coisas e do mundo, não pode haver mais que representações, e enquanto tais terão o caráter do "impróprio", uma vez que nenhuma linguagem, por mais científica que seja, pode expressar o que é a realidade, embora tanto o cientista quanto o filósofo se afanem em estabelecer a maior correspondência possível entre linguagem e realidade para poder "falar com propriedade".[4]

Para expressar suas dúvidas quanto à propriedade do seu narrar, Riobaldo se utilliza de uma retórica da persuação. Persuadir o interlocutor ou ele mesmo? Utilizamos o termo retórica no sentido que lhe confere Margutti Pinto em sua "Introdução" ao Tratactus, de Wittgenstein:

"A retórica constitui uma parte integrante de todo discurso, que visa a alguma forma de adesão do auditório a que se dirige. Com efeito, se o autor desse tipo de discurso busca a adesão, ele se vê na contingência de, para ser eficaz, ter de adotar as técnicas argumentativas mais adequadas ao objetivo pretendido. Isso vale para os mais diversos tipos de discurso, como, por exempo, o filosófico, o científico, o poético."[5]

A adesão do interlocutor é o objetivo perseguido pelo narrador de Grande sertão: veredas. Muito mais que resolver suas dúvidas, ele deseja persuadir o seu ouvinte de que são essas mesmas dúvidas que alimentam seu narrar. Ele está pedindo um crédito de legitimidade para seu discurso. Ou um crédito que supere a legitimidade e acolha os labirintos do dizer, uma vez que as incertezas são constitutivas, estruturantes do próprio discurso. No registro da linguagem, essas incertezas são "O demônio na rua, no meio do redemunho" (G.S.V. p.151). Se elas promovem o avanço da narrativa, é porque nelas está contido o segredo da palavra literária, que só diz disfarçadamente, nas metáforas construtoras do mundo da ficção. Promovem o avanço da narrativa e sustentam a narração, que tem em seu bojo esse desassossego medular: como narrar adequadamente.

E como esse ato de narrar poderia ser adequado, se o próprio emissor do discurso se questiona quanto ao seu lugar na narrativa épica, e, de maneira contundente, quanto ao seu lugar na narrativa idílica? "Eu, quem é que eu era?" (G.S.V. p.144) "Eu era dois, diversos" (G.S.V. p.460).

Riobaldo-jagunço seria uma impostura? A narração em primeira pessoa remete a um jagunço que só o é por circunstância, não por aspiração: "eu era como se fosse diferente pessoa" (G.S.V. p.95), por isso, "estou contanto não é a uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente" (G.S.V. p.96). É isso que ele questiona e pede a seu interlocutor uma resposta. Como narrar corretamente "contar seguido" (G.S.V. p.95) uma vida de aventuras guerreiras, se o lugar de guerreiro não

4- GUERVÓS, Luis Enrique de Santiago. "Introdução". In: Nietzsche. Escritos sobre retórica. Madrid: Editorial Trotta, 2000, pp. 35-35. (Tradução nossa).

5- MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto. Iniciação ao silêncio. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p.19

é seu lugar de vocação? "Disso eu fiz um pensamento: que eu era muito diverso deles todos, que sim. Então, eu não era jagunço completo, estava ali no meio executando um erro" (G.S.V. p.338).Ou seria a presença do jagunço Reinaldo que o mantinha na jagunçagem? "Eu tinha vindo para jagunço só mesmo por conta da amizade!" (G.S.V. p.217)

Não importa qual a origem das dúvidas de Riobaldo. O que fica mais evidente na escritura, porque escritura literária, é a dúvida que tem o narrador quanto a não conformidade entre o real e a linguagem. Daí, o deslizamento incessante ao longo da cadeia significante, em busca da palavra que possa dizer, não apenas relatar. Um vazio se instala no interior de tantas palavras, ou ausência de uma linguagem direta, referencial, denotativa. Tal desvio na escritura nos é explicado por Pierre Macherey em sua "Apresentação" do livro de Foucault dedicado a Raymond Roussel:

"Precisamente, a linguagem, distanciada de si mesma pela forma poética de seu uso, "joga": e no abismo assim revelado, no coração da linguagem, jaz não a plenitude de um sentido oculto, mas aquilo que constitui a própria verdade da linguagem; ou seja, seu vazio, ou se perferirmos, sua facticidade."[6]

É este o jogo que o poeta prosador Guimarães Rosa joga sem cessar em seu texto: a pobreza da linguagem faz a riqueza de sua escritura.

Assim, as passagens em que Riobaldo se interroga sobre a própria narrativa, e que vêm à superfície ao longo de todo o texto, revelando sua incerteza quanto à linguagem, são momentos de queda no vazio aberto pela indigência da palavra. São também momentos de relance no fluxo da enunciação, carregando consigo o fluxo do enunciado. Este último, prisioneiro da enunciação se faz múltiplo (as andanças inacabáveis dos jagunços, as batalhas, os nomes dos homens do bando, os amores de ocasião, a apresentação dos menores detalhes da natureza sertaneja), amplia-se nas dimensões das terras do sertão, ao percorrer o itinerário que leva ao desfecho da guerra: a luta entre Hermógenes e Reinaldo. Reinaldo morto, Diadorim exposto na sua nudez feminina, o "coice d'arma" (G.S.V. p.563) da dor maior, Riobaldo narrador continua a se dirigir a seu "doutor", mas, desta vez, sem interrogações, apenas confirmando os ditos próprios, instalado na certeza de que "Existe é homem humano. Travessia." (G.S.V.571)

Travessia do homem pela linguagem. Em Grande sertão: veredas, essa travessia torna-se extremamente complexa, não só porque está inserida no tempo da memória, como também se dispõe em dois registros – o épico e o lírico – que se imbricam por força de uma escritura sobretudo poética, de uma linguagem múltipla no trato com a realidade, e vacilante quanto às questões existenciais do personagem narrador.

O relato do passado aponta a memória como o substrato que o legitima. No interior do círculo narrativo, a narração memorialística se revela confissão, justificativa de um presente talvez manso demais para um jagunço. Se nessa confissão surge a culpa de tantos crimes cometidos em nome da "justiça", a culpa mais pungente, aquela de que se ocupa toda a narração, a culpa de um amor interdito, já traz em seu bojo o perdão, uma vez que o presente a redime, quando a narrativa revela o verdadeiro ethos de Riobaldo.

Na escritura fasciculada de Grande sertão: veredas, duas linhas predominantes - a guerreira, ou épica, como preferem muitos críticos, e a idílica - fazem rizoma imbricando-se, contaminando-se com tal intensidade, que, separá-las, é violentar

6- MACHERAY, Pierre. "Présentation". In: FOUCAULT, Michel. Raymond Roussel. Paris : Gallimard, 1992. p. XXVI. (tradução nossa).

o texto no que ele tem de mais originário: a fala de um personagem que joga no seu discurso o pathos que o constitui como narrador e agenciador dessa fusão.

Embora destaquemos a linha idílica, em busca de um itinerário de leitura, não nos esquecemos de que ela só se desenha no interior da linha guerreira, e ganha aí sua função de diretriz da narrativa. O desfecho desta se faz quando as duas linhas se cruzam e o seu destino de linhas paralelas se cumpre, e não tem mais razão de ser. Assim é que se cruzam a linha guerreira com a luta final entre Hermógenes e Diadorim, e esse acontecimento promove a morte de Diadorim, fim da linha idílica.

As personae de Deodorina

Na intrincada rede constituída pela escritura em rizoma, privilegiamos uma cadeia semiótica funcionando como linha de fuga, que atravessa toda a narração e se ocupa da "matéria vertente".

Trata-se da cadeia de nomes. Verifica-se nela um deslizamento em busca de um "é" definidor. Na impossibilidade de o atingir, o narrador desliza por meio de um processo aditivo, utilizando a conjunção "e", explícita ou não. Até mesmo o nome do narrador se desloca de Riobaldo para Tatarana, para Urutu-Branco. As variações de nomes, os cognomes, significam aspectos da mesma personagem que, assim, se multiplica e escapa ao "é" definidor, que calaria a voz do narrador. Afinal, "Tudo é e não é" (G.S.V.p.13). Cada um deles se refere a um momento de sua chefia no bando dos jagunços. Estes, os nomes com os quais o narrador se apresenta a Reinaldo, todos extraídos de sua atividade guerreira. E como essa atividade é algo suplementar, não constitutiva do "eu", o que ele oferece a seus companheiros de jagunçagem e a seu companheiro de predileção é uma impostura, como é impostura sua amizade por Reinaldo: muito mais que amizade, trata-se de amor, e é em nome desse amor que Riobaldo aceita e, até mesmo, aspira à chefia: estratagemas de sedução?

Caso a narração de Riobaldo entrasse numa organização lógica, a beleza trágica da linha idílica se perderia. Foi preciso que a narração se mantivesse na incerteza, na desordem dionisíaca, para que produzisse o fim do canto órfico com a mesma carga de tragicidade. É enquanto Riobaldo oscila entre a aparência do nome Reinaldo e o gozo do nome Diadorim, a que se dirige seu desejo, que a ode permanece, até que vem à tona o terceiro nome – Deodorina -, surgido do contexto irrefutável do batistério – impresso em papel – e aí se extingue a linha idílica, numa queda brutal no mundo sem ilusão.

O desejo aprisionado e condenado, por tudo o que se liga ao nome Reinaldo, só tem como desvio a proliferação do mundo guerreiro, contexto no qual Riobaldo joga uma infinidade de outros nomes, na certeza apaziguante de que eles remetem a realidades indiscutíveis.

Já o nome Diadorim, impreciso, indeterminado, leva Riobaldo à fronteira máxima, ali onde seu desejo de posse carnal do companheiro está prestes a ser ultrapassada, fronteira de perigo para sua macheza de jagunço, mas também de vertigem: o que estaria por trás desse nome oferecido como dádiva amorosa? – "Diadorim era um impossível" (G.S.V. p.462).

Assim, Reinaldo aponta para uma aparência de verdade – um jagunço – e Diadorim aponta para uma verdade oculta, sob um nome que nada revela – pura aparência: "Como é que se pode gostar do verdadeiro no falso?" (G.S.V. p.59).

A nomeação copiosa de flores, pássaros, capins não seria um prolongamento da fruição do nome Diadorim? Porque, afinal, foi ele quem ensinou a Riobaldo o nome dessas miudezas do sertão: "Quem me ensinou a apreciar essas as belezas sem dono foi Diadorim". (G.S.V. p.27)

Como prolongamento e fruição do nome Reinaldo, o do jagunço, teríamos a extensa nomeação de rios, chapadas, vilas, lugarejos, fazendas e nomes dos companheiros. A nossa hipótese é que a proliferação da palavra no campo da narração, retardando a narrativa, tem como motivação primeira os dois nomes que atravessam toda a escritura com o mesmo estigma da incerteza, num caminhar vertiginoso em direção ao impossível. A palavra que não pode circular abertamente no mundo épico, nem no amoroso, sufoca o narrador e se transforma numa multiplicidade desviante, encobrindo-a na ostentação de metonímias infindáveis. É essa a profusa massa da narração, em torno de um não-dito, que se dissemina e se dissolve na escritura, e nela produz uma atordoante pluralidade: exuberância linguageira.

O nome Diadorim não remete a um rosto próprio; é presença fantasma. Inapreensível, "neblina", esse fantasma reverbera na escritura, deslumbra-a; é sua intolerável abstração. A força ilocutória de uma fala, a do narrador, tenta dar consistência à miragem que se erradia dos nomes: Reinaldo na guerra, Diadorim no idílio, Deodorina no batistério. Nem Reinaldo nem Diadorim são nomes próprios convencionais, mas classificações que obedecem a funções diferentes. Deodorina, ao atribuir a si mesma nomes-funções, prescreve a escritura como único lugar possível de sua presença. Uma presença a si na obliteração do nome de origem, passagem para a escritura – sua inclusão no canto órfico. Riobaldo só conhecerá o nome de origem quando desaparece o ser que se nomeava na escritura e somente nela: ser de linguagem.

"Coice d'arma" remete também à dor da perda desse lugar: ali onde Reinaldo-Diadorim podia habitar. O canto do aedo se cala a partir dessa queda no nome próprio, canto que se torna apenas relato com predominância dos fatos que encerram a intriga. Tendo deixado as águas turvas da enunciação, o narrador está apenas na sua margem, "quase barranqueiro", o fluxo das águas metafóricas não o banha mais; a luz do fantasma se apagou.

Reinaldo é o signo que nomeia o jagunço com suas roupas guerreiras, sua coragem, seu desejo de vingança. É contra esse signo que a interdição se levanta de maneira mais contundente: Riobaldo e Reinaldo – "Dão par o nome de nós dois" (G.S.V. p.138), designam o mesmo por trás de fonemas, apenas de fonemas. A diferença se oculta, mais que nunca é a "neblina". É essa nomeação que provoca o conflito do narrador: "De que jeito eu podia amar um homem, meu de natureza igual, macho em suas roupas e suas armas, espalhado rústico em suas ações?!" (G.S.V. p.466).

Diadorim é nome oferecido a Riobaldo para uso deste apenas; é dádiva de amor, pertence ao código amoroso, e, por isso mesmo, secreto: "Escuta: eu não me chamo Reinaldo, de verdade. Este é nome apelativo, inventado por necessidade minha (...) Pois então: o meu nome, verdadeiro é Diadorim. Guarda este meu segredo. Sempre, quando sozinhos a gente estiver, é de Diadorim que você deve de me chamar, digo e peço, Riobaldo..." (G.S.V. p.149)

O nome Diadorim é, pois, exclusivo: indicia um trato diferenciado entre dois jagunços. Essa exclusividade, que foi permitida por aquela que se deu esse nome, é o lugar onde se aloja o erotismo:

"Que vontade era de pôr meus dedos, de leve, o leve, nos meigos olhos dele, ocultando, para não ter de tolerar de ver assim o chamado, até que ponto esses olhos, sempre havendo, aquela beleza verde, me adoecido, tão impossível." (G.S.V. p.46)

"Meu corpo gostava de Diadorim. Estendi a mão, para suas formas; mas, quando ia, bobamente, ele me olhou – os olhos dele não me deixaram. Diadorim, sério, testalto. Tive um gelo. Só os olhos negavam. Vi – ele mesmo não percebeu nada. Mas, nem eu; eu tinha percebido? Eu estava sabendo: meu corpo gostava do corpo dele, na sala do teatro" (G.S.V. p.173)

"Tornei a entrar na rebaixa. Diadorim permanecia lá, jogado de dormir. De perto, senti a respiração dele, remissa e delicada. Eu aí gostava dele. Não fosse um, como eu, disse a Deus que esse ente eu abraça e beijava." (G.S.V. p.187)

"Alegria minha era Diadorim.(...) Eu tinha súbitas outras minhas vontades, de passar devagar a mão na pele branca do corpo de Diadorim, que era um escondido." (G.S.V. p.297)

O nome Diadorim abre uma fenda no nome Reinaldo e instaura um espaço vazio, um oco que a escritura tenta preencher e não o consegue, uma vez que essa tentativa faz parte de seu jogo; é o próprio jogo pelo qual ela se mantém e ao qual deve sua elaboração. Essa fenda é aquilo que a escritura procura ocultar no seu excesso discursivo, no transbordamento da palavra, como se este pudesse suturá-la.

Enquanto o nome Reinaldo é bloqueador da intensidade amorosa, o nome Diadorim é, ao mesmo tempo, demasiado na intensidade e insuficiente na designação. Diadorim nomeia uma intensidade, não uma pessoa.

Diadorim é nome que traz um "significado de conotação". Barthes assim explica essa expressão:

"(...) "no sistema hermenêutico, o significado de conotação ocupa um lugar particular: ele opera uma verdade incompleta, insuficiente, impotente para se fazer nomear; ele é a incompletude, a insuficiência, a impotência da verdade, e essa falta parcial tem um valor estatutário" [7]

O mesmo autor fala ainda da "carência de predicativo" (S/Z p.194) que ocorre em certos nomes. No nome Diadorim, a carência predicativa da identidade sexual permite a convergência das duas linhas – a guerreira e a idílica -, mas fazendo-as divergir sem cessar. Por não conter um significado expresso, o nome Diadorim torna-se móvel, flutuante, podendo se deslocar de uma linha para outra, ao longo da narração, até que se fixa no seu significante designado em sua transparência: Deodorina.

A revelação do nome Diadorim e o pedido de exclusividade para seu pronunciamento é doação, que, ao invés de trazer apaziguamento a Riobaldo, só lhe aumenta o conflito: embora o nome seja outro, e exclusivo, o que está por trás dele ainda é o jagunço "belo feroz" (G.S.V. p.79). A maneira como a doação do nome é feita revela um compartilhamento amoroso, mas o signo em si – Diadorim – não traz certeza alguma a Riobaldo. O erro de Riobaldo é ficar preso ao signo verbal, ao passo que os signos sensíveis, perceptivos se fazem abundantes. Sem fazer articulação entre eles e o nome, o personagem Urutu-Branco resvala num espaço escorregadio e o seu desejo está sempre à beira de, tropeça constantemente no nome indecifrável.

A revelação do nome para a relação amorosa é promessa que nunca se cumpre, revelação incompleta; Riobaldo só é capaz de ler os signos verbais explícitos, definidos, decifráveis. E, no entanto, é o nome – Diadorim – que ocupa um lugar reiterativo na narrativa; é tubérculo de onde parte a rede fasciculada da escritura.

7- BARTHES, Roland. S/Z. Paris : Seuil, 1970. p. 194 (Tradução nossa)

Permanece, contudo, a resistência de Riobaldo à sua própria intuição. Para ele, seria preciso que a intuição se confirmasse num signo lingüístico imediato, que falasse por si mesmo, que fosse o brilho capaz de dissipar a "neblina", e transformar a intuição em certeza. Sem saber que Diadorim é uma variação de Deodorina, o nome resta neutro para ele; o significante resvala, apesar do contexto amoroso em que é pronunciado.

Deodorina, último elo da cadeia de uma linha de significantes – os nomes de um personagem – fecha-se sobre o nada; mergulha no abismo do irremediável: aquilo que não pode mais designar o ser vivo e se abre à morte como ato definitivo e paralisante da linguagem: luto da fidelidade dos signos.

Diadorim, muito mais que Reinaldo, é o nome que pontua toda a narração. Uma narrativa de lutas, onde predomina um nome de feição idílica! Penélope eternamente tecendo a trama do amor e, eternamente, desfazendo-a num jogo diabólico.

Nome recursivo na fala de Riobaldo, dirigida a um interlocutor, que é também o leitor, nos faz compartilhar do "segredo" dessa nomeação de maneira exclusiva, porque o nome não é pronunciado diante dos companheiros jagunços. Só nós, leitores, temos acesso a ele. Riobaldo nos coloca a seu lado. E, embora, ao final da narrativa, ele afirme que nada revelou ao interlocutor para que este sofresse com ele "a par, justo o travo de tanto segredo, sabendo somente no átimo em que eu também soube... Que Diadorim era um corpo de mulher, moça perfeita" (G.S.V. p.563), ao longo da narração, já desconfiávamos do que se guardava nesse segredo. E desconfiávamos, porque líamos as passagens amorosas e eróticas com a paixão com que elas se narravam, mas de um outro tipo: a paixão pela escritura, pelas astúcias da narração, pelas metáforas reveladoras.

A trama urdida com os fios dos nomes do personagem – as diversas personae de Deodorina – não deve ser considerada uma trama à parte, ou sobreposta, espécie de suplemento idílico ao mundo guerreiro. Cumprindo sua função estruturante de trama, os fios se entrelaçam e talvez seja do silêncio ao qual remetem os nomes – silêncio do seu referente – que surjam os signos relativos ao mundo guerreiro. Estes, sim, de uma proliferação inacabável, como se todos os relatos de batalhas e de fatos da vida da jagunçagem pudessem encobrir a dor desse silêncio; como se os signos de referência imediata pudessem obturar os signos vazios – os nomes de Deodorina. Mas, na tecitura da escrita, todos eles formam rede, se entrelaçam. A superabundância dos relatos de guerra carrega consigo a escassez, a pobreza do único signo que, vazio, tende a se amparar nos signos plenos, tentativa de se perder para se achar.

Os fios que tramam o relato das batalhas são fios bem definidos, têm limites determinados, enquanto os fios da trama idílica produzem reverberações, uma espécie de incandescência, que atinge e contamina os demais – esta, a diferença na textura da trama. Fios-signos transbordantes, cheia de um rio que não se contém no limite das margens. Estes é que tecem o real, que "não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia" (G.S.V. p.63) – travessia pela linguagem.

O encontro entre os personagens rivais – Hermógenes e Reinaldo – é diferido ao longo da narrativa até o momento em que os signos da multiplicidade e da errância, estes sim, têm seu encontro definitivo: os espaços plurais de Riobaldo são reduzidos, muito mais, são varridos, anulados pela força de um espaço único e inelutável: um corpo nu que estende a verdade por cima de todo engano, de toda palavra que se mantinha, porque não conhecia a verdade e se alimentava de seus resíduos.

8- BARTHES, Roland. S/Z. Paris : Seuil, 1970. p.82. (Tradução nossa).

Desaparecido o perigo, preenchido o abismo, o signo por excelência – Diadorim – não é mais apenas um indício, mas exibe sua face nua, seu referente há tanto desejado e, agora, inalcansável. Esta, a vitória de Deus sobre Satã: recupera-se a palavra fragmentada pela fantasia, inscrevendo-a na estabilidade da verdade.

Barthes aborda o tema do disfarce da identidade sexual em sua análise do conto de Balzac, "Sarrasine". Neste, um jovem cantor, nos palcos renomados da Itália, é a Zambinella aplaudida por sua arte e admirada por sua beleza. Sarrasine, jovem escultor se apaixona por "ela" até que a verdade vem à tona: Zambinella é um homem. Guardando, evidentemente, as diferenças que separam as duas intrigas, sobretudo no que se refere à relação amorosa, o que é comum às duas narrativas é que a verdade nelas se oculta e, ao mesmo tempo, as alimenta. Refletindo sobre o tempo de espera da revelação, Barthes conclui:

"A espera torna-se assim a condição fundadora da verdade: a verdade, nos dizem essas narrativas, é o que está no fim da espera. Esse esquema aproxima a narrativa do rito iniciático (um longo caminho marcado por obstáculos, obscuridades, paradas, desemboca de repente na luz); ele implica uma volta à ordem, pois a espera é desordem: a desordem é o suplemento, o que se acrescenta interminavelmente sem nada resolver, sem nada terminar; a ordem é o complemento, o que completa, preenche, satura e dispensa exatamente tudo o que ameaçaria supri-la: a verdade é aquilo que completa, aquilo que fecha." [8]

Um "coice d'arma" vai muito além da revelação da identidade sexual de Diadorim. Diadorim, agora Deodorina, sutura as falhas, fecha todas as aberturas, derruba a multiplicidade feérica das palavras, elimina a dúvida, que era a força propulsora da narração. O nome Diadorim é atravessado pela morte que o desfaz; pulveriza-o noutro nome – Deodorina -, desta vez, sem mentiras, porque confirmado num corpo ao qual ele remete inexoravelmente. O signo pleno só a morte o revela e se essa revelação é de tanta violência é porque o significante se estreita e se estrangula num sentido único cuja luminosidade cega e emudece. O nome Deodorina, portador de uma verdade há muito procurada, exibe essa verdade da maneira mais trágica: em sua face de absoluta inutilidade – uma verdade inútil. Tem-se, então, a explosão de um paradoxo: quando o significante se faz transparente, revela-se na materialidade do seu referente; é aí que ele se torna de uma abstração intolerável, remetendo para o absurdo do impossível, para aquilo que chegou fora do tempo, para além dele, significado para sempre perdido no momento mesmo em que é encontrado.

A morte que se exibe no corpo cadavérico de Deodorina há muito estava presente no nome Diadorim: a morte do gozo de mulher em troca do gozo da vingança. E, por força de ricochete, uma pequena morte acontecia no corpo de Riobaldo a cada pronunciamento do nome amado aderido à pessoal intocável – Diadorim.

Riobaldo conhece, de um conhecimento atroz, que o objeto de seu desejo era aquele percebido, adivinhado por sua intuição: "o corpo não traslada, mas muito sabe, adivinha se não entende" (G.S.V. p.29), ditado pelo seu corpo, e que a verdade, em toda sua transparência, era uma procura equivocada. Teria sido preciso acreditar no signo falso, porque nessa falsidade é que residia o seu apaziguamento. Riobaldo acreditou demais no signo verbal; não soube ou não ousou acreditar nos signos sensíveis: os gestos, o tom de voz, as cenas de ciúme, enfim, o sutil jogo amoroso. Deodorina – a dolorosa lição, a mais sofrida aprendizagem. A necessidade da autorização de um

signo inequívoco para gozar de seu desejo promove um adiamento que se prolonga até a queda na tragicidade do irremediável. Esse Hamlet também esperou demais para usufruir do objeto de seu desejo.

A "energéia" cede lugar ao "érgon": Diadorim morto é o cadáver da palavra dionisíaca, a bandeira gelada da ordem apolínea. Deodorina é a senha para voltar ao universo da ordem, da palavra sem ambigüidade. Tudo é "nonada"; apenas um sonho.

Orfeu pousou os olhos sobre Eurídice e perdeu a magia do seu canto. No inferno da jagunçagem, onde Riobaldo "executava um erro", ali ele encontrara sua Eurídice, e ergueu-lhe um canto de dor e de prazer. O maior golpe do destino, para o aedo, foi ter se deparado com o referente irrefutável de Diadorim – Deodorina. Seu erro foi ter lido, com toda sua luminosidade, o significante que, até então, era neblina. Riobaldo-Orfeu não poderia voltar-se para Eurídice, sob pena de lançá-la novamente no inferno: desta vez no inferno do silêncio, fim da palavra poética, ponto final da escritura.

Blanchot volta-se a Orfeu no capítulo "Le regard d'Orfée", e sua interpretação do mito nos ensina sobre o erro do aedo:

"O erro de Orfeu parece residir então no desejo que o leva a ver e possuir Eurídice, ele, cujo único destino é cantá-la. Ele só é Orfeu no canto, só pode encontrar Eurídice no seio do hino, ele não tem vida nem verdade senão depois do poema, e por ele, Eurídice não representa nada além dessa dependência mágica que fora do canto faz dele uma sombra e não o torna livre, vivo e soberano senão no espaço e na medida órfica."[9]

Diadorim é a substância da narração, enquanto é significante obscuro. A luminosidade do nome – Deodorina – cega Riobaldo de dor, estanca seu canto. O encontro com a linguagem, quando ela se esfacela, se esgarça, não oferece mais que um referente absoluto, torna-se plena e se anula por força da imediatez de seus signos. O nome Deodorina sufoca o substrato poético; o corpo nu de Deodorina é Eurídice, aquela que não podia ser vista, segundo interdito dos deuses; e o castigo de Riobaldo, como o de Orfeu, foi a perda do seu canto. A queda inexorável no apolíneo lhe oferece, agora, como repouso final, um nome sem enganos, raso, comunicando-se diretamente com um referente: Otacília.

O signo do infinito, que sela o final do livro, remete, significativamente, ao infinito da linguagem poética. A intriga se fecha; Riobaldo pronuncia o último acorde de seu canto:"Uivei. Diadorim!" (G.S.V.563). Não mais a palavra articulada, mas o uivo. Neste momento, o nome remete à dor maior: a perda de sua magia, de sua espessura, capaz de abrigar o idílio; o nome segredo não guarda mais segredo algum, o enigma foi decifrado; perdeu sua doçura, sua exclusividade; perdeu suas margens, as águas da linguagem denotativa inundaram tudo, afogaram as ambigüidades de que se nutria o Riobaldo jagunço, que era o gozo amoroso do personagem narrador – o gozo da palavra. E o "Verbo se fez carne" e, nesse salto, se esvaiu. Assim, o signo do infinito estampado na última página é convite ao infinito da linguagem poética, que vai se derramar nas obras subseqüentes de Guimarães Rosa.

9- BLANCHOT, Maurice. L'Espace Littéraire. Paris: Gallimard, 1955, p.227 (Tradução nossa)

Résumé

Parmi les incertitudes qui ponctuent le monologue du jagunço Riobaldo, nous privilégions celle qui concerne au nom de son compagnon Diadorim. Tout le récit tourne autour de ce signe verbal, dans une tentative de lui attribuer un prédicat indéniable. C'est ça le 'brouillard' qui envahit l'écriture et la rend infatigablement prolifère, comme si c'était possible de suturer le vide d'une prédication, soit, dissiper le 'brouillard'. Quand le signe Diadorim se montre en toute transparence, "un corps de femme, une jeune fille dans sa perfection", Riobaldo tait son ode qui ne se nutrissait que du manque. Le signe devient plein dans la mort; le signifiant se rétrécit, s'étrangle dans un sens unique dont la luminosité aveugle et rend muet cet Orphée-Riobaldo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. S/Z. Paris: Seuil, 1970

BLANCHOT, Maurice. L'Espace littéraire. Paris : Gallimard, 1955.

DELEUZE, Gilles. Mille Plateaux. Paris: Minuit, 1980.

_____ Lógica do sentido. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DERRIDA, Jacques. Gramatologia. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____ La Voix et le phénomène. Paris: Presses Universitaires de France. 1967.

FOUCAULT, Michel. Raymond Roussel. Paris: Gallimard, 1963.

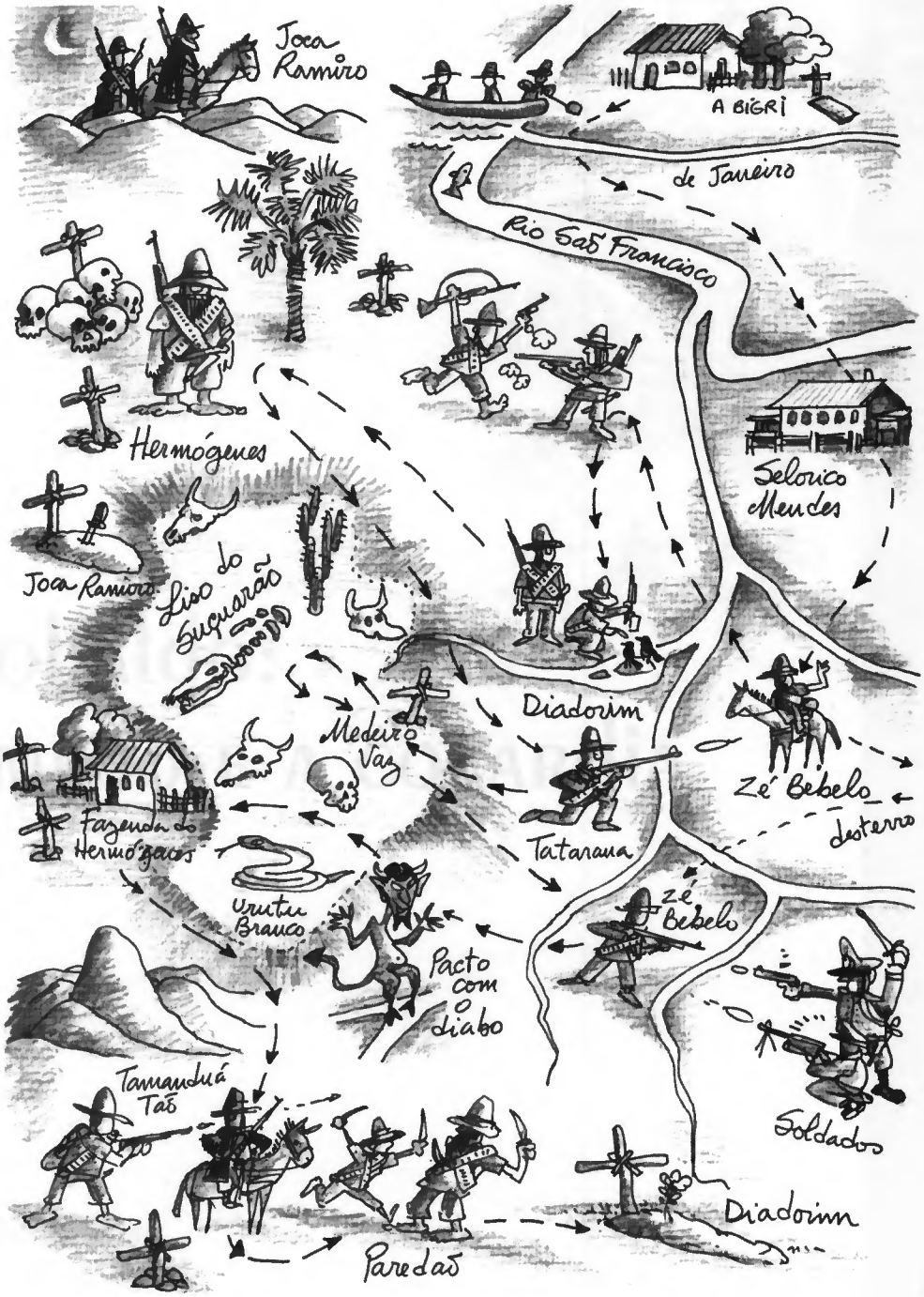
MACHADO, Roberto. Nietzsche e a verdade. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MARGUTTI. PINTO, Paulo Roberto. Iniciação ao silêncio. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. Escritos sobre retórica. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

_____ La Naissance de la tragédie. Paris: Gonthier, 1964.

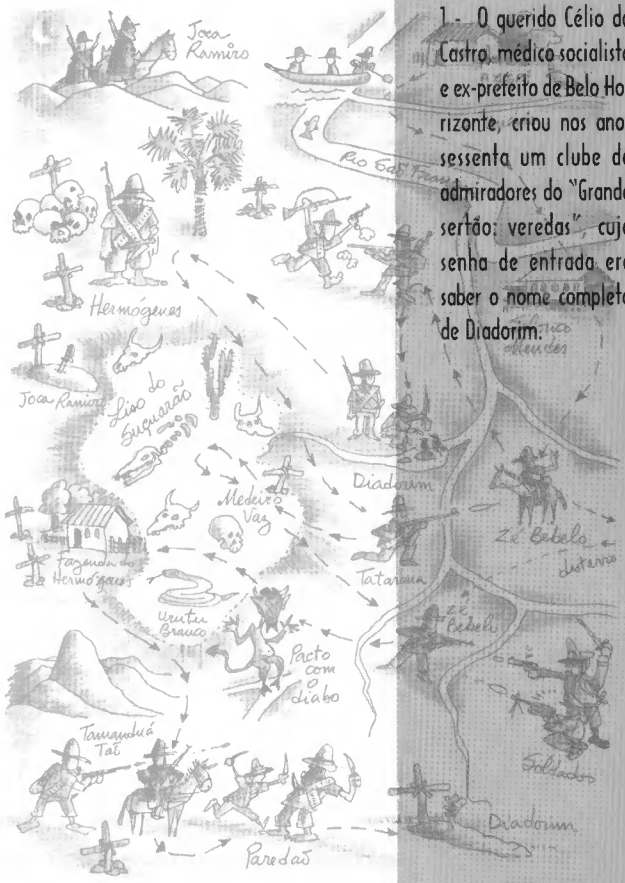
ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.


Joca Ramiro
A BIGRI
de Janeiro
Rio São Francisco
Hermógenes
Selorico Mendes
Joca Ramiro
Liso do Sucuruão
Diadorim
Medeiro Vaz
Zé Bebelo
desterro
Fazenda dos Hermógenes
Tatarana
Urutu Branco
Zé Bebelo
Pacto com o diabo
Tamanduá Tão
Soldados
Diadorim
Paredão

Autor
Professor Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues



Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG



1 - O querido Célio de Castro, médico socialista e ex-prefeito de Belo Horizonte, criou nos anos sessenta um clube de admiradores do "Grande sertão: veredas", cuja senha de entrada era saber o nome completo de Diadorim.

Riobaldo: o medo e a covardia

Para Alice, o futuro.

Ao Célio de Castro, peço licença;
é o nome dela:
Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins.
Posso entrar?[1]

- Riobaldo me parece medroso e covarde! – você disse.

Estremeci. Fosse outra pessoa menos querida, desprovida das suas diversas inteligências, variadas leituras e doutos tempos no estrangeiro, eu teria ido embora sem nada considerar. Então, você explicou-me que Riobaldo não teria assumido seu amor por Diadorim, que Riobaldo não se agüentava de medo durante os tiroteios, que Riobaldo teria atirado em pessoas desarmadas e, finalmente, que na hora da batalha derradeira, diante do diabo no meio da rua, Riobaldo teria desmaiado de medo!

Não parecia que falávamos do mesmo Riobaldo, o Tatarana, o Urutu Branco, o ex-jagunço, o fazendeiro que redescobre sua vida numa inesquecível prosa de varanda no Grande sertão: veredas, do João Guimarães Rosa. O Riobaldo, conhecido meu da primeira juvenil leitura dos tempos da grande sombra sobre o nosso país, e que, desde então, me parecera um dos companheiros corajosos, aqueles outros das lutas que escaramuçávamos contra os ditos duros militares. Anos depois o revi-li, eu mais maduro, e ele já parecia um meu amigo de infância, e eu o via, sempre, como um valente. Daí, de vez em quando, rebuscava partes de sua história aos bons-bocados aleatórios e nisso fui me acostumando com suas palavras, até pensar por completo em Riobaldo como parte de uma memória que, no meio dela, eu teria vivido. Medo? Não me lembrava! Covardia? Muito menos percebi.

Alguém, além de você, já teria ousado idéia tão inesperada? Procurei livros, internetes e, maximé, a memória-viva do médico João Amílcar Salgado, Professor. Nonada. Ninguém, nentes ainda escarafunchara em letras, documental, o medo ou a covardia em Riobaldo. O recurso: reler no completo, sistemático, o Grande sertão: desta vez com seus novos olhos, porque assim como o sertão Sertão, o de Rosa tem muitas diferentes travessias. E fui em busca do que Borromeu não vira.

No resumido, sem a total poesia, estrela impossível de se repetir no firmamento, relato o que reli para conferir se passamos pelas mesmas palavras (Ave!). Riobaldo,

mais velho, nas idas e vindas do seu fascinante monólogo, cobra descomendo o próprio rabo, conta a cada um de nós algumas partes de sua toda vida, a vida mesma que parece, ao narrador, conter um destino ambíguo que lhe escapa.

Já nas primeiras linhas, ele empresta uma arma sua para os vizinhos matarem um bezerro nascido defeituoso, que Riobaldo não "quis avistar", porque supersticiaram ser uma disfaceada encarnação do demo. Este receio, ou medo se você prefere, ao longo da narrativa ganha cada vez mais sentido, porque a existência do demônio há de ser o grande dilema do ex-jagunço, que indaga, de forma recorrente, se existe ou não o Cujo. Caso sim, teria Riobaldo feito com ele um pacto, a partir do qual ele se transformara no destemido chefe Urutu Branco? Caso não, por que sofrera tamanha transformação de comportamento e coragem depois que se dispusera a comparecer à encruzilhada das Veredas Mortas para ali esperar o diabo e pactuar com ele?

A seguir, Riobaldo confessa que já presenciara, ainda no tempo presente da sua narrativa, o espancamento repetido que um vizinho, Pedro Pindó e sua mulher, aplicavam no filho deles, Valtei, de dez anos. Os vizinhos faziam isso na forma de educação: amarravam o menino, deixavam-no sem comer, tiravam sangue de bater com correia e madeira e depois jogavam salmoura sobre a pele ofendida. O menino, já corroído pela tuberculose, clamava e tossia, mas os pais pareciam extrair prazer destas surras: chamavam os vizinhos para assistirem, no apoio e concordância. Passados os tempos e costumes, nós seríamos injustos se julgássemos a atitude omissa de Riobaldo diante do espancamento de uma criança, a partir dos conceitos contemporâneos de direitos humanos e do horror contra a tortura e abuso de crianças. No entanto, é o próprio Riobaldo que se sente indignado, desconfortável e que diz: "A gente sabe, espia, fica gasturado". Fosse o tal Pedro Pindó alguém poderoso e o Riobaldo um pobre coitado, seria compreensível sua impotência diante da tortura de uma criança. No entanto, Riobaldo admite uma clara omissão, pois é um fazendeiro rico e armado, que mantém à sua volta, em fazendas, estrategicamente colocados, dezesseis ex-companheiros dos tempos de jagunço, todos dispostos a sair em armas, a qualquer momento em que o "ex-chefe" assim o desejar. Se o quisesse, não seria difícil para ele impedir, por bem ou pela força, o espancamento do menino. Mas Riobaldo não o fez e se justifica com explicações cardecistas de que, quem sabe, o menino seria malvado mesmo e naquelas surras estaria expiando pecados de vidas passadas. Diante desta triste passagem, eu tive que concordar com você, que Riobaldo assumiu uma atitude que busca nomes: covardia, pusilanimidade, conivência? E senti-me conivente com o espancamento do menino, em retrospecto, porque eu não havia percebido o relato de Riobaldo desta forma em outras leituras!

Logo adiante, num trem a caminho de Sete Lagoas, Riobaldo sentou-se diante de um notório torturador, o policial delegado Jazevedão, por quem tinha antipatia intensa. Teve vontade de mudar de lugar, mas "Juízo me disse, melhor ficasse". Caiu uma folha de papel das mãos do delegado e Riobaldo se apressou em apanhar do chão, numa atitude servil, da qual ele mesmo se arrependeu, e relatou-se muito envergonhado. Covarde? Pois, é. Você com razão novamente.

Mal havia engolido o fraquejo diante do Jazevedão e Riobaldo conta que, durante um tiroteio com soldados, "... aquele Joé Cazuzo – homem muito valente -..." começou a alucinar e parou de atirar, gritando que havia visto a Virgem. Riobaldo, então, pulou sobre seu cavalo e fugiu desesperado, e nos diz: "No mato, o medo da gente se sai ao inteiro, um medo propositado". Assustei-me que, em tão poucas primeiras

páginas, sua impressão de medo e covardia em Riobaldo se alastrasse em meu coração: enchente, inundação. Mas continuei caminhando torto pelas linhas, molestado com a minha antiga cegueira.

Mais adiante, Riobaldo de novo confessa: "Eu cá não madruguei em ser corajoso; isto é: coragem em mim era variável". E logo a seguir, completa: "Mas minha competência foi comprada a todos os custos, caminhou com os pés da idade". Estaria nesta formulação a transmutação do seu medo em coragem durante o relato? – desde o menino doente, que ouve de Diadorim que se carece de ter coragem, até o jagunço que, não a possuindo, precisa fazer um pacto com o diabo para "ficar sendo..." corajoso? Assim, ao final da leitura, o que nos restaria seria aquela impressão final de coragem e não os momentos de medo superados? Seria esta a famigerada travessia realizada pelo personagem?

Resolvi seguir esta vereda.

Mas é uma vereda tortuosa, palmilhada de causos e buritis que fazem sombra, contada no destempo: do detrás para o antes do que veio depois, o terrível. Para não me perder no caminho, cego admitido, rabisquei um mapa no papel, modo de acompanhar Riobaldo, desde menino. Veja comigo, no tracejado, as linhas da vida que Riobaldo volteou, desde quando ainda morava com sua mãe, a Bigri, e conheceu o Reinaldo, aquele nome que escondia Diadorim, o verdadeiro.

A história começou na desembocadura do pequeno rio, o de Janeiro, no São Francisco. Ali, se destampou a aurora do amor e do medo, quando Riobaldo, levado por Diadorim, atravessou o grande rio numa canoa perigosa. Tomado pelo medo porque não sabia nadar, ouviu de Diadorim: Carece de ter coragem... Advertência que ficou marcada a ferro no Riobaldo, ferida recidivante que haveria de purgar outras muitas vezes nos momentos, sempre, decisivos. O fato, cruzar o Chico nos limites do medo, na frágil canoa flutuando na linha d'água da vida, ali estava o começo do redemoinho, do amor e da morte: Diadorim e Riobaldo. E, você me observa, as propriedades da coragem e da vergonha do medo já estavam postas e repartidas: Riobaldo carecia... Diadorim, já possuía, e sabia.

Ao tempo, a morte da mãe fez Riobaldo cruzar de novo aquele rio para morar com o padrinho Selorico Mendes, a quem não se afeiçoou: desconhecia que aquele homem, no formal, era seu verdadeiro pai, desgostando dele como medroso. Aqui, o medo do medo se escondia no musgo da antipatia, - na incômoda possibilidade implícita de que Riobaldo, carnalmente filho fosse, pudesse ele ter herdado do pai o traço da covardia - desprezava.

No rompante, juventude e desafeto na garupa, Riobaldo juntou suas coisas, sumiu de casa e foi esbarrar de ser professor numa fazenda distante: lá, quem o esperava, teatral, era Zé Bebelo. Jagunço, mas armado nas idéias positivistas, Zé Bebelo havia decidido limpar o sertão dos demais jagunços, os comandados de Joca Ramiro, e se lançar no depois, votado, deputado. Chefiado por aquele Zé Bebelo estúrdio, Riobaldo se deparou numa batalha contra os soldados do governo central - que também combatiam os jagunços - e desgostou-se com as mortes, violência: desertou. Nem as causas de Zé Bebelo, nem a lei legal dos soldados, nem a fama de Joca Ramiro: Riobaldo não possuía razão, nem carecia de alguma vingança ou semelhantes motivos que o mantivessem na luta. Entrara para o bando de Zé Bebelo meio pelo desatento, graveto desgarrado levado na enxurrada de medos diversos, da própria vida.

No acaso, numa fazenda onde, coincidência, foi, estava Diadorim: ex-menino. Forte anseio de amizade reacendeu Riobaldo, que seguiu no contrafluxo, com os companheiros de Diadorim, pertencentes aos muitos jagunços de Joca Ramiro. Conduzido por Diadorim entre eles, Riobaldo lutou as tantas batalhas e do sangue delas brotou o próprio medo, enorme, de ser preso pelo bando de Zé Bebelo: traidor. Naqueles alguns tempos, o dromo de jagunços onde os dois guerreavam estava no subcomandado pelo Hermógenes, bruto brutal, e que florescia em Riobaldo, no calado, enormes antipatia e temor. Seguindo sertão adiante, num tiroteio de surpresa acontecida pegaram o tal Zé Bebelo, capturado vivo por intervenção inesperada de Riobaldo. No transcorrido de seu julgamento, o palavreado desconcertante de Zé Bebelo salvou sua vida por um fio: penou condenado ao desterro em Goiás, mas aquilo semeou a desavença entre aqueles chefes que pediam sua morte, no exato. Em defesa de Zé Bebelo, Riobaldo levantara a voz, sem perceber que a mão do seu destino dera mais um passo em direção ao medonho: no separar de partes do bando, Joca Ramiro foi assassinado, traiçoeiramente. Foram dois, Hermógenes e Ricardão, que destamparam a guerra, ódio maior, por vingança.

Sob o comando de Medeiro Vaz, Riobaldo e Diadorim arriscaram atravessar o Liso do Suçuarão, deserto cadavérico impossível, sol e chão, secura intransponível, para pegar o Hermógenes pelas costas. Ali, sede fatal, Riobaldo cedeu o estribo para o medo: sua espora ia para disparar o cavalo em fuga no instante antes de Medeiro Vaz desistir, no meio do calor e desespero da fome, recuar.

Doente final, Medeiro Vaz logo morreu, surpreendentemente substituído pelo mesmo, de novo, Zé Bebelo, adregado retornante do exílio para vingar Joca Ramiro. Então, durante tantas chuvas, muitos rios, montanhas, grotões e cartuchos atirados, tudo deu errado. Gastando forças, Riobaldo e Diadorim lutavam sob o comando de Zé Bebelo, sem conseguir atacar Hermógenes e Ricardão. Afundando num lamaçal de desânimo, defluxo e febres compridas, Riobaldo decidiu o decidido, que estava resguardado no silêncio das horas antes: fazer um pacto com o diabo, se tornar o tudo, invulnerável, o que não mais sentiria medo. Foi, na solidão das Veredas Mortas, que ele amargo madrugou a noite inteira, numa encruzilhada das suas almas, des-esperando: mas o demônio, este, o Cujo, Demo, não apareceu assim no visível.

A partir dessa secreta vivência, Riobaldo transmudou no completo: destemido, assumiu a chefia maior do bando, afastando Zé Bebelo para sempresmente. Tal, novo chefe, de título e honraria, sendo o Urutu Branco, ele ficou à deriva pelo sertão durante um tempo, desprovido de tenência evidente, misterioso e arbitrário. Foi finalmente que decidiu e atravessou o mesmo, o de antes e terrível, o Liso do Suçuarão: mas, desta feita, conseguiu atacar a fazenda do Hermógenes e capturar sua mulher, a refém. Foi ali também que seu bando, sob a complacência de poderes maiores do Riobaldo, sobrecometeu a violência, no excessivo, tanto que o próprio narrador preferiu não relembrar vergonhosos, os detalhes. E destarte, que vemos, o medo, então, não mais se fazia presente em Riobaldo.

A burla estratégia surtiu e espicaçou Hermógenes e Ricardão a se aproximarem, para as batalhas finais: depois da tempestade da véspera, do amor e o desejo na antevéspera, o Tamanduá-tão, e, enfim, o Paredão: Diadorim e Hermógenes se enfrentaram numa luta de facas. Cravaram-se na ponta de quicés, se mataram. Morreu Diadorim e morrendo no meio do redemoinho, de longe, no casarão, no crucial da luta, sem voz, sem tiro, Riobaldo teria desmaiado, segundo você, de medo.

Então, Riobaldo descobriu terrivelmente que Diadorim, seu amor, era uma mulher, seu amor, que lhe fora negado, escondido, sua tragédia. Era acabada a sua história. Terminada a guerra, o Riobaldo, estraçalhado, tenta voltar às Veredas Mortas para desfazer o pacto com o diabo: mas nem o nome delas, na certeza, não encontra.

Desapoderado e adoecido, Riobaldo aos poucos reviveu, frangalho e nuvem, acoitado entre amigos numa fazenda. Tempos através de romper o luto, aceitou o noivado com Otacília e a herança das fazendas do seu padrinho-pai. Mas antes de celebrar, tornou em busca da lembrança, de qualquer passado resgatável de Diadorim, mas o pouco que conseguiu foi saber seu verdadeiro nome: Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins.

Arrepare, se você ainda vem seguindo o roteiro no desenho rebuscado da história, que justo ali, onde Diadorim morre, também nasce veio d'água, afluente guri do Velho Chico, adiante, onde meninos os Reinaldo e Riobaldo se encontraram e tudo se reprincipia, principiou.

No atual momento, em que Riobaldo relatava sua história, ele já empossava como fazendeiro, rodeado dos ex-companheiros de jagunçagem. Ele, nos versos lembrados e na prosa estendida, ainda tentava entender a própria vida e se socorria dos conselhos espíritas de seu compadre Quelemém.

Ao recontar os passos de Riobaldo, no resumo bem resumido, sem a toda poesia, repito, me convenço: medo e coragem são o madeirame fundamento no seu relato. É o próprio Riobaldo que diz: "... queria decifrar as coisas que são importantes... Queria entender do medo e da coragem". É então, com o mesmo todo incentivo dele, que vamos procurar o seu grande medo, de todos o pior, e aquilo tal que ele clama por coragem no Grande Sertão.

O medo, o medonho...

Podemos admitir que o medo seria a variada inquietação ante o perigo real ou imaginário; suores, ânsias e tremores que se disparam da mente-corpo em chama involuntária, independente se se pode ou não reagir, enfrentar ou fugir. O medo, no razoável, é instinto evolutivo protetor e sua completa ausência devaneia o mental num manicômio, caminho perigoso para a sobrevivência. O contrário, o medo excessivo, semelhantemente, há de paralisar e colocar a vida no arriscado, pelo não fugir ou não reagir, podendo.

Então, você me acredite, contei as quantas vezes que Riobaldo utiliza a palavra medo: são cento e sessenta e seis delas em trezentas e oitenta e cinco páginas[2]! É quase uma vez o medo escrito a cada duas páginas e pouco. Isto, sem falar nas palavras assemelhadas, que não enumerei, como receio e temor, que se espalham entremeadas com demais irmãs adjetivas: medroso, medonho.

Mais apreciável ainda é que Riobaldo entalha em cada uma delas o retrato instantâneo das diversas faces do medo, o seu próprio e o de outros. Vejamos, a seguir, alguns exemplos dos próprios medos de Riobaldo[3]: "No mato, o medo da gente se sai ao inteiro, um medo propositado" – de tomar tiro; "De medo em ânsia,..." – de ser morto; "De medo mau em ilusão,..." – de trovão; "E eu tinha medo. Medo em alma" – de fogo-fátuo; "Só previ medo foi de que ele falasse..." – de ter que matar Ana Duzuza; "Medo, meu medo. Agüentei" – de morrer de calor no Liso do Suçuarão; "Ah medo tenho não é de ver morte, mas de ver nascimento. Medo mistério" – de ver crianças nascendo com defeitos congênitos; "E dessa, mesma, o que tenho é medo" – de sentir remorso; "Pela fraqueza do meu medo..." – do Hermógenes ter um pacto

com o diabo; "E medo, meu, medi muito maior" - de ser pego pelos soldados; "Cada hora, de cada dia, a gente aprende uma qualidade nova de medo!" – de ter que assumir a chefia do bando; "Medo maior que se tem, é de vir canoando num ribeirãozinho, e dar, sem espera, no corpo dum rio grande. ... Tive medo. Sabe? Tudo foi isso: tive medo! ... Eu tinha o medo imediato. ... " – em vários momentos, durante a travessia do Rio São Francisco numa canoa frágil com Diadorim; "A gente tinha medo" – dos jagunços reunidos na madrugada; "Eu tinha medo por causa da minha vida" – ao fugir da casa de seu pai-padrinho; "... no barulho da guerra, eu vencendo, aí estremeci num claro relance de medo – medo só de mim, que eu mais não me reconhecia" – durante a batalha final; "Me amargou no cabo da língua. Medo. Medo que maneia. ... Tem diversas invenções de medo, eu sei, o senhor sabe. ... Medo que já principia com um grande cansaço. ... Medo do que pode haver sempre e ainda não há. ... Medo não deixava. ... Purguei a passagem do medo: grande vão eu atravessava. ... Medo agarra a gente é pelo enraizado. ... O medo se largava de meus peitos. ... O medo já amolecia as unhas" – todos estes medos em duas páginas, diante da possibilidade de ser capturado e considerado traidor; "Hê, de medo, coração bate solto no peito; mas de alegria ele bate inteiro e duro" - numa conversa com Diadorim;" ... medo dos perigos... medo de errar... medo meditado – foi isto. Medo de errar. Sempre tive. Medo de errar que é a minha paciência. ... Pudesse tirar de si esse medo-de-errar, a gente estava salva" – ao propor a Diadorim que fugissem do bando de jagunços; "Não tive medo de morrer" – diante de Diadorim enciumado; "Nunca posso ter medo das pessoas de quem eu gosto" – sobre Diadorim; "Medo, não, mas perdi a vontade de ter coragem" – com receio de entrar em combate contra Zé Bebelo; "No ferrenho, tive um tempo de coisa, espécie de mais medo, o que um não confessa: vara verde, ver" – durante tiroteio; "O prazer muito vira medo, o medo vai vira ódio, o ódio vira esses desesperos?" – sobre seu amor por Diadorim; "Medo não tive" – de ser morto depois de matar o Hermógenes durante o julgamento de Zé Bebelo; "E a gente raivava alto, para retardar o surgir do medo" – ao saber a morte do grande chefe Joca Ramiro; "Mas, medo, tenho; mediano. Medo tenho é porém por todos. ... O sertão tem medo de tudo" – no meio de um longo parágrafo, onde resume aos cortes quase sua toda história e revela, sob disfarces, o receio de ter realizado, de fato, um pacto com o diabo; "Ah! Para não se ter medo é que se vai à raiva " – durante o cerco na Fazenda dos Tucanos; " Tive medo não. Só que abaixaram meus excessos de coragem... Tive medo não. Tive moleza, melindre" – ao desistir de enfrentar Zé Bebelo durante o cerco; "O medo resiste por si, em muitas formas" – ao perceber que teria que assumir o comando do bando em fuga; "O que o medo é: um produzido dentro da gente, um depositado; e que às horas se mexe, sacoleja, a gente pensa que é por causas: por isto ou por aquilo, coisas que só estão é fornecendo espelho. A vida é para este sarro de medo se destruir; jagunço sabe. Outros contam de outra maneira" – pensando durante um combate; "De homem que não possui nenhum poder nenhum, dinheiro nenhum, o senhor tenha todo medo!" – diante dos pobres catrumanos que cercavam a estrada; "O maior direito que é meu – o que quero e sobrequero -: é que ninguém tem o direito de fazer medo em mim" – ao pensar no futuro mal que Hermógenes faria a Diadorim; "Alguém estiver com medo, por exemplo, próximo, o medo dele quer logo passar para o senhor..." – ao perceber que Zé Bebelo vacilava no comendo; "Eu tinha medo de homem humano" – sobre os horrores praticados pelos jagunços; "O que eu estava tendo era o medo que ele estava tendo de mim!" – ao esperar o diabo na encruzilhada;

"... esses homens que não têm vergonha de mostrar medo..." – sobre o comerciante, seo Habão; "Eu fosse ter cautela, pegava medo..." – sobre suas táticas como chefe do bando; "Como que o medo, então, era um sentido sorrateiro fino, que outros e outros caminhos logo tomava" – intimidado diante da fidalguia de seo Ornelas; "E mas só o medo da guerra é que vira valentia" – conversando com Alaripe; "O medo mostrado chama castigo de ira" – indeciso se mata ou não o comerciante que encontra pelo caminho; "Então, não sei se vendi? Digo ao senhor,: meu medo é esse. ... Meu medo é este. ... Medo meu é este, meu senhor" – sobre se o diabo existe ou não e se ele teria ou não vendido sua alma a ele; "Tinha medo não. Tinha era cansaço de esperança" – na véspera da batalha final; "O meu medo? Não. Ah, não. Mas meus pêlos crescendo em todo o corpo. Mas essa horrorizância... Mas não se tem medo a gasto... Medo não me conheceu, vaca! Carabina "– no início da grande batalha final; "Minhas duas mãos tinham tomado um tremer, que não era de medo fatal" – durante os momentos finais do combate no Paredão; e, por fim, o último próprio medo citado, durante o momento terrível em que Diadorim se atira às facas sobre Hermógenes: "Escutei medo claro nos meus dentes".

E outros alguns, medos dos outros[4]: "De medo de nós, um homem se enforcou"; "- e, vai, um sujeito magro, amarelado, saía de algum canto, e vinha, espremendo seu medo, farraposo"; "esse Davidão pegou a ter medo de morrer"; "... era um homem que, por medo da doença do toque..."; "Meu padrinho Selorico Mendes era muito medroso"; "... e medo, ou cada parente de medo, ele cuspia em riba, desconhecia" – sobre Zé Bebelo; "... não fosse o coração dela rebater no meu peito, eu entrevia medo" – ao estuprar (sim, a palavra hoje é esta) uma moça; "O Hermógenes, homem que tirava o seu prazer do medo dos outros, do sofrimento dos outros"; "Não é medo não, amigos, é o trivial do corpo" – um jagunço com diarréia antes da batalha; "Medo de guerra não conheço" – um companheiro de armas inquieto após combate; "... medo de estar com o mal-de-lázaro" – sobre Sô Candelário; " ... isto, é o que a gente tem de sempre pedir! Para não se ter medo! " – fala de Zé Bebelo durante seu julgamento; "... esses me dão receio, meu medo..." – Diadorim, sobre Hermógenes e Ricardão; "... medo dele era medonho" – sobre o pobre homem da cachorrinha que encontra o bando; "Medo de cego não é o medo real" – sobre Borromeu que não via o sangue restado na faca mortal; "Eu sempre sabia: um dia, o medo consegue subir, faz ôco no ânimo do mais valente qualquer" – sobre Diadorim sugerir que deixassem a guerra de lado e fossem viver em paz; "Raiva tampa o espaço do medo, assim como do medo a raiva vem" – sobre os jagunços preparando-se para a batalha final; e, finalmente, a última vez que a palavra medo aparece no texto: "De Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins, que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gozo de amor..."

Depois de reunidos tantos medos, no aqui e acolá, apartados entre linhas e páginas de folhas, Riobaldo teme a quê, no profundo, definitivo, afinal? O que sua prosa deixa vazar, por entre as letras, é que seu grande medo seria o de vir a sentir... o remorso. Remorso, justamente, porque caso tivesse feito, de veras, um pacto com o diabo, o Cujo poderia ter, depois, no Paredão terrível, cobrado dele, em troca da sua coragem como Urutu Branco, a vida de seu amor: o Diadorim. Assim, se o diabo existe, de fato e com ele pactuário, poderia o Sem Nome ter exigido o caro preço que lhe custara Diadorim. Tanto é, que a primeira coisa que Riobaldo fez, no imediatamente depois do enterro de Diadorim, foi correr até à encruzilhada das Veredas Mortas para

tentar desfazer o pacto com o Demo e reverter a morte de Diadorim. Em vão: nem as veredas existiam mais - teriam havido? Então, o Ele não existe, Riobaldo louva sua contrafé... não foi o demo que lhe roubou Diadorim, foi a vida, foi a morte. Mas, o pensar seguinte retorce os argumentos e o Medonho volta a reinar, contradiz: se o Demo não fosse, nunca existisse, por qual mistério teria Riobaldo se tornado o Urutu Branco destemido na assumida comandância do bando?

Assim, compreendemos - entendemos? – o grande medo de Riobaldo era decorrente da existência cabal, definitiva ou não do demo. Talvez, a gente, agora, no repensar, possa descobrir um fatal jogo de palavras: o medo, o demo.

E a covardia?

Viemos. Declaro o meu concordar com você: o medo, os medos, são muitos na história, travessia, trajetória de Riobaldo. Devo aceitar, como ele mesmo o fez, que era inicialmente medroso, no sentido daquele que era pessoalmente tomado pelo medrar mais amiúde do que os demais, em viventes comparadas situações, ou que evitava sistematicamente as situações que, escaldado ou imaginado, a ele causavam medo, ou os dois, ainda. O próprio Riobaldo exemplificou: "... um sujeito medroso, que tem muito medo natural de onça...". Mas seria ele, um covarde como você diz?

Vejamos: no senso comum[5], covardia é usada para o significado de se aluir diante do medo, o contrário da coragem. Mas covardia seria também bem empregada para nominar agressão consciente, voluntária, contra alguém desprotegido; vale também para o deixar acontecer, a inação, diante de alguém sendo agredido, em situações: onde há escolhas sabidas possíveis entre o agir ou não. Covarde um pode ser no agir, ou, o outro, em não impedir, ambos. Consciência exposta, há conteúdo ético na definição de covardia ou coragem, o porquê: há escolha. O destino se dispõe nas mãos do covarde e do corajoso na encruzilhada das Veredas Mortas: pisar o fraco, não precisando, é covardia; não enfrentar o igualmente forte, podendo, é covardia. É, então, a covardia muito diferente do medo, do medonho que amedronta, pois que este não depende da nossa vontade, porque esse vem dos escuros da gente, ânsias, cheiros, sangue fresco, morte. Com estes olhares diferenciados postos sobre o medo e a covardia, é que podemos seguir em frente, de novo veredeiros no Grande Sertão.

Ao longo, o próprio Riobaldo quase nunca resvala pela palavra covardia, mas sim, e várias vezes, talvez tantas muitas ou mais quanto as cento e sessenta e seis medos, ele resgata de sua algibeira sempre é o termo coragem. Desde o primo encontro com Diadorim na travessia do rio São Francisco, a coragem é para valores, fundamental, riqueza maior para os dois: raiz do ser homem. Mas a qual, a admirada por ele seria: a coragem de temperamento ou a coragem virtude?

Aqui, é de enorme ajuda, para compreender os sentidos da coragem, o pensar encantador de André Comte-Sponville[6]: a coragem seria a capacidade de superar o próprio medo, numa ação pessoal, individual e intransferível, específica do momento presente, ou seja, não é possível ser corajoso no futuro: o fato de alguém ter agido com coragem no passado apenas indica uma maior probabilidade que vir a agir do mesmo modo novamente. No entanto, esta capacidade de superação do medo pode ser um traço psicológico ou uma virtude. A coragem como característica psicológica pode advir de um temperamento mais agressivo, de uma maior insensibilidade ao medo, de uma incapacidade de avaliar a situação real ou mesmo de um certo prazer na dor. Ela é encontrada nos "durões", nos impávidos, nos estouvados, nos estóicos e temerários. Ela também pode ser motivada pela esperança de vitória, pelo desespero da situação

ou pela imprudência. Não há conteúdo moral nesta coragem e ela atende a motivações essencialmente egoísticas.

Por outro lado, a coragem como virtude é uma ação resultante de uma escolha pessoal e é impelida pelo sentimento de honra: não o fazer seria indigno. O medo está presente, é devidamente percebido e avaliado, e então superado por uma decisão moral. A coragem como virtude envolve a prudência e a medida do gesto: não se arriscar por bagatelas. A coragem, segundo Aristóteles, se mantém entre a covardia e a temeridade: o covarde é submisso demais ao seu medo e o temerário despreocupado demais com a sua vida. A coragem como virtude independe da esperança de vitória e possui uma causa geral, é altruística. Ela é encontrada nos doces e nos heróis.

Voltemos ao sertão. Os jagunços, entre eles Riobaldo, não transpareciam possuir uma causa: nos gerais, eram pobres mandados lavradores, aferrados sob regimes semifeudais, submetidos a lutar em disputas oriundas das rivalidades mesquinhas entre os coronéis. Encontravam-se, é certo, entre eles, também criminosos fugitivos, incorporados aos bandos pela sua valentia e habilidades nas lutas. Havia, lei maior, a fidelidade ao bando e lealdade ao desejo dos chefes: suas motivações para a luta nasciam nas brasas das vinganças ou disputas variadas. A liderança de um Joca Ramiro, dum Medeiro Vaz, de Titão Passos, do Hermógenes e do próprio Riobaldo eram carismáticas e possuíam os componentes lendários, pasmos de sobrenatural. "E eu vi: menos me entendiam, mais me davam os poderes de chefia maior" – disse Riobaldo, sobre a obediência que os jagunços lhe prestavam, quando decidiu levantar acampamento durante um longo período de chuva - assim que os cavalos foram reunidos no curral, a chuva cessou e o sol, oh! - apareceu. Entre todos os chefes, apenas Zé Bebelo parecia alforjear um ideário, meio político meio em causa própria, pelo qual pretendia limpar o sertão e candidatar-se a deputado, montado na bandeira de ordem e progresso para a tal alinhavada civilização. De qualquer forma, seus seguidores, mesmo os mais instruídos como o próprio Riobaldo, não pareciam motivados pelas estúrdias idéias em si, mas pela lealdade ao chefe. Os bebelos, eram.

Corajosos, no falar de Riobaldo, eram os bravos, aqueles que se expunham, que enfrentavam ou não davam fuga, que eram capazes de superarem o próprio medo, mesmo em circunstâncias insuportáveis para o geral das pessoas ou para eles próprios. No entanto, Riobaldo, nos principais momentos em que as ações são descritas como atos de coragem, não distingue o corajoso prudente daquele temerário. Revejamos algumas delas.

Na famosa travessia do São Francisco naquela canoa perigosa, Diadorim insistiu que não se devia ter medo. O tipo de coragem estimulada naquele episódio não serve a qualquer propósito além de demonstrar o autocontrole e manter "atitudes de macho", o que ela precisava fazer, de fato, mais do que os demais, para ocultar sua feminilidade e convencer a todos de seu disfarce como homem suposto. Aparenta mais uma atitude temerária do que coragem como virtude, já que nenhum deles sabia nadar e não havia propósito naquela travessia: uma brincadeira.

Noutro momento, Zé Bebelo, ao perceber-se como único sobrevivente ao final dum tiroteio, saiu de peito aberto, faca na mão, disposto a morrer em combate corpo a corpo. De imediato, parece uma atitude corajosa, mas é possível que tenha sido uma decisão também escolhida pelo desespero: ele sabia o que acontecia aos inimigos capturados vivos - morriam cruelmente torturados, nas mãos do Hermógenes. Não é pouco enfrentar a morte, coragem absoluta, mas enfrentar a tortura pode ser a cora-

gem maior, como nos lembra Comte-Sponville.

Outro ato, já vimos, de importante superação do próprio medo, foi a permanência de Riobaldo na encruzilhada à espera do demônio. Ali, ele diz que colocou à prova sua coragem, expondo-se ao desconhecido e ao enfrentamento com uma entidade possivelmente, se verdadeiramente, mais poderosa e terrível. Mas qual era a sua motivação? Ele disse: "O que é que eu queria? Ah, acho que não queria mesmo nada, de tanto que eu queria só tudo. Uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – ficar sendo!". Reconstruindo as histórias contadas pelos jagunços sobre outros que haviam feito o pacto com o demônio, inclusive o Hermógenes, é possível deduzir delas que Riobaldo esperava-se invulnerável, imortal, capaz de prever os passos do inimigo e perder o medo, de tudo. Portanto, não foi uma decisão altruística, mas uma espécie de tentativa de encontrar uma saída para o estado de tristeza, desânimo e doenças – depressivo, em que se achava nos últimos meses.

Ao voltar da encruzilhada, transtornado na mística daquela noite em espera, Riobaldo verbalizou-se frente a Zé Bebelo e João Goanhães e matou a tiros dois irmãos que esboçaram um pensamento armado à sua intervenção: assumiu o comando do bando e a alcunha de Urutu Branco. Ah! - que foram gestos de valentia, mas havia medo a ser superado naquela instância? Seu mesmo relato é de que ele não mais sentia medo e que os acontecimentos se davam de uma forma estranhamente natural. Pode-se imaginar que, no suposto possuído pelo demo, Riobaldo já deixara na encruzilhada todos os seus antigos medos. Agora, de corpo – alma? – fechado, o transe místico incutia-lhe a invulnerabilidade.

Pouco depois, no relato de Riobaldo se vê que ele vivia um ânimo, estava eufórico e destemido ao decidir atravessar o terrível Liso do Suçuarão, para atacar a fazenda do Hermógenes pelas costas. Desprezando a prudência nos conselhos de Diadorim, Riobaldo chefiava nas extravagâncias incomuns, no despreocupado com sua própria vida: temerário. Assim foi que, no longo durante da batalha do Tamanduá Tão, ele permaneceu um farto tempo estátua sobre seu cavalo, desprotegido, enquanto as balas trespassavam o mundo, raspantes pelo chapéu e apetrechos de guerra. Outra vez, tal destemor parecia oriundo daquele estado místico, já dito, o barganhado no suposto pacto com o diabo, e não exatamente da coragem virtude: pois faltava medo e lucidez nas escolhas.

O momento mais inferno-fatal, sabemos, para Riobaldo foi no meio da rua que Diadorim enfrentou Hermógenes à faca, no abrupto, súbito. O fato, valentia extrema, unção final de Diadorim como guerreira: ainda que treinada na dureza mesma da vida de jagunço, ela foi encarar o diabólico gigante brutamontes na violência do corpo a corpo - que vitórias para uma mulher? Ai! Coragem ou descontrole? Danação impensada, intempestiva e temerária, desencravada do ódio intenso pelo assassino de seu pai? Ou o ódio mortal se derramou sobre as longas horas de batalha no calor intenso, prejudicando o difícil juízo mental diante das provocações verbais dos jagunços? Ninguém duvida da bravura de Diadorim, mas a gente se entristece: teria sido uma escolha prudente? E a prudência, - não morrer por bagatelas, não faz parte da coragem virtude? Perguntas. Maiores perguntas.

No luto dessa última luta, vou desconfiando que a coragem de que tanto nos falou Riobaldo era mais por temperamento do que por virtude. Mas, por que estou tão surpreso? Afinal, eles eram todos bandidos e na situação de jagunços sua ética individual teria que ser limitada e condicionada pelos objetivos gerais do bando: a guerra.

Brutalidade e violência eram os instrumentos de ação em busca de poder político para os coronéis, para vinganças num ambiente de inexistência de leis, do Estado ou de limites sociais.

E por que tenho acalentado, Borromeu, ao longo de minha vida a aura de heroísmo em torno de Riobaldo? Será possível que eu venha confundindo o autor com seu personagem? Que eu venha misturando o João, o diplomata humanitário em sua ação antinazista na Segunda Guerra Mundial, o Guimarães, o defensor do meio ambiente muito antes que isto se tornasse um valor social, o Rosa, o escritor brilhante e médico sensível, com um personagem chamado Riobaldo, o bandido, o medroso, o supersticioso, o covarde? Sim, é admissível, e o próprio João Guimarães Rosa contribuiu para isto em sua entrevista a Gunter Lorenz[7], em 1965: "Provavelmente, eu seja como meu irmão Riobaldo". Parecidos, todos, no começo e final, não somos? Mas, agora sei, aprendi: um é um, o outro não, os dois humanos.

Apenas, derradeira, uma questão eu ainda quero argumentar com você, tenha paciência: o desmaio de Riobaldo, que você atribuiu ao medo, durante a batalha final. Reconsidere comigo os detalhes de acontecimentos que antecederam a perda de consciência. O local da batalha, o Paredão, era região quente, inda mais o dia anterior, no especial, que havia sido de muito calor, somente refrescado ligeiramente pela chuva noturna, que, no esperado, aumentou a umidade: as poças d'água, na manhã, durante a guerra. Riobaldo se lavava, quando começou o tiroteio. Ele vestiu-se, recolocou as pesadas cartucheiras e entrou na luta, atirando continuamente desde o momento em que se posicionou ao lado de Diadorim. Por insistência dela, ele assumiu outra posição de tiro, mais favorável, de chefia no alto do casarão, onde permaneceu acompanhado do menino Guirigó, do cego Borromeu e da mulher do Hermógenes, que se encontrava presa num quarto ao lado. Dali, atirou e matou os diversos adversários, durante horas seguidas, assolado por uma sede intensa, sem dispor de gole d'água para beber. Já passava do meio dia, quando veio a forte dor de cabeça e o tremor nas mãos. Logo mais, numa alucinação, reagiu agressivo contra o cego, pensando ter ouvido dele vozes e risadinhas às suas costas, como se o diabo fosse. Adepois, sem mais o poder de articular as palavras, tinha contraturas dos nervos da cara, carantonhas involuntárias. Adiante, Riobaldo já sentia intensas dores nos braços e suava no profuso, encharcantemente. Mais um pouco, chegaram: a tontura, as náuseas de ânsias, no vômito, na salivação abundante, a baba. Foi aí o momento em que Riobaldo viu Diadorim partir para cima do Hermógenes: não conseguia mais falar, mudo em gasgo, nem manejar sua arma e vieram os brancos, as nuvens, se perdeu da consciência. Despertado depois, pelos companheiros, com água fria na face, algum tempo depois que a batalha já terminara, ainda sofria da sede, tontura e câimbras, enquanto se desnorteava confirmando que Diadorim morrera.

Guimarães Rosa nos apresenta uma descrição detalhada do que Riobaldo sentiu, desde a manhã até a perda da consciência. Trata-se de uma seqüência, estabelecida no declarado do conhecimento[8], dos ditos sinais e sintomas, bastantemente ajustáveis ao que os médicos, como o próprio Rosa, dizem ser produzido pelo aumento demasiado da temperatura do corpo, a interna. No jargão dos compêndios, o mal é conhecido como insolação, hipertermia, choque pelo calor ou siríase, este último nome em homenagem à estrela Sirius, que só é visível no verão para os gregos, os primeiros. A moléstia do calor é situação freqüente durante humanas atividades, físicas, prolongadas e mais se realizadas em ambientes quentes: os úmidos. Sua tendência, o predisponente para a

ocorrência maior, vem da desidratação, das noites mal dormidas e do muito calor nos dias antecedentes, massas de ar quente, mormaços. Guimarães Rosa, além de médico, possuía experiência de oficial da Força Pública no 9º Batalhão de Infantaria, sediado em Barbacena, nas Minas Gerais. Ainda que a região de Barbacena seja tropical, maş de altitude, com clima ameno, a função de oficial-médico devia exigir, o provável, um conhecer no teórico ou mesmo no prático com a tal insolação, pelo menos durante atividades da guerra, militares. Pelo menos, saber o mundo já sabia desde o século anterior[9], o científico, sobre situações no similar parecidas àquela vivida por Riobaldo. Não posso garantir que Guimarães Rosa se apropriou de álibis para que Riobaldo desmaiasse de calor no exato do momento em que Diadorim enfrentava o Hermógenes. Mas qualquer um advinha a intensa aflição de morte que Riobaldo sentiu: o amigo no caminho fatal se sobressomou na secura dos miolos da desidratação, no cozimento do cérebro, no forno das entranhas: confusão da mente.

Foi proposital, do Guimarães Rosa? Desconfio. Aliás, este episódio desperta mais minha atenção para as tantas vezes, inúmeras referências, dele, Rosa, sobre os humanos efeitos do tempo físico: chuvas, secas, o calor e o frio, aclimatando a vida nos sertões. Mas isto já seria outra história, outra releitura, para uma próxima estação, quem sabe?

Então, não me convence que Riobaldo tenha tido um desmaio de medo - nem sinal de covardia, omissão, fuga. Pois que, também ali morreu o Urutu Branco, o lado destemido de Riobaldo. E aqui, ao final desta nossa travessia, morreu o herói Riobaldo. Então, viva o ser humano Riobaldo: seus pequenos e grandes medos, o medo de sentir remorso, quem não os teme? Suas covardias, como expor publicamente um amor proibido pelos homens, ou ficar passivo diante das injustiças sociais - como diante do menino espancado pelos pais -, quem não as cometeu? Mas as grandes covardias de Riobaldo, como a ameaça de morte ao pobre transeunte e sua cadelinha, o estupro da moça assumido ou a violência brutal do seu bando durante a captura da mulher do Hermógenes, estas: fui cego em não ver - antes. Sempre foram e serão crimes - mesmo que o próprio Guimarães Rosa diga que não, que os jagunços viviam além do bem e do mal. Não posso ver assim. Não posso.

No mais, final, ao Riobaldo me pareceu faltar aquela certa espécie, que ele não nos relatou, de coragem – para dizer sim à vida mesma, apesar da morte, a inevitável; uma doce coragem para dar vida a uma criança, a uma Alice - ainda que este não seja o mundo de maravilhas. Filhos: nem com Otacília, Nhorinhá ou com outra qualquer companheira, Riobaldo não teve, não divulgou. E essa coragem, minha filha, você teve.

---

2 - ROSA, JOÃO GUIMARÃES, 1908-1967. Ficção Completa em dois volumes. Editora Aguilar, Rio de Janeiro. Grande sertão: veredas. Volume II, páginas 9-385, 1994.

3 - Na edição acima, respectivamente, cada citação citada sobre o próprio medo corresponde às páginas: 19, 23, 25, 29, 37, 44, 46, 47, 49, 60, 71-74, 80, 84, 93, 101-102, 120, 122, 128, 129, 130, 139, 151, 170, 191, 201, 221, 224, 228, 234, 248, 252, 254, 267, 281, 286, 289, 308, 364, 368-69, 373 e 377.

4 - Na mesma edição, cada citação citada sobre o medo dos outros corresponde às páginas: 42, 51, 59, 68, 76, 87, 114, 119, 131, 143, 158, 180, 183, 306, 326, 339, 364, 383.

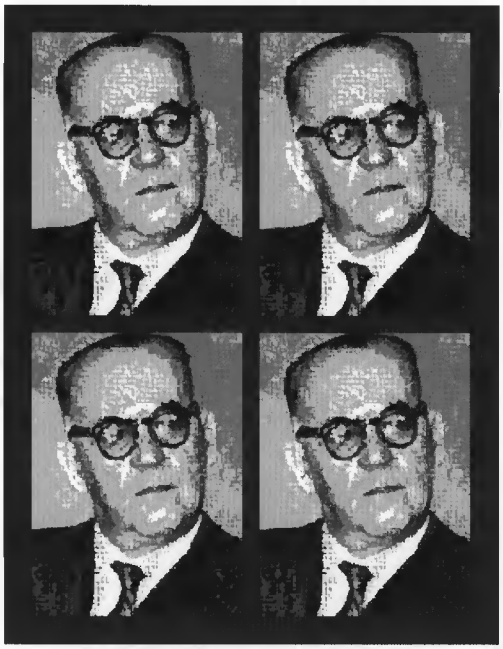
5 - AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1910-1989. Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa. 3 ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.

6 - ANDRÉ COMTE-SPONVILLE. Pequeno tratado das grandes virtudes. Martins Fontes, São Paulo, 1996.

7 - Volume I da Ficção Completa. Editora Aguilar, Rio de Janeiro. Grande sertão: veredas. Volume II, páginas 27-61, 1994.

8 - RODRIGUES LOC & SILAMI-GARCIA E. Hipertermia durante a pratica de exercícios físicos: riscos sintomas e tratamento. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.3, p.85 - 94, 1998

9 - JULES ARNOULD. Nouveaux Éléments D'Hygiène. Médico do Exército Francês. Paris, pp- 271-272,1881.



Autor
Professor Eugênio Marcos Andrade Goulart

Faculdade de Medicina UFMG

* Grande Sertão: Veredas, 8.ed., 1972, e o número da página citada.

Rastreando Riobaldo

Viver é um descuido prosseguido.(GSV:56) *



Aquele "grande-sertão-veredas" ainda existe? Certamente que sim, mas só se soubermos procurá-lo, se estivermos atentos a cada olho d'água camuflado, a cada pequizeiro florido e, também, a cada gemido da mãe-da-lua. Existe no testemunho empedernido da Serra do Espinhaço, na eloqüência das planícies sem-fim dos Gerais e no silêncio dos rios do sertão mineiro. E são tantos: o das Velhas, o Jequitaí, o Urucuia, o Paracatu, o Carinhanha, e muitos outros, todos se entregando ao Velho Chico.

Riobaldo, dito Tatarana, ou Urutu-Branco, foi um viajante de mil léguas, em idas e vindas geográficas e íntimas. Em cima de uma montaria, cavalgou grande parte do norte de Minas Gerais, com incursões pela Bahia e por Goiás. Ao mesmo tempo, percorreu as trilhas sinuosas da sua mente inquieta, farejando como um cão cada pensamento e perseguindo-o tenazmente.

João Guimarães Rosa escreveu sua obra-prima *Grande Sertão: Veredas*[1] no início da década de 1950 e a publicou em 1956. Logo após, confidenciou a um amigo, em uma carta, que acabara de passar *(...) dois anos num túnel, um subterrâneo, só escrevendo, só escrevendo eternamente (...) uma verdadeira experiência trans-psíquica, estranha, sei lá, eu me sentia um espírito sem corpo, pairante, levitando, desencarnado – só lucidez e angústia.*[2]

Uma antiga controvérsia sobre o grande sertão e as veredas, a qual, como o livro, também completa cinco décadas, é se Rosa teria criado um trajeto fictício para os jagunços, inventando acidentes geográficos e nomes, ou se se baseara em dados concretos. Na realidade, essa polêmica já poderia ser dada como encerrada, após as publicações de Alan Viggiano[3], em 1974, Marcelo Toledo, em 1982[4], e Willi Bolle[5], em 2004, que estudaram o percurso e identificaram praticamente todo o itinerário. Mesmo dando maior valor aos aspectos simbólicos e ficcionais do livro, Guimarães Rosa chegou à beira da obsessão com a geografia e seu relato coincide minuciosamente com o que existe no imenso território do sertão mineiro. São poucas as localidades citadas, cujas existências saíram apenas da imaginação do autor, sem uma correspondência real. Nesse cuidado, sem dúvida alguma, Rosa deixou um recado semi-encoberto, destinado àqueles com vocação para o captar.

Para complicar a tarefa dos estudiosos da vertente geográfica da obra, o autor não seguiu na narrativa a seqüência cronológica dos fatos, alternando histórias antigas com outras mais recentes. No seu longo monólogo, sem pausas, Riobaldo, que no livro caminhava reflexivamente para a velhice e devia ter, então, cerca de 60 anos, torna-se um autêntico filósofo. No seu relato, digladiam-se todas as nobres atitudes e as misérias do ser humano; trava-se a permanente luta do bem contra o mal, do amor e do ódio, das certezas e das incertezas, da vida e da morte, e de Deus e do Diabo, ambos respeitosamente tratados.

Mas, entremeando a obra do início ao fim, existe o escritor preocupado em descrever o sertão pelas suas múltiplas faces, inclusive a topográfica. O mais interessante é que Rosa nunca viajou por toda a região, que parecia conhecer como a palma da mão, pois se baseava, além de relatos de amigos com os quais correspondia, em pormenorizados mapas oficiais, que obtinha por meio do Ministério das Relações Exteriores, onde trabalhava. Após passar seus nove primeiros anos de vida em sua cidade natal, Cordisburgo, voltou poucas vezes ao sertão, sendo que, em uma delas, cavalgou por onze dias na "culatra" de uma boiada na região dos Gerais, entre os barrancos do Rio São Francisco e Araçaí, próximo a Cordisburgo. Nessa viagem, realizada em 1952, preencheu dezenas de cadernos de notas - mantinha sempre um pendurado ao pescoço -, que serviram posteriormente como auxílio para escrever as mais de 700 páginas dos originais da saga de Riobaldo. Os preciosos cadernos são hoje propriedade da Universidade de São Paulo, o que provoca um indisfarçável despeito nos mineiros.

Mestre e aprendiz de Zé Bebelo — conhecendo o sertão

(...) passarinho que se debruça – o vôo já está pronto!(GSV:13)

A história transcorre quase toda na bacia do Rio São Francisco. Rosa propositalmente não informou datas, mas Riobaldo nasceu por volta do ano de 1890 e passou a infância em uma fazenda na região central de Minas Gerais, nos arredores de Corinto, cidade referida no texto pelo antigo nome de Curralinho. Foi criado apenas pela mãe, de nome Bigrí, sempre de saudosa lembrança para ele, pois morreu durante sua adolescência. Seu pai, ficou sabendo somente depois, era Selorico Mendes, fazendeiro, seu protetor, a quem o menino chamava de padrinho: *Meu padrinho Selorico Mendes me deixava viver na lordeza.*(GSV:95)

Quando foi pagar promessa, por ter se curado de uma doença, pedindo esmolas nas margens do Rio São Francisco, próximo à barra do "de-Janeiro", pequeno rio que guarda ainda o mesmo nome, encontrou Diadorim, que regulava com sua idade: *(...) eu devia de estar com uns quatorze anos, se.*(GSV:79) Diadorim disse-lhe que estava acompanhado do tio, que morava em um lugar chamado Os-Porcos, onde não tinha nascido. Convidou o novo amigo para uma temerária travessia de canoa no São Francisco, quando já demonstrou sua grande coragem. Respondeu, ao ser perguntado por um apavorado Riobaldo, se estava com medo: *Costumo não (...) Meu pai disse que não se deve ter (...) Meu pai é o homem mais valente deste mundo.*(GSV:83) *Separaram-se em seguida, sem sequer se identificarem pelos nomes, para só se reencontrarem alguns anos depois.*

Hoje, a barra do Rio de Janeiro com o Velho Chico, na divisa dos municípios de Três Marias e Lassance, ainda guarda muitas das características descritas com minúcia por Guimarães Rosa, que, de fato, esteve no local, pois foi o ponto de partida da cavalgada de 1952: *No porto do Rio-de-Janeiro, nosso, o senhor viu (...) Porto, lá como quem diz, porque outro nome não há. Assim sendo, verdade, que se chama, no sertão: é uma beira de barranco, com uma venda, uma casa, um curral e um paiol de depósito.*(GSV:79) Atualmente está tudo semi-abandonado, mas existe a casa, bem sólida, a venda de duas portas, fechada e com mato crescendo em volta, o decrépito curral e o paiol. No barranco do rio, ainda o mesmo pau d'óleo, com parte das raízes expostas, onde ainda se amarram algumas canoas, árvore que chamou a atenção de Rosa, que a citou. Movimento nenhum, não se vê viv'alma; é, agora, um porto quase morto. A travessia do São Francisco se dá 40 quilômetros rio acima, em uma extensa ponte de concreto na estrada de Belo Horizonte a Brasília. Só reconheceremos a região de tempos passados se atentarmos para os detalhes, já que, além do asfalto, existe hoje a grande barragem de Três Marias, a cidade de mesmo nome, com 20 mil habitantes, usinas e poluição. E o Velho Chico atravessa tudo, verde, profundo, belo, mas, talvez, sonhando com outros tempos, quando era mais poderoso.

Riobaldo passou parte da juventude em Curralinho, aprendendo com Mestre Lucas *as letras e a tabuada.*(GSV:89) Por aquela época, a estrada para o trem de ferro estava por chegar a Corinto, o que ocorreu em 1906, fato que é referido sumariamente no livro. De um povoado de poucas casas nessa época, Corinto passou para os 25 mil habitantes que tem hoje. Por estar situada no centro geográfico de Minas Gerais foi o local escolhido para que a ferrovia se trifurcasse: um ramal para Pirapora, que no futuro deveria chegar até Belém do Pará, o que jamais ocorreu; um ramal para Diamantina, que deveria chegar até o porto de Vitória, no Espírito Santo, também outro sonho abortado; e um ramal para Salvador, que é o único ainda existente, porém apenas para transporte de carga. Com a trágica decadência da ferrovia, Corinto passou a ser apenas um entroncamento rodoviário.

Ainda muito jovem, Riobaldo foi recomendado para o emprego de professor em uma fazenda nas margens do Rio Jequitaí, a trinta léguas de Corinto, beirando a Serra do Cabral. Ao chegar, descobriu que seu aluno seria José Rebêlo Adro Antunes, o famoso Zé Bebelo, que organizava uma tropa de soldados para combater jagunços em todo o norte de Minas. A figura de Zé Bebelo, com sua constante agitação e energia, tem grande força em todo o livro e foi sempre motivo de admiração por parte de Riobaldo: *Sem menos, se entusiasmava com qual-me-quer, o que houvesse: choveu, louvava a chuva; trapo de minuto depois, prezava o sol.*(GSV:61) Com pouco tempo, Zé Bebelo já tinha aprendido o suficiente e se dispunha a movimentar sua tropa, pronto para colocar, definitivamente, ordem no sertão. Talvez seja em sua homenagem a frase de Rosa/Riobaldo: *Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.*(GSV:235)

Partindo do Rio Jequitaí, deixando a Serra do Cabral para trás, a tropa seguiu pela margem direita do São Francisco, sempre no sentido rio abaixo. Alguns combates aconteceram, mas, o primeiro a ser presenciado por Riobaldo, se deu entre Lontra e Condado. A distância entre o ponto de partida e essa região é de aproximadamente 200 quilômetros.

Nos dias de hoje, chega-se a Lontra por asfalto, pois fica na estrada que liga Montes Claros a Januária. A cidadezinha é atualmente um município de nove mil habitantes, cortada ao meio pela rodovia, as casas pobres, mal acabadas, mas com

algumas ruas laterais largas e bem arborizadas.

Condado, que tem hoje o nome de Condado do Norte, é ligada ao asfalto por uma estrada de terra. É distrito de São João da Ponte e lá, vivem, na seca, entre muita poeira, e, nas águas, entre muita lama, três mil almas.

A região é plana e o Cerrado domina a paisagem, com suas árvores tortuosas e espaçadas. Muitas são as frutas comestíveis encontradas ao léu, como o pequi, a cagaita, o araticum, o jatobá e o baru, cuja semente, quando torrada, é deliciosa. Mas, infelizmente, o desmatamento ilegal do Cerrado ainda é muito ativo nos nossos dias, restando, ao final somente pastos, geralmente desertos de reses, já que formados por um capim ralo e que fica mais ralo a cada ano, devido ao fogo provocado intencionalmente.

O próprio Guimarães Rosa criou duas orelhas para o livro, com rios, serras e trilhas, também repletas de simbologia, que estão presentes em quase todas as edições. Lamentavelmente, algumas edições, e principalmente as últimas, eliminaram as orelhas, o que representou, sem dúvida, uma mutilação na obra original. O desenho foi criado pelo consagrado artista Poty, seguindo rigorosamente as informações de Rosa. A primeira orelha mostra a região da margem esquerda do Rio São Francisco, e a segunda, a margem direita, simbolizando que o Velho Chico partiu ao meio a vida de Riobaldo. Na segunda orelha, que tem seqüência com a primeira, ao se fazer um esquadro em "L" invertido, têm destaque Lontra e Condado, e, espingardas cruzadas, indicam o local do referido combate.

Mas Riobaldo estava infeliz como professor e secretário de Zé Bebelo e mesmo não compactuando com as perversidades que freqüentemente faziam os jagunços, não se sentia confortável na companhia dos soldados, que também agiam de forma semelhante. Resolveu abandonar Zé Bebelo e sozinho tomou o rumo do sul, com a intenção de retornar a Curralinho.

O jagunço Tatarana – conhecendo a guerra

> *(...) sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias.*
> *Deus mesmo, quando vier, que venha armado!*
> *E bala é um pedacinhozinho de metal (...)* (GSV:17-18)

Um encontro casual com um grupo de jagunços, dentre os quais reconheceu o menino da canoa, torceu para sempre o rumo da vida de Riobaldo. Guimarães Rosa deu ao local o sugestivo nome de Córrego Batistério. Assim é o seu relato: *Meu cavalo era bom, eu tinha dinheiro na algibeira, eu estava bem armado. Virei, vagaroso. Meu rumo mesmo era o do mais incerto. Viajei, vim, acho que eu não tinha vontade de chegar em nenhuma parte. Com vinte dias de remanchear, e sem as trapalhadas maiores, foi que me encostei para o Rio das Velhas, à vista da barra do Córrego Batistério.* (GSV:106)

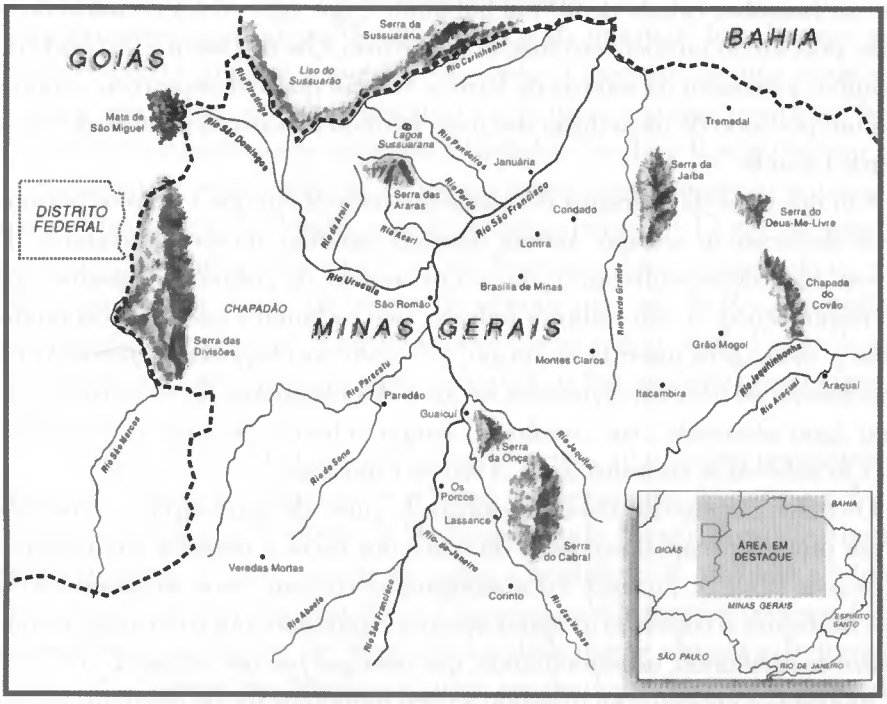
A localização exata desse córrego é motivo de uma polêmica, que também se arrasta há décadas. Segundo Alan Viggiano[3], na nota preliminar do seu livro, fica no município de Várzea da Palma, próximo ao centro urbano. Na época em que transcorre o relato, ainda não existia a cidade, que nasceu com a construção da ferrovia. Se conferirmos no local, o que se vê hoje é um esgoto a céu aberto, proveniente de milha-

res de habitantes, e muita fumaça por todo lado, devido às indústrias implantadas nos últimos 30 anos na cidade, muito pouco cuidadosas com o meio ambiente.

Outra possibilidade é de que seja próximo a Lassance, 40 quilômetros rio acima. Nas expedições realizadas para essa pesquisa, não se obteve sucesso nesta busca. Foi em vão qualquer tentativa de localizar o Córrego Batistério, mesmo após inquirir moradores, estudar reiteradamente os mapas e enfrentar trilhas fechadas de espinhos. Quem sabe, por um capricho roseano, o nome foi escolhido unicamente para significar que Riobaldo recebeu ali seu batismo na jagunçagem.

Nesse reencontro, Diadorim se identificou como o jagunço Reinaldo e imediatamente retomaram a amizade. Estavam a caminho do norte, levando munição para o chefe do bando, Joca Ramiro, e Riobaldo decidiu segui-los. Não escondeu que tinha estado acompanhando o grupo de Zé Bebelo, mas que resolvera deixá-lo, por livre e espontânea vontade.

Entrou, então, para a jagunçagem, na qual permaneceria por cerca de dez anos, e perambulou por toda uma vasta região. No livro são citados cerca de 230 nomes de cidades, povoados, rios, córregos, chapadas e serras por onde passou Riobaldo, sendo que a grande maioria pode ser perfeitamente identificada. Os mais importantes da narrativa estão assinalados no mapa adiante.



Atravessaram, então, o Rio das Velhas e se dirigiram à Serra da Onça, situada duas léguas ao norte, hoje município de Lagoa dos Patos. Transpuseram o Rio Jequitaí e os Córregos do Mocambo, Canabrava e da Barra, agora chamado de Riacho do Barro, todos na margem direita do São Francisco e nem sempre perenes.

Os jagunços evitavam sempre as grandes cidades, onde poderiam se dar mal. Enquanto hoje, algumas estradas asfaltadas, além de inúmeras de terra batida, cortam o itinerário em vários pontos, na época havia apenas trilhas de animais.

Após vários dias de marcha, pelo lado da mão direita avistaram a Serra da Jaíba, que acompanha o Rio Verde Grande. Atualmente, o local abriga o Parque Estadual da Jaíba, com dois mil hectares, situado no município de Matias Cardoso. Riobaldo citou

ainda o Poço Triste, um rio que deságua no Verde Pequeno, afluente do Verde Grande, já na divisa de Minas com a Bahia. Em seguida, retornaram em direção ao sul.

Foram muitas as batalhas contra os soldados comandados por Zé Bebelo e, num lance de sorte para os "ramiros", o líder adversário foi capturado. Com todos reunidos para um tenso e solene julgamento, descrito em páginas de rara beleza, Zé Bebelo foi poupado, evento que foi uma exceção à regra jagunça de resolver rapidamente, na faca ou no tiro, as questões. Corajosamente, Riobaldo o defendeu, perante todos. Zé Bebelo escapou da morte, mas foi condenado a partir sozinho para Goiás e não retornar, enquanto Joca Ramiro vivesse, ou, então, mandasse contra-ordem.

O grande grupo de jagunços se separou, e Riobaldo, junto com Diadorim, seguiu para o sul, com uma pequena patrulha. Guimarães Rosa foi novamente preciso: *Mas, nesse dia mesmo, em nossos cavalos tão bons, dobramos nove léguas. As nove. Com mais dez, até à Lagoa do Amargoso. E sete, para chegar numa cachoeira no Gorutuba. E dez, arranchando entre Quem-Quem e Solidão; e muitas idas marchas: sertão sempre.*(GSV:217-218)

É possível identificar bem esse trajeto: a Lagoa do Amargoso, agora quase seca na maior parte do ano; fica ao sul da cidade da Jaíba, na margem direita do Rio Verde Grande. A cachoeira do Rio Gorutuba é atualmente a barragem da represa Bico de Pedra, em Janaúba, cidade de 60 mil habitantes, que não existia no início do século passado, pois surgiu também em função da ferrovia. Quem-Quem é um árido distrito de Janaúba, à margem da estrada de ferro, e Solidão quase desapareceu, sendo agora apenas um povoado de meia dúzia de casas, perdido na imensa planície da várzea do Rio Verde Grande.

Um dos eixos da narrativa é o ambiente natural em que vivem os personagens e nele se destacam as veredas. Vereda significa caminho, no sentido corrente do termo. Rosa aproveitou, entretanto, um outro sentido da palavra, conforme explicou em correspondência ao seu tradutor italiano, que reclamava não estar captando com exatidão a mensagem inserida no termo: *(...) entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas (...) onde aflora a água absorvida. Nas veredas há sempre o buriti. De longe a gente avista os buritis e já sabe: lá se encontra água. A vereda é um oásis.*[6]

O enfileiramento dos buritis ao longo do curso de água explica-se pela função desta em propiciar o apodrecimento da casca dos cocos e permitir sua brotação. De novo, citando Rosa: *(...) o buriti é das margens, ele cai seus cocos na vereda – as águas levam – em beiras, o coquinho as águas mesmas replantam; daí o buritizal, de um lado e do outro se alinhando, acompanhando, que nem que por um cálculo (...)*(GSV:285)

Riobaldo aprendeu com Reinaldo a ver o mundo de forma diferente, de ângulos que, até então, ele nem suspeitava: *Até aquela ocasião, eu nunca tinha ouvido dizer de se parar apreciando, por prazer de enfeite, a vida mera deles pássaros, em seu começar e descomeçar dos vôos e pousação. Aquilo era para se pegar a espingarda e caçar. Mas o Reinaldo gostava: - "É formoso próprio..." (...) – e tudo num homem-d'armas, brabo bem jagunço – eu não entendia!*(GSV:111-112)

O jeito novo de olhar as coisas ficou para sempre em Riobaldo, que, muitos anos depois, relatou ao seu interlocutor, na realidade o próprio Rosa, protagonista de si próprio no livro: *Lhe mostrar os altos claros das Almas: rio despenha de lá, num afã, espuma próspero, gruge; cada cachoeira, só tombos. O cio da tigre preta na Serra do Tatú – já ouviu o senhor gargaragem de onça? A garôa rebrilhante da dos-Confins,*

madrugada quando o céu embranquece – neblim que chamam de xererém. Quem me ensinou a apreciar essas as belezas sem dono foi Diadorim...(GSV:23)

Vingando Joca Ramiro – conhecendo o ódio

> *Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrôcho de autoridade.*(GSV:9)

O pequeno grupo de jagunços parou por uns dias em um lugar que teve grande significado no transcurso do livro: Guararavacã do Guaicuí. Trata-se do encontro dos rios São Francisco e Velhas, este último chamado antigamente pelos índios de Guaicuí. Uns dias de ócio fizeram a mente de Riobaldo trilhar vários caminhos. Em conflito íntimo, fez reflexões expressas em frases de grande poesia: *Apertou em mim aquela tristeza, da pior de todas, que é a sem razão de motivo (...)*(GSV:219)

Repentinamente, a galope, chegou a notícia da morte de Joca Ramiro, executado à traição por Hermógenes, um dos sub-chefes. Organizou-se uma aliança entre grupos de jagunços para conseguir vingança e teve início a guerra contra os "hermógenes". Diadorim, transtornado, segredou a Riobaldo que Joca Ramiro era seu pai.

Seguiram-se tempos difíceis, de muitos imprevistos. Dirigiram-se para o Alto do Amoipira, perto de Grão Mogol, cidade histórica, hoje com 15 mil habitantes, situada cerca de 300 quilômetros a leste do São Francisco. Está posicionada no alto da Serra do Espinhaço, a quase mil metros de altitude, no vale do Rio Jequitinhonha. Atualmente, toda a região mais acidentada pertence ao recém criado Parque Estadual de Grão Mogol, que tem 33 mil hectares, dominado pela vegetação rasteira típica dos campos rupestres.

O objetivo era se juntar a outros companheiros, mas foram perseguidos por batalhões de soldados. Tiveram que se refugiar em terras mais desertas, na divisa de Minas Gerais com a Bahia: Córrego da Malhada Grande, Mingú, Brejo dos Mártires... Em território baiano de fato existem na região a localidade de Malhada e o Córrego Malhada Grande. Mingú é um distrito de Espinosa, cidade mineira próxima à divisa, e Brejo dos Mártires é distrito de Monte Azul, cidade que se chamava Tremedal, um pouco mais ao sul. Brejo dos Mártires aparece em destaque na parte superior da segunda orelha do livro. Hoje, essa região é cortada pela Estrada de Ferro Centro-Atlântica, antiga Central do Brasil, e por uma rodovia asfaltada que liga Minas à Bahia.

Descendo ainda mais para o sul, beirando a margem direita do Rio São Francisco, chegaram à barra do Urucuia, no município de São Romão, com o intuito de atravessar o Velho Chico e se unirem ao bando de Medeiro Vaz, "o rei dos Gerais", que também se empenhava em vingar Joca Ramiro. O Rio Urucuia tem destaque em toda a obra, desde o desenho da primeira orelha do livro, toda ocupada por sua bacia hidrográfica. *O Urucúia vem dos montões oestes*(GSV:9), já é referido na primeira página, logo no parágrafo inicial da fala de Riobaldo, que relatou ainda, várias vezes, que este era o seu rio preferido.

Subindo o Urucuia, passaram pela Fazenda Santa Catarina, nos Buritis-Altos, de localização intencionalmente imprecisa, onde pararam por uns dias, e Riobaldo conheceu Otacília, sua futura esposa. Surpreso, descobre a antipatia mútua e imediata que brotou entre Otacília e Diadorim. Encontraram, em seguida Medeiro Vaz e seus guerreiros, e o grupo percorreu, a esmo, o Chapadão do Urucuia.

Contornaram a Serra das Araras, com seus paredões avermelhados e com um extenso Cerrado no planalto, até hoje intocado e sem moradores. Por lá, sobrevivem ainda barulhentos bandos de araras, reinando. A mais comum é a canindé, amarela e azul, que faz o ninho nos ocos das árvores. Existe também a vermelha, conhecida como arara piranga, esta em risco de extinção, pois os locais onde procriam, os barrancos da encosta da serra, já foram muito atacados por caçadores de filhotes. Foi criado, recentemente, o Parque Estadual da Serra das Araras, com 11 mil hectares, situado no município de Chapada Gaúcha e ainda em implantação.

Aconselhado por Diadorim, Medeiro Vaz resolveu fazer uma temerária travessia pelo Liso do Sussuarão, para atacar de surpresa a fazenda do Hermógenes, situada no lado baiano. O problema era que teriam que atravessar um verdadeiro deserto por vários dias de marcha, já que *(...) o Liso do Sussuarão não concedia passagem a gente viva, era o raso pior havente, era um escampo dos infernos.*(GSV:29)

Em seu excelente livro, Alan Viggiano[3] comete um equívoco, situando o Liso em Minas Gerais, próximo ao atual município de Chapada Gaúcha. Marcelo Toledo[4], em dúvida, o posiciona vagamente, abrangendo a divisa de Minas e Bahia. Willi Bolle[5], em detalhado estudo posterior, o coloca corretamente em território baiano, próximo à Serra da Sussuarana. Marco Aurélio Baggio[7] reaviva a polêmica em sua recente e magistral publicação e o posiciona no município de Formoso, em Minas – outro erro! Talvez seja esta controvérsia mais um motivo para que alguns afirmem categoricamente, sem ter ido por lá, que o Liso não existe e que apenas foi inventado por Rosa. Ledo engano!

O Liso do Sussuarão, ainda hoje conhecido por poucos, tem na região o nome de Campina e fica na Bahia, em terras do município de Cocos, margem esquerda do Rio Carinhanha. No meio do extenso e despovoado Cerrado do sudoeste baiano, chamado pelos moradores de Gerais, surgem áreas planas, nas quais crescem apenas capins ralos e poucos arbustos, a Campina. Ali, a visão alcança 360 graus, sem sequer uma montanha a impedir a longínqua linha do horizonte. Em algumas partes, como uma caatinga típica, exagerada em extensão na descrição de Guimarães Rosa, a Campina tem a fisionomia de uma terra árida, quase nua, já que sem árvores e apenas com cactos esparsos. Nesses locais, conseguem sobreviver somente pequenas plantas com caules suculentos, que são uma adaptação ao clima e servem para segurar a água, sendo que as folhas se transformaram em espinhos, também para não perder o precioso e escasso líquido.

O bando de Medeiro Vaz enfrentou o desafio, mas não conseguiu vencê-lo: *E fogo começou a entrar, com o ar, nos pobres peitos da gente.*(GSV:39) Retornaram a Minas, sedentos, famintos e derrotados. Acamparam por uns tempos próximo à Lagoa Sussuarana, que está localizada na região divisora de águas dos rios Carinhanha e Pandeiros, em terras do imenso município de Januária: *E seguimos o corgo que tira da Lagoa Sussuarana, e que recebe o do Jenipapo e a Vereda-do-Vitorino, e que verte no Rio Pandeiros – êsse tem cachoeiras que cantam, e é d'água tão tinto, que papagaio voa por cima e gritam, sem acordo: - É verde! É azul! É verde! É verde!...*(GSV:45)

O Rio Pandeiros corre para o sudeste e como de fato é bastante encachoeirado tem sua vazão aproveitada para gerar energia elétrica desde a década de 1950, quando foram construídas uma barragem e uma usina. Outra característica bastante peculiar do Pandeiros é que ele forma um verdadeiro pantanal na sua parte mais baixa, antes de encontrar o Rio São Francisco. Transforma-se em um labirinto de vários quilômetros de riachos e charcos, envolvidos por uma vegetação aquática entrelaçada, a ponto de se perder a rota, caso não se conte com um barqueiro experiente.

Por meses, os jagunços de Medeiro Vaz evitaram combates com os soldados, para guardar forças contra os verdadeiros inimigos, os "hermógenes". Passaram os rios Pardo e Acarí, ambos paralelos ao Pandeiros, também desaguando no São Francisco, mas, perseguidos, tomaram o rumo de Goiás. Riobaldo citou os rios Piratinga e São Domingos, que atravessam os municípios de Buritis, Formoso e Arinos, na extremidade noroeste de Minas Gerais, águas que correm para o Urucuia.

Nesse ponto da história se deu o grande giro de Riobaldo, acompanhado apenas pelo amigo Sesfrêdo, para tentar refazer o contato com outros grupos de "ramiros", ficando por vários meses distante de Diadorim. Passaram novamente pelo Rio Acarí, atravessaram seus afluentes Vieira e Fundo, ganharam a margem direita do São Francisco, com a intenção de chegar a Monte Azul. Cavalgaram pela Jaíba, região de montes baixos e de vegetação fechada, com a característica mata seca, pois as folhas caem no inverno. Por perto, a Serra Branca, rio e distrito do município de Porteirinha: *(...) Serra Branca, brabas terras vazias do Rio Verde-Grande.*(CSV:53)

Mas os soldados não lhes davam paz. Com um grupo de companheiros localizados pelo caminho, enfrentaram combates em Cachoeira do Salto, margem do Verde Grande, e em Jacaré Grande, no lado leste da Serra da Jaíba, distrito de Janaúba e beira do Rio Gorutuba. Riobaldo citou ainda a Serra do Deus-Me-Livre, a Chapada do Covão e a do Sumidouro, que de fato existem, e mais longe o Córrego do Poldro, que divide os municípios de Salinas e Taiobeiras, a mais de duas centenas de quilômetros a leste do Rio São Francisco.

Retornaram lentamente, passando pela Serra Escura, próxima a Araçuaí, onde, para despistar os perseguidores, trabalharam em uma mineração próxima à cidade. Por uns tempos, sem ser reconhecidos como jagunços, viajaram por cidades como Grão Mogol, Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, e Brasília, hoje Brasília de Minas.

Finalmente voltaram para a margem esquerda do Velho Chico, quando ocorreu o novo reencontro com Diadorim: *Amizade, Riobaldo, que eu imaginei em você êsse prazo inteiro...*(CSV:62) Seguiu-se a morte de Medeiro Vaz, de doença, em Marcavão, também um dos poucos nomes fictícios de todo o roteiro, mas local situado seguramente próximo ao Rio do Sono, afluente do Paracatu.

Assim que soube da morte de Joca Ramiro, Zé Bebelo rapidamente formou em Goiás um novo exército, dessa vez composto por cinco urucuianos com seus precários rifles, e, numa balsa de troncos de buriti, desceu o Rio Paracatu. Vinha disposto a lutar contra os traidores, os "judas" do bando do Hermógenes. Juntaram-se com o que restou do grupo de Medeiro Vaz, e Zé Bebelo assumiu, então, pomposamente, o nome de Zé Bebelo Vaz Ramiro.

Tiroteio na Fazenda São Serafim, margem do Rio do Sono, tiroteio no Ôi-Mãe, mais ao norte, também no Ribeirão do Galho-da-Vida, afluente do Rio Urucuia, e pousaram em seguida na Fazenda dos Tucanos, próxima à cidade de São Romão. Nesse local foram cercados pelos inimigos, que atiraram até nos cavalos, matando-os

todos. Em situação de extrema dificuldade, Zé Bebelo despachou um mensageiro com cartas às autoridades das cidades vizinhas, sugerindo o envio de soldados para dar combate aos jagunços. Riobaldo, incumbido de escrever a carta, questionou Zé Bebelo, duvidando de sua lealdade, o qual o repreendeu asperamente, afirmando que era a oportunidade que tinham de fugir, assim que os soldados chegassem: *A gente obra jeito de se escapar, no cererê da confusão...*(GSV:252)

O estratagema funcionou, e, no meio do fogo cruzado, conseguiram escapulir à noite, seguindo a pé em direção ao poente. Perambularam pelo Chapadão do Urucuia, sem rumo certo: *(...) andávamos desconhecidos no errado.*(GSV:288) Riobaldo encontrava-se cheio de dúvidas quanto ao caminho a seguir, tanto no real das trilhas como em seus múltiplos e indomáveis pensamentos. Passava a limpo sua vida, brigando também com o que o destino estava lhe reservando. E ainda se incomodava com assuntos metafísicos, como, por exemplo, se, de fato, o Hermógenes havia feito um pacto com o Diabo, conforme diziam.

No povoado do Pubo, no vale do Paracatu, encontraram-se com os catrumanos, uma isolada e paupérrima comunidade, que, sem contato com o mundo, desenvolveu quase que um dialeto, incompreensível para os outros. Passaram pela vila do Sucruiú, de localização exata desconhecida, onde grassava uma epidemia de varíola, a temida bexiga negra, que, por séculos, dizimou boa parte da humanidade e que esteve presente no sertão de Minas Gerais até a década de 1950.

Em um lugar fatídico para Riobaldo, chamado Veredas-Mortas, próximo ao Rio do Sono, o bando permaneceu por semanas, recuperando-se de malária e de outras enfermidades. Riobaldo decidiu enfrentar o Diabo frente a frente, sozinho, em uma encruzilhada no meio da noite, e tirar de vez a dúvida sobre sua existência: *Êle não existe, e não apareceu nem respondeu – que é um falso imaginado. Mas eu supri que êle tinha me ouvido.*(GSV:319)

Imediatamente, a partir dessa experiência, que marcou para sempre sua vida, assumiu um comportamento diferente, "estúrdio", afrontou Zé Bebelo e se impôs como chefe do bando, recebendo, então, o nome de Urutu-Branco. Deliberou que o grupo levantasse acampamento e partisse em direção ao norte: *A virar o ar, viemos; em caminho não se descansou um dia. Agora eram os brejos da beira do Paracatú.*(GSV:350)

A várzea do Rio Paracatu ainda guarda grandes áreas de Cerrado preservadas, espera-se que para sempre, mesmo estando em mãos da iniciativa privada, já que se espalham na região algumas reservas particulares do patrimônio natural. São inúmeras veredas, nas quais vivem seu dia-a-dia onças, antas, lobos-guará, bugios, lontras, veados, tatus-canastra, tamanduás-bandeira e outros bichos. Em forte contraste, essas áreas são atualmente cercadas por imensas florestas homogêneas de eucaliptos.

A seguir, tomaram novamente a direção do Chapadão do Urucuia, cavalgando muitas léguas na direção do oeste: *A gente parava no findar do Chapadão, longe no poente, segundo se ia indo, por meu comando.*(GSV:365) Passaram pelas Serras do Tatu e dos Confins e atravessaram o Urucuia no Lagamar, vau que fica próximo à cidade de Arinos. Seguiram beirando o Ribeirão da Areia, afluente da margem esquerda do Urucuia, em direção à sua nascente, no Vão-do-Ôco, grotão encostado da Serra das Araras. Ocorreu, aí, a deserção dos urucuianos, que tinham sido arregimentados por Zé Bebelo, com promessas de "remexer o mundo": *(...) a gente gastou o entendido...*(GSV:377), justificaram.

Riobaldo, sem divulgar para os demais companheiros, tinha em mente ganhar o Alto Carinhanha e tentar de novo a travessia do Liso do Sussuarão. O Rio Carinhanha, que faz divisa dos Estados de Minas e Bahia, desce no rumo do nordeste e atinge o São Francisco pela sua margem esquerda. Na região existe hoje o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, cujo nome homenageia Guimarães Rosa. Abriga incontáveis veredas em uma área de 231 mil hectares, em terras dos municípios de Formoso, Chapada Gaúcha e Arinos, em Minas Gerais, e Cocos, na Bahia.

Também espalhadas pelo norte de Minas são várias as áreas de preservação ambiental permanente: por exemplo, o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, com 30 mil hectares, situado no município de Januária, e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, com 57 mil hectares e muitas grutas, algumas com quilômetros de extensão, também no mesmo município.

Nessa segunda tentativa, conseguiram transpor o Liso do Sussuarão, não sem enfrentar muitas dificuldades, em vários dias de cavalgada. Riobaldo, após atravessá-lo, foi mais uma vez preciso em seu comentário geográfico: *Dali antes, a gente tinha passado o Alto-Carinhanha (...)*(GSV:389) Atacaram de surpresa a fazenda do Hermógenes, seqüestraram sua mulher e destruíram tudo que encontraram. Riobaldo se penitenciou, ao relembrar: *O mal regeu. Deus que de mim tire, Deus que me negocie... À vez.* (GSV:390)

Em seguida, numa longa rota de fuga, desviaram o retorno por Goiás e o Jalapão, outro grande deserto, hoje pertencente ao Estado de Tocantins, e situado no livro a mais de 500 quilômetros ao sul do seu verdadeiro local.

Entraram na área onde é agora o Distrito Federal, e os jagunços atravessaram o atual centro da cidade de Brasília, da mesma forma que fez a Coluna Prestes em 1926, o que parece ter influenciado Guimarães Rosa a repetir o mesmo percurso na região. Algumas vezes no livro é citada a grande e visionária marcha que Luís Carlos Prestes empreendeu a cavalo pelo interior do Brasil, quando percorreu 33 mil quilômetros, semeando a esperança.

Riobaldo citou o Morro dos Ofícios, a Mata de São Miguel e a vila de Verde-Alecrim, de doce e saudosa lembrança, naquela época situados em terras goianas. Apenas o Verde-Alecrim não tem correspondência cartográfica precisa. Na seqüência, contornou a Serra das Divisões, que é a divisa de Minas com Goiás, trilhou o caminho que seguia pelo vale do Rio Paraná, mais exatamente pela margem direita do Rio São Marcos, que corre para o Paranaíba, bacia do mesmo Paraná, e logo após retornou a seu território habitual: *(...) em Minas entramos, (...)*(GSV:410)

Reviu os campos do Tamanduá-tão, próximos ao Rio Paracatu, onde as veredas são mais robustas. Estava de volta ao seu velho e conhecido sertão, que era como sua casa. Hoje, o asfalto de Belo Horizonte a Brasília passa a poucos quilômetros da região descrita por Rosa, no município de João Pinheiro. Os transeuntes motorizados, necessariamente atentos à rodovia, nada sabem dos tesouros marginais escondidos.

Pois, então, Riobaldo partiu furioso para cima dos inimigos e obteve primeiro uma rápida vitória sobre o grupo de Ricardão, comparsa do Hermógenes. Estavam novamente na margem do Rio do Sono e prontos para a batalha final. Os "judas" não fugiriam ao combate, já que traziam prisioneira a mulher do Hermógenes, um ultraje inaceitável no sistema jagunço. O Rio do Sono, com suas autênticas e desconhecidas cataratas, ainda é piscoso e razoavelmente limpo, apesar do castigo que sofre com a mineração de diamante, que insiste em revirar o cascalho do seu fundo, mesmo que seja hoje uma prática ilegal.

O palco do último combate foi a vila Paredão, que também existe, sendo que atualmente se chama Paredão de Minas e é distrito de Buritizeiro. Nos nossos dias, ainda é quase só uma rua, o Rio do Sono passando ao fundo, tudo semelhante ao que foi descrito por Rosa nas derradeiras páginas do livro. Falta apenas o velho sobrado, fundamental no dramático desfecho do final, que não sobreviveu aos tempos. O vilarejo ainda "dormita" placidamente, desconhecendo sua importância: *E eu não revi Diadorim. Aquêle arraial tem um arruado só: é a rua da guerra. O demônio na rua, no meio do redemunho...*(GSV:77)

A batalha foi terrível, com grande tiroteio, luta corpo a corpo e muitas vítimas, entre elas o Hermógenes, morto por Diadorim, que também morreu, sob o olhar atônito e impotente de Riobaldo. Estava terminada a longa guerra, e Joca Ramiro estava vingado. Todavia, a que preço!

Quase por acaso, a partir de um breve comentário da mulher do Hermógenes, Riobaldo teve a terrível revelação sobre Diadorim: ... *Estarreci. A dôr não pode mais do que a surprêsa. A côice d'arma, de coronha...*(GSV:453)

À procura de Diadorim — conhecendo a dor

(...) Diadorim é a minha neblina...(CSV:22)

Riobaldo partiu, então, em uma grande viagem de busca por terras estranhas. *Pois, primeiro, eu tinha outra andada que cumprir, conforme a ordem que meu coração mandava.*(GSV:457) Precisava desvendar o mistério Diadorim/Reinaldo. Que Guimarães Rosa desculpe, por favor, a todos que, ao comentarem sua maior obra, exponham segredos que ele gostaria que ficassem guardados para o leitor até o momento exato da revelação. Meio século se passou e a figura de Diadorim ganhou o mundo, assim como sua oculta identidade inicial.

Um angustiado Riobaldo procurou inicialmente por uma fazenda de nome Os-Porcos, *nos gerais de Lassance*(GSV:457), a que Diadorim tinha se referido como o local onde passou parte da infância. Lassance fica às margens do Rio das Velhas, quando este esbarra na Serra do Cabral, que o obriga a desviar o curso. Nada encontrou e tomou rumo para mais longe.

Um morador de Bocaiúva, leitor fanático de Rosa, estranhou que sua cidade, situada no meio do longo e intrincado trajeto de Riobaldo, não tenha sido citada sequer uma vez no Grande Sertão: Veredas, ao contrário de todos os municípios vizinhos. A princípio, tomou a omissão como uma desfeita à sua cidade, mas descobriu, posteriormente, fatos que, talvez, justificassem a ausência, quem sabe proposital, do nome de Bocaiúva na obra. Escutou de antigos moradores a história de um valente jagunço que apenas ao morrer em combate teve descoberta sua identidade feminina. Essa mulher guerreira teria vivido no alto da Serra do Espinhaço, em terras do extenso município de Bocaiúva, e muitos garantiram a veracidade da história. Quem sabe Guimarães Rosa tenha se inspirado nesse relato, mas não quis identificar seu personagem com um indivíduo real? Se foi com o intuito de preservar Diadorim, estava justificada a omissão, e o bocaiuvense afirmou, afinal, que perdoou Rosa.

Outra localidade citada nessa parte da viagem de Riobaldo foi Juramento, an-

tigamente distrito de Montes Claros, situada 40 quilômetros no sentido leste. O nome deve-se a um juramento que Fernão Dias, por volta do longínquo ano de 1680, exigiu de seus comandados, que ameaçavam se rebelar contra a férrea vontade do Caçador das Esmeraldas em prosseguir sua busca. O povoado que se formou a seguir preservou para a história o episódio, adotando o nome de Juramento.

Riobaldo resolveu ir mais longe ainda, atravessando a Serra do Espinhaço e cavalgando por terras do vale do Rio Jequitinhonha. A paisagem é diferente da do sertão, pois, após passar pelos campos de altitude, atinge-se a região da Mata Atlântica, que, na época, ainda formava uma densa e enorme floresta.

De passagem, citou Peixe-Crú, cidadezinha que ficava na margem do Rio Jequitinhonha, próxima a Grão Mogol. Toda uma vasta área de várzea foi inundada no ano de 2006 pela represa de Irapé, que, nesse trecho, transformou o rio em um grande lago. A nova cidade, construída a alguns quilômetros de distância, ganhou o nome de Novo Peixe Cru. Com certeza, Guimarães Rosa apreciaria a coerência de seus moradores em manter o nome antigo, mesmo que exótico. Com mágoa, pôs na boca de Riobaldo sua revolta contra o hábito deplorável de se trocar o nome das localidades: *Perto de lá tem vila grande – que se chamou Alegres – o senhor vá ver. Hoje, mudou de nome, mudaram. Todos os nomes êles vão alterando. É em senhas. São Romão todo não se chamou de primeiro Vila Risonha? O Cedro e o Bagre não perderam o ser? O Tabuleiro-Grande? Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda? Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado.* (GSV:35)

De fato, Alegres hoje se chama João Pinheiro, Cedro agora é Caetanópolis, Bagre é Felixlândia, e Tabuleiro Grande passou para Paraopeba. E mais, outros três povoados citados por Riobaldo também trocaram de nome: Brejo das Almas passou para Francisco Sá, Tremedal para Monte Azul e Brasília, pequeno município do nordeste mineiro, cedeu gentilmente, ou melhor, foi obrigado a ceder o nome para a Capital Federal, quando da sua construção na década de 1950, e mudou para Brasília de Minas. Não custa quase nada trocar o nome de um lugar, pois basta, para isso, arregimentar alguns poderosos do momento no local, geralmente ungidos por intenções bajulatórias e, no mais das vezes, de mau gosto. Que ninguém tenha o desplante de propor uma mudança de nome para Cordisburgo!

No seu roteiro, ainda no Vale do Jequitinhonha, Riobaldo falou de Terra Branca - beira rio, em sua margem esquerda - e Capelinha do Chumbo, hoje Capela dos Marques, ambas em "rededor" de Grão Mogol.

Finalmente, a longa e sentimental procura encontrou uma pista na cidade de Itacambira, encravada no alto da Serra do Espinhaço, com as casas e ruas espremidas entre as pedras. O povoado foi fundado por Fernão Dias, e a montanha que cerca a cidade - que, de fato, brilha na época da chuva, quando o sol bate em suas lajes molhadas - teria sido a sonhada Serra Resplandecente. Segundo antigos documentos, o velho bandeirante encontrou turmalinas, que confundiu com esmeraldas, nas encostas da serra.

Na praça principal de Itacambira fica a Matriz de Santo Antônio, construída por volta de 1710 e tombada pelo patrimônio histórico. Mas essa honraria está ainda apenas no papel, e a igreja precisa urgentemente de um apoio mais efetivo, pois, inclinada para um lado, corre o risco iminente de desabar. Em seu porão, debaixo do altar-mor, ainda hoje podem ser vistas várias ossadas, já que era comum a prática de usar as igrejas como cemitério. E, em um canto, a antiga pia batismal em madeira escavada,

a despertar também súbitas e nostálgicas lembranças de vidas que já se foram.

Guimarães Rosa prestou uma homenagem especial a Itacambira, ao identificá-la como o local onde nasceu Diadorim. Será que a escolha foi por esse município fazer divisa com Bocaiúva nas terras altas da Cordilheira do Espinhaço? Talvez isso jamais seja esclarecido. Em uma frase emocionada, Riobaldo revelou sua descoberta: *Só um letreiro achei. Este papel, que eu trouxe – batistério. Da matriz de Itacambira, onde tem tantos mortos enterrados. Lá ela foi levada à pia. Lá registrada, assim. Em um 11 de setembro da era de 1800 e tantos... O senhor lê. De Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins – que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter mêdo, e mais para muito amar, sem gôzo de amor... Reze o senhor por essa minha alma.* (GSV:458)

E encerrava-se, então, a travessia do jagunço Riobaldo.

1- Rosa, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972. Páginas citadas informadas no texto.

2- Rosa, Vilma Guimarães. Relembramentos: Guimarães Rosa, meu pai. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 364.

3- Viggiano, Alan. Itinerário de Riobaldo Tatarana. Belo Horizonte: Comunicação, 1974. p. 45-142.

4- Toledo, Marcelo Almeida. Grande Sertão: Veredas – as trilhas de amor e guerra de Riobaldo Tatarana. São Paulo: Massao Ohno, 1982. p. 37-55.

5- Bolle, Willi. Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 58-115.

6- Rosa, João Guimarães. Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p. 41.

7- Baggio, Marco Aurélio. Um abreviado do Grande Sertão: Veredas. Contagem: Santa Clara, 2005. p. 115.

Bibliografia consultada

Barbosa, Waldemar Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

Coelho, Nelly Novaes e Versiani, Ivana. Guimarães Rosa: dois estudos. São Paulo: Quíron, 1975.

Coutinho, Eduardo Faria (org.). Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Fortuna Crítica, 6).

Duarte, Lélia Parreira; Alves, Maria Theresa Abelha (org.) Outras margens: estudo da obra de Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001.

Fagundes, Giselle; Martins, Nahílson. Capítulos sertanejos. Montes Claros: Formato, 2002.

Fantini, Marli. Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens. Cotia, SP: Ateliê / SENAC São Paulo, 2003.

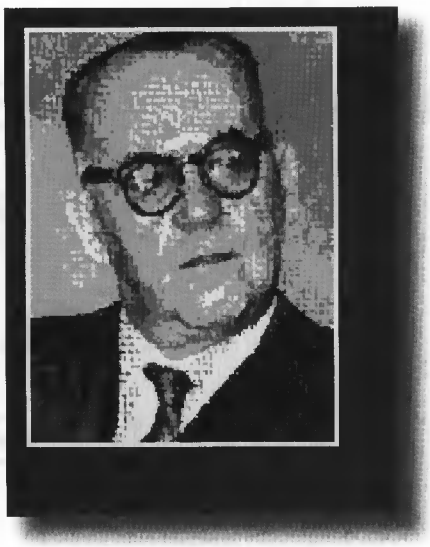
Martins, Nilce Sant'Anna. O léxico de Guimarães Rosa. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

Rocha, Luiz Otávio Savassi. João Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1981.

Rosa, João Guimarães. Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

Rosa, João Guimarães. Ficção completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 2v.

Starling, Heloisa Maria Murgel. Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro, Revan: UCAM, IUPERJ, 1999.



Professor Délcio Vieira Salomon

Professor Livre Docente Aposentado no Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH-UFMG. Autor de Como fazer uma monografia (Martins Fontes) — A maravilhosa incerteza (Martins Fontes) — Beira dos Aflitos (Vertente) Na mesma tecla-poesia (All Print).

Homenagem ao poeta Guimarães Rosa no centenário de seu nascimento



Apesar de não ser especialista em literatura, ao ler Guimarães Rosa, sobretudo o Grande Sertão:Veredas, sempre notei algo de singular: há momentos em que sua prosa deixa de ser narrativa para transcender-se e atingir o universo poético. Aproveito o centenário de seu nascimento para homenageá-lo nesse contexto. Fiz um arranjo de certos trechos de sua narrativa para compor os dois poemas que seguem.

Professor Delgio Vieira Solomon

Homenagem ao poeta Guimarães Rosa no centenário de seu nascimento

Zé Bebelo

Por Guimarães Rosa, na fala de Riobaldo

Olhos esbugalhados
O vaqueirinho apareceu:
- Eu vi ... eu vi!
- O que viu menino?
Tremendo balbuciou:
- Eu vi o Homem!
É mais baixo do que alto
não é velho, não é moço
nem cavalo ele não tem,
mas sozinho matou
cinco judas
e pôs trinta cavaleiros
a correr.
Ele desceu o Rio Paracatu,
numa balsa de buriti.
Falou que vai reformar isto tudo.

Para vingar Joca Ramiro
sucedeu Medeiro Vaz.
Vingar para ele
era lamber frio
o que outro
quente demais
cozinhou.

Logo se alevantou
Depois trovejou:
- Vim por ordem e por desordem.
Esse cá é meus exércitos:
Riobaldo, Diadorim,
Marcelino Pampa,
João Concliz, Fafafa,
Sesfredo, Quipes,
Joaquim Beiju, Coscorão,
Dimas Doido,
Acauã, Mão-de-Lixa,
Marruaz, Crédo,
Marimbondo, Rasga-em-Baixo,
Jiribibe, Jõe Bexiguento
dito Alparcatas,
seguido de Alaripe,
tomador de burros cargueiros,
com petrechos e mantimentos,
Quim Queiroz,
guardador dos volumes de balas
Jacaré, o cozinheiro,
Doristino, ferrador de animais
E Raimundo Lé,
que entendia de curas e meizinhas,
tomava conta do surrão de remédios.

Quando a gente acampava,
o acampamento parecia uma cidade.

Desse trovôo
de alto e rasto
já a cavalo,
montado
Zé Bebelo
chefe se revelou.

Depois do feito
pedia sal e farinha
Ele era assim:
Aleluia! Aleluia!
Carne no prato,
farinha na cuia.
Podia nada ter,
Mas valentia ele tinha
Homem igual aquele
Afirmo ao senhor:
- nunca vi.

Um dia lhe perguntei
qual o caminho certo da gente?
- Nem para frente, nem para trás.
Só para cima!
Viver é perigoso!
Se tiver de parar,
parar curto e quieto.
Montado declarou:
- Zé-bebelos, companheiros
meus amiguinhos,
meu nome, d'ora por diante
vai ser Zé Bebelo Vaz Ramiro
(em verdade, causa que, de nome
era José Rebelo Adro Antunes).
- Melhor, dou surpresa,
só com boa surpresa
é que rende.
Na hora de ver só um algum judas
de cada vez, mirar bem e atirar.
O resto maior é com Deus.
Para um trabalho que se quer,
sempre a ferramenta se tem.

Na beira do Soninho
Zé Bebelo assim se mostrou.

Hoje eu digo: - Ver Zé Bebelo
era agarrar uma esperança.
"Viver é perigoso"!
Mas quem tem esperança
tudo alcança.
Zé Bebelo me ensinou.

No regular
Zé Bebelo pescava
caçava
dançava as danças,
exortava a gente,
indagava de cada coisa,
laçava rês
ou topava a vara.
Entendia dos cavalos,
tocava violão,
assoviava musical;
só não praticava de buzo nem baralho
declarando ter receios
por atreito demais
o vício e riscos de jogo.

Choveu, louvava a chuva;
trapo de minuto depois,
prezava o sol.

Ah! Se não conheceu esse homem
deixou de certificar:
qualidade de cabeça de gente
a natureza dá,
mas raro de quando em vez.

Por isso repito
p'ra todo mundo ouvir:
Homem igual aquele
afirmo ao senhor:
- nunca vi.



O bilhar de Tatarana

segundo Guimarães Rosa

Riobaldo nunca jogara bilhar.
Mas jagunço atrevido
não regateia convite,
sobretudo se vem em desafio.
Entendeu o piscar de Advindo
e fez do taco carabina
confiando na boa pontaria que tinha.
Sem apoiar mão na mão ou no braço
Advindo acenava apenas
o rumo medido da vantagem.
Sem bobear um ceitil
encurvou o corpo,
amoleceu a barriga
e taqueou seu chofre
querendo aquilo no verde.
Foi só o justo repique.
Só se viu umas carambolas
de todos os estalos,
retruque e recompletas
com recuanço
ladeio perfeito
efeito produzido
e reproduzido
e o reprazer
de escutar
o rebrilhar
o concoco
daquelas
bolas
umas nas outras,
deslizadas
e neste dia recebeu
o apelido de Tatarana
o lagarta-de-fogo.

Sindicato dos Professores
de Universidades Federais de
Belo Horizonte e Montes Claros

PROJETOS GRÁFICOS DE QUALIDADE

Cais
Comunicação Integrada de Marketing

31-3327.0736 | CAISCOMUNICACAO@CAISCOMUNICACAO.COM.BR

QUANTUM
DIGITAL

31-3347.5977 | LUIZ@QUANTUMDIGITAL.COM.BR

apubh

NESTE NÚMERO

Domingos Giroletti

Carlos Eduardo de Ataíde Castro

Cleonice Paes Barreto Mourão

Eugênio Marcos Andrade Goulart

Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues

Délcio Vieira Salomon

apubh

Sindicato dos Professores
de Universidades Federais
de Belo Horizonte e Montes Claros

Rua Artur Itabirano 70
São José - Pampulha - Belo Horizonte - MG
Cep 31.275-020
www.apubh.org.br
apubh@apubh.org.br